

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

-----**ATA NÚMERO NOVENTA E DOIS**-----

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Paulo Jorge Velez Muacho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, José Roque Alexandre, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Mário Joaquim Gomes Branco, Susana Maria da Costa Guimarães, Bruno Miguel Martins Louro, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, Rodrigo Craveiro dos Reis da

Costa Brito, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Ricardo João Oliveira Marques, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Gabriel Maria Simplicio Baptista Fernandes, José Júlio Cordeiro dos Reis Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva e Rodolfo Knapic. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Modesto Fernandes Navarro, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, José Manuel Rodrigues Moreno, Natacha Machado Amaro, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa e Paula Inês Alves de Sousa Real. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- José António Borges (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Mário Branco.-----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Ricardo João de Oliveira Marques.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luiz Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Bruno Louro. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Margarida Morais (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Júlio Cordeiro Reis Silva.-----

----- Margarida Bentes Penedo (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Aline Hall de Beuvink (PPM), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes (CDS-PP).-----

----- Patricia Carla Serrano Gonçalves (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Rodrigo Brito. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Paula Marques e Miguel Gaspar. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno Rocha Correia, Ana Rita Costenla e Sofia Vala Rocha.-----

----- Às quinze horas e trinta e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, está aberta a sessão, neste momento temos quórum” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - PETIÇÃO N.º 06/2019 – (SUBSCRITA PELO SENHOR PEDRO FERREIRA EM REPRESENTAÇÃO DE UM GRUPO DE CIDADÃOS) – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 06/2019 – “ESCOLA BÁSICA EB1 C/JI DO VALE DE ALCÂNTARA”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTº 85 DO REGIMENTO;** -----

----- (A Petição n.º 06/2019 fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- **RELATÓRIO DA 7ª COMISSÃO PERMANENTE.** -----

----- (O Relatório da 7ª Comissão Permanente relativa à Petição n.º 06/2019 fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- **RECOMENDAÇÃO 085/01 (7ªCP).**-----

----- (A Recomendação n.º 085/01 da 7ª Comissão Permanente relativa à Petição n.º 06/2019 fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “E vamos começar pela Petição n.º 6 de 2019. -----

----- Segundo me informam o Peticionário não está presente, não estando presente meia hora depois, portanto, vamos dar a palavra ao Relator para ler o relatório, e far-se-á o debate. -----

----- Isto tem uma ordem, tem horas, e, portanto, vamos prosseguir dentro do possível.

----- Peço ao Relator, desta Petição n.º 6 de 2019, que é a Senhora Deputada Mafalda Gambeta do PSD que apresente o relatório. -----

----- Pedia ao PSD que informasse a Senhora Relatora da necessidade de apresentar o relatório. -----

----- Prescinde do relatório? -----

----- Não, mas há uma Recomendação se não me engano! -----

----- Portanto a Senhora Presidente da Comissão vai usar da palavra, se faz favor. -----

----- **A Senhora Presidente da 7ª Comissão Permanente, a Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Senhor Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Imprensa Funcionários. -----

----- Foi presente à 7ª Comissão, uma Petição dos Pais e dos Encarregados de Educação da Escola a EB1 do Vale de Alcântara. -----

----- Eu queria em primeiro lugar dizer que o nosso Relatório, relativamente, a esta Petição ficou pronto, no dia 3 de junho, e inexplicavelmente só hoje é trazido aqui a Plenário. -----

----- Eu lamento, porque, na verdade a 7ª Comissão empenhou-se para que este assunto do Vale de Alcântara fosse tratado em tempo útil, para que os alunos quando regressassem no início do ano letivo pudessem ter as condições necessárias para frequentarem a escola. -----

----- Visitámos a escola com o Presidente da Junta de Freguesia, chamámos o Senhor Vereador, responsável pela educação e fizemos uma série de recomendações, *in loco*, aliás, quero referir, que estiveram presentes na nossa visita na escola; funcionários, arquitetos e engenheiros do serviço de educação, com quem trabalhámos muitíssimo bem, e criámos e fizemos uma série de recomendações, até em consonância também com aquilo que vimos e com os próprios pais, aliás, coisas muito simples, que estão aqui elencadas e que esperaríamos que essas recomendações tivessem chegado à Câmara em tempo útil para que as obras tivessem sido feitas. -----

----- Não sabemos se as obras foram ou não feitas, porque, na verdade uma das recomendações era pedir à Câmara que nos dissesse se tinha, de facto, realizado as obras necessárias para que os alunos sentissem confortáveis e em segurança. -----

----- Eu não vou ler as recomendações, acha inútil, uma vez que estão todas aqui, queria só lembrar que lamento que este documento só tivesse sido discutido agora em novembro quando está pronto, desde junho. -----

----- A Relatora deste documento é a Senhora Deputada Mafalda Gambeta, que evidentemente, como os outros Deputados nos acompanhou, e as recomendações que nós fazemos, são coisas absolutamente simples e fáceis, que eu penso que depois da nossa conversa com os próprios técnicos que estavam presentes tenham sido realizadas, até porque relativamente, aos pais não tivemos também mais nenhuma informação, portanto, eles não se queixaram mais, portanto, presumo que tudo isto tenha sido resolvido, mas só estou a presumir. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu queria apenas dizer em meu nome e do Primeiro Secretário, que nós estamos em funções há menos de um mês, não fez ainda um mês, naturalmente, nisto não implica qualquer juízo sobre o trabalho de quem nos antecedeu, mas, naturalmente, marcamos esta reunião sobre petições e marcaremos todas as que forem necessárias, mas, naturalmente, digamos, não temos qualquer responsabilidade na circunstância de isto ainda não ter sido agendado. -----

----- Por outro lado, aproveitamos para informar as Comissões daquilo que consta do Regimento, todas as Comissões, as Comissões atualmente têm um mês para elaborar os relatórios, quando muito poderão ter outro mês para extensão de tempo, e depois, haja ou não haja relatório as petições serão agendadas. -----

----- Portanto, vamos prosseguir com as inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Mafalda Gambeta quer apresentar o relatório? -----

----- Não! -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa, Deputados e Deputadas, Vereadores e Vereadoras, Secretárias, Público e Comunicação Social, boa tarde. -----

----- Uma saudação muito especial aos Peticionários, assim como aos moradores dos vários bairros e aos pais das crianças da Escola de Vale de Alcântara, não só pela sua situação difícil de enfrentar, o equipamento escolar da vossa zona, como pela capacidade de organização e perseverança em trazer até à Assembleia Municipal esta questão. -----

----- A Escola do Vale de Alcântara, segundo o estudo de avaliação do estado de conservação de escolas do 1º ciclo, apresentado pelo LNEC à Câmara Municipal de Lisboa, é a que apresenta piores resultados no conjunto cinquenta e cinco escolas analisadas. -----

----- O referido estudo denota muitas e graves anomalias, tanto na conservação geral no edifício como nas partes comuns da escola. -----

----- Apontando muros com riscos de queda, fendas de grande dimensão em múltiplas paredes e tetos, deformações estruturais extensas no edifício, entre outras questões. ----

----- É importante reforçar que os Peticionários, lembram que muitos destes problemas foram durante anos reportadas sem que nada fosse feito, tendo sido de facto, uma surpresa o encerramento da escola a meio de um ano letivo com a justificação da gravidade de uma situação há tanto tempo identificada, e que hoje a solução nem sequer foi equacionado. -----

----- Mas esta posição levanta também outras questões, que tem mais a ver com a solução encontrada pelo Executivo, a deslocação das crianças para a Escola Manuel da Maia. -----

----- Não há estudo de avaliação do LNEC desta escola é verdade, mas à semelhança do Vale de Alcântara e de muitas outras na cidade, é notória a falta de condições e enormes problemas colocados às crianças, aos docentes e ao pessoal auxiliar. -----

----- As recomendações constantes do Parecer da 7ª Comissão consubstanciam esta mesma evidência, dez recomendações com questões diretas que urge serem sanadas pela Câmara, sob pena destas crianças terem saído de um estabelecimento de ensino que as coloca em perigo para o outro que não assegura regras mínimas de segurança e funcionamento regular.-----

----- Iremos naturalmente, votar favoravelmente a Recomendação, no entanto, outra questão que ainda aqui continua por responder e que foi colocada em requerimento pelo Partido Comunista Português ao Senhor Vereador Manuel Grilo, em abril passada, tem a ver com o futuro do estabelecimento do ensino do Vale de Alcântara, e consequentemente, aquelas crianças e bairro. -----

----- No debate sobre a Informação Escrita do Senhor Presidente há duas semanas, o PCP alertava sobre a abertura do novo ano letivo com a manutenção de problemas graves em tantas escolas da cidade. -----

----- Questionámos se passado o período de férias escolares, estes problemas foram enfrentados e resolvidos, o Senhor Presidente informou dos projetos e programas de recuperação e manutenção de escolas para o futuro, mas dada a urgência e a premência de alguns destes casos bem conhecidos aqui nesta Assembleia não foi possível encontrar soluções imediatas para as escolas que sobejamente identificadas com casos graves de onde é urgente intervir? -----

----- Não obtivemos resposta nessa secção, mas hoje traz-nos dois exemplos concretos, da realidade que traçámos então, e esta a Vale de Alcântara e a Escola Manuel da Maia. -----

----- Preocupa-nos que o Município de Lisboa, ao aceitar a transferência de competências na área da educação, ficando agora com a responsabilidade pelas escolas de todos os ciclos de ensino, sendo que muitos destes estabelecimentos já vivem numa situação crónica de subfinanciamento e, portanto, com inúmeros problemas como é o caso destas escolas.-----

----- Ora, não é expectável que, por magia o Município, com muito menos meios consiga resolver os problemas, que os sucessivos governos nunca quiseram resolver. --

----- É tempo de reverter este caminho de forma a garantir uma educação pública gratuita e de qualidade em Lisboa e no país.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz do Bloco de Esquerda.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Obrigada, Senhor Presidente. -----  
----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. -----  
----- Saudamos a mobilização dos pais sobre esta matéria, compreendemos a vontade dos pais em querer garantir o bem-estar das suas crianças para melhor aprendizagem possível. -----  
----- Creio que, neste caso foram postas em funcionamento todas as garantias para salvaguardar a segurança das crianças, o seu bem-estar e as melhores condições de aprendizagem. -----  
----- Recordemos em março de 2018, o Pelouro da Educação contactou o LNEC indicando o interessa da Câmara Municipal em desenvolver um estudo para avaliação do estado de conservação de escolas do Município de Lisboa, de forma a poder ter informação do estado atual dos diversos equipamentos escolares de pré-escolar e 1º Ciclo, que conduzisse a um processo de requalificação das escolas assente em critérios técnicos e objetivos de necessidades de intervenção, critérios transparentes inteligíveis para os diversos atores do processo, bem como para as comunidades escolares e respetivas Direções de Agrupamento. -----  
----- Tendo sido apresentado ao Município no final do primeiro trimestre de 2019 o relatório preliminar contendo as principais conclusões.-----  
----- A Escola do Vale de Alcântara tem menos de 20 anos e apresenta deformações estruturais graves de vida, movimentos de solos que não se encontram ainda estabilizados. -----  
----- Assim, foi apenas uma medida de responsabilidade e acho e creio que o Vereador fez bem ao tomar a opção pela deslocalização para a escola sede com as devidas adaptações.-----  
----- Foi aquela que se apresentou como o de menor rotura com o dia-a-dia dos alunos salvaguardando a sua segurança. -----  
----- Para acompanhar o processo de transferência da escola foi ouvida a Comissão de Pais nomeada em Assembleia Geral, acompanhando e partilhando as tomadas de decisão relativamente, à deslocalização dos alunos para a EB 2/3-Manuel da Maia.-----  
----- Essa colaboração que a 7ª Comissão da Assembleia Municipal veio a revelar-se extremamente positiva e as sugestões dos pais foram sempre tidas em conta, promovendo o bem-estar entre todos envolvidos; Câmara Municipal, Direção do Agrupamento, Professores da EB1, Ministério da Educação, DGEstE e pais e encarregados de educação. -----  
----- Parece que os espaços são adequados e que foram tidas em conta todas as sugestões possíveis de acolher por parte dos pais e encarregados de educação e foram efetuadas as intervenções necessárias ao máximo de conforto possível de dar, neste momento aos alunos de forma a haver uma transição tranquila e sem sobressaltos. ----  
----- Hoje todas as crianças dos jardins-de-infâncias e primárias do Município estão mais seguras, e isso é particularmente verdade para as crianças do Vale de Alcântara.--

----- Para além disso, o processo foi de enorme transparência, conhecem-se os problemas e as soluções de todo o edificado.-----

----- Assim, votaremos favoravelmente as propostas da 7ª Comissão, até porque já todas terão sido atendidas pelos Serviços da Câmara Municipal.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- Senhores Vereadores, Senhores Secretários boa tarde.-----

----- Numa intervenção muito rápida, apesar de não estarem aqui os Peticionários saudá-los por esta iniciativa de democracia participativa, de nos alertarem para este problema. O problema que já temos vindo a acompanhar que não é só infelizmente desta escola básica, mas muitas escolas da cidade de Lisboa.-----

----- Hoje podemos ter esse panorama mais saliente através do relatório que foi elaborado pelo LNEC, mas a verdade o que eu queria destacar, além daquilo que já foi aqui dito, porque as recomendações da Comissão já são extemporâneas, portanto, as crianças já não estão naquela escola e, portanto, as obras que haveria a fazer as intervenções a efetuar também já não serão, digamos assim, necessárias, mas a verdade é que a Câmara deve ter como prioritária a intervenção nesta escola, porque estamos a falar de um bairro que tem tido muito pouca intervenção. Intervenção no espaço público na sua limpeza e particularmente na área social.-----

----- Não existem praticamente equipamentos neste bairro e, portanto, a escola acaba por ser um centro nevrálgico desta comunidade e obviamente, é um garante do futuro das crianças de todo aquele bairro e, portanto, é esse apelo que deixamos hoje à Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Muito boa tarde, Senhores Peticionários.-----

----- Em primeiro lugar, os moradores dos Bairros da Quinta do Loureiro, Ceuta Sul, Cabrinha e adjacentes, assim como os Encarregados de Educação dos Alunos da EB1 e JI do Vale de Alcântara, entregaram nesta Assembleia Municipal, em 2 de abril de



2019, uma Petição exposto a sua preocupação sobre as condições das infraestruturas do equipamento escolar, iniciativa que “Os Verdes” saúdam. -----

----- O PEV lamenta que, estando o parecer da 7ª Comissão concluído e aprovado por unanimidade, desde o passado dia 3 de junho, só agora, após cinco meses, tenha sido possível apreciar esta Petição em Plenário. -----

----- Desse parecer resulta um Recomendação que contempla um ponto deliberativo que solicita que a Câmara informe esta Assembleia sobre a implementação ou calendarização das recomendações, até ao início do próximo ano letivo de 2019/2020.-

----- Como o presente ano letivo começou em finais de setembro, a deliberação torna-se extemporânea. -----

----- No entanto, gostaríamos que se explicasse a este Plenário, quais as informações que o Executivo possui sobre a implementação e ou calendarização das recomendações que constam do parecer da 7ª Comissão? -----

----- Por outro lado, convém recordar que o PEV sempre tem pugnado por uma forte aposta na escola pública na cidade de Lisboa, dotada de meios e recursos humanos ajustados ao acompanhamento da função educativa, visando o aumento do nível de cobertura da oferta do pré-escolar e o apetrechamento das várias escolas com condições de ensino e segurança, nomeadamente com Planos de Emergência e cantinas que permitam confeccionar localmente refeições saudáveis. -----

----- Para “Os Verdes”, é indispensável que o Município apresente, com regularidade, as obras de beneficiação geral nas escolas do 1º ciclo e jardim-de-infância da rede pública e nos espaços escolares, em articulação com os Agrupamentos de Escolas e as Juntas de Freguesia, assegurando a reconstrução das escolas, de acordo com as necessidades, e promovendo programas de requalificação dos espaços envolventes. ----

----- A decisão de encerramento da EB1 e JI do Vale de Alcântara surgiu depois de serem conhecidas as conclusões preliminares das vistorias conduzidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil sobre o estado de conservação de 55 escolas da capital. -----

----- Em consequência, a Câmara transferiu os alunos desta escola para a sede do agrupamento, no caso em apreço para a EB Manuel da Maia, na Freguesia de Campo de Ourique, afastando-os dos seus núcleos de apoio familiar. -----

----- Alguns progenitores lamentaram não terem desde logo sido envolvidos no processo, defendendo que as crianças deviam ficar perto da sua zona de residência, em vez de serem deslocadas para longe, requerendo serem informados sobre o CAF e as AECs a que os alunos têm direito. Outros não queriam ver os filhos com 7 anos junto a adolescentes com 14 e 15, e às vezes com 17 e 18 anos. -----

----- Decorrido todo este tempo, subsistem ainda um conjunto de questões que gostaríamos de ver esclarecidas aos Grupos Municipais, à comunidade escolar e aos encarregados de educação, em particular. -----

----- Qual o nível de consulta aos encarregados de educação e o respetivo acompanhamento, previamente à tomada de decisão do Município? -----

----- Foram ou não devidamente consideradas as suas sugestões com propostas de alternativa à mudança das crianças? -----

----- Mais objetivamente, está ou não previsto o restabelecimento das aulas nas instalações de origem? Se sim, para quando, ou será dado um outro uso a este edifício? E se sim, qual? -----

----- Finalmente, uma questão chave: que garantia é dada aos moradores dos Bairros da Quinta do Loureiro, Ceuta Sul, Cabrinha e adjacentes de que irá haver uma Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância na área geográfica destes bairros, uma vez que é exatamente isto que os Peticionários mais solicitam? -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- Só mais um esclarecimento complementar, àquele que dei há pouco, informam-me os serviços que esta Petição já esteve agendada para a sessão oitenta e cinco, nessa altura não se realizou a discussão, porque os Peticionários não estavam e a Mesa entendeu não o fazer. -----

----- Hoje entendemos prosseguir com o debate a Petição mesmo na ausência dos Peticionários, disse! -----

----- Portanto, continuamos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Costa do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Costa (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Esta Petição de facto, datada de abril, resulta do processo de decisão da Câmara Municipal de encerrar a Escola do Vale de Alcântara. -----

----- A Junta de Freguesia, não nas reuniões da Comissão de acompanhamento aqui citada de forma tão exaustiva pelo Bloco de Esquerda, mas em reuniões que teve à data com a Câmara Municipal centrou o seu trabalho, num objetivo, que este encerramento se concretizasse no menor transtorno possível para a vida dos alunos e das suas famílias, prova disto, foi o que foi conseguido ao nível do transporte escolar, com a Câmara Municipal conseguimos adaptar o transporte habitual dos “Alfacinhas” à realidade daquele território criando um serviço único e adaptado à vida da comunidade. -----

----- Deste processo e dos temas enunciados na Petição, restam apenas duas questões. -

----- Como está ao dia de hoje a avaliação da viabilidade do terreno, e caso não haja viabilidade de construção naquele terreno, quais são as alternativas ao mesmo? -----

----- Em relação à Recomendação da 7ª Comissão, como anunciou a Senhora Presidente da 7ª Comissão já estão, de facto, realizadas grande parte das obras e dos melhoramentos enunciados tirando questões de pormenor, no entanto, uma outra obra

na Escola de Santo Condestável obrigou a que os alunos do jardim-de-infância fossem transferidos já este ano letivo das instalações onde se encontravam, para a Escola Manuel da Maia. -----

----- Este é um tema que entendemos merecer a nossa maior atenção, uma vez que, desde o início, temos identificado a necessidade, que os alunos do jardim-de-infância, estejam instalados numa escola com condições para o seu tamanho, para a sua idade. --

----- Por fim, terminar com um aviso, tendo em conta a descentralização da educação e a necessidade de que a Escola Manuel da Maia tenha também uma intervenção de que carece e que os pais rapidamente também começarão a exigir, não só os pais da Escola do Vale de Alcântara, mas também os pais da Escola Manuel da Maia.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- A Câmara penso, que pediu a palavra, portanto, dou a palavra à Câmara.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Boa tarde a todas e a todos.-----

----- Saudar, naturalmente os Peticionários, embora não estejam na sala, mas saudar a ação cívica dos Peticionários que trouxeram até aqui esta e outras petições, dizer que o Senhor Vereador Manuel Grilo não está presente connosco na sessão, não por sua vontade, naturalmente, é alheia à sua vontade, mas algumas das questões que foram postas pelos Senhores Deputados, em particular pela Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso e pelo Senhor Deputado Sobreda Antunes. -----

----- E a informação que me chega do Pelouro dos Direitos Sociais e de Educação, é que das várias coisas elencadas, muito específicas elencadas que estão na Petição e que estão na Recomendação, em particular, a questão da realocização do equipamento já foi feita, a realocização do equipamento para a infância, no fundo, já foi feito, do antigo espaço para a escola onde neste momento, os meninos e as meninas estão deslocalizados, que o telheiro já foi construído, que já foi vedada a passagem que eventualmente, poderia pôr em perigo os meninos e meninas também já foi vedada, que a lateral da escada também já foi protegida, que os extintores já foram colocados e estão em condições, que os quadros elétricos já foram protegidos, e que a única coisa que não foi possível fazer que era uma coisa também pedida, a questão da repavimentação, isto é do nivelamento do pavimento e a repavimentação não foi feita de facto, por ter um procedimento mais pesado, digamos e, portanto, não foi feita neste processo de transição. -----

----- Quanto às outras questões que puseram, eu acho que também vale a pena naturalmente, o Senhor Vereador Manuel Grilo ter uma ação mais direta com os Senhores Deputados para melhor esclarecimento, mas dizer que neste momento, nós, a Câmara, neste momento ainda não tem presente se há viabilidade de reabilitação daquele edifício para reinstalação da escola, ainda que entendamos que seja

importante para aquele território a reinstalação daquele polo educativo, mas, de facto, não temos ainda a certeza da possibilidade da reinstalação lá, e aguardamos a todo o momento que tenhamos uma solução, ou reabilitação do espaço ou a construção do novo equipamento.-----

----- Mas todas as maneiras também, foi posta a questão, de qual era o destino do espaço agora deixado devoluto, e, portanto, uma coisa é, digamos, que implica com a outra.-----

----- Quanto à questão do acompanhamento.-----

----- A informação que o Senhor Vereador tem transmitido e que o Pelouro tem transmitido é que a Associação de Pais e a Comissão de Moradores, esteve sempre presente e foi acompanhando este processo.-----

----- É natural que uma deslocalização destas afeta a vida diária dos moradores, dos pais e das famílias das crianças, e das crianças sobretudo, mas também dizer e, portanto, esta é a informação que eu gostava de passar em nome do Pelouro dos Direitos Sociais.-----

----- Mas dizer também, que eu própria acompanhei em determinada altura num processo inicial, a possibilidade, e foi um trabalho bastante feito com a presença da Comissão de Pais, ou da Associação de Pais e da Comissão de Moradores, na perspectiva de encontramos um espaço intermédio, digamos antes dos meninos serem deslocalizados.-----

----- Claro que toda esta informação, se calhar, deveríamos estar a fazer antes de a intervenção ser feita, concordo com os Senhores Deputados, mas dizer também, já que estamos a fazê-la agora dizer que, nessa altura foi por solicitado por parte, quer da Junta de Freguesia, quer da Comissão de Moradores e do Pelouro, um espaço que pudesse ser alternativo, isto é, que pudesse acolher os meninos, naquele processo enquanto os meninos iam e vinham, e que, de facto, procuramos de todas as formas ter um espaço disponível no bairro, não foi possível responder às necessidades que aquele espaço implicava, mas dizer que foi uma procura ativa, quer por parte dos moradores, quer por parte do Pelouro, quer por parte da Junta de Freguesia, portanto, isto dizer que, de alguma forma o envolvimento neste processo foi acompanhado pelos pais e pelos moradores.-----

----- Agora é evidente que temos a consciência que uma deslocalização de um equipamento destes é sensível para as famílias, mas “levo a carta a Garcia” em relação à importância, sobretudo, de termos um outro equipamento, seja a reabilitação daquele, seja nova construção, naquele núcleo habitacional, digamos, e uma vez que é um bairro municipal também, dizer que, sobre as outras questões que foram postas, que o CDS pôs em relação à importância que este equipamento tem para o bairro, de facto, é um bairro com poucos equipamentos do ponto de vista de uso coletivo, e a escola é uma âncora fundamental naquele bairro e, portanto, partilhámos dessa preocupação.-----

----- Obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Vereadora. -----  
----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 85/01**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, José Alberto Franco, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa, Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 85/01** foi aprovada **por unanimidade**. -----  
----- (Ausência dos Deputados (as) Municipais Independentes Ana Gaspar, Rodrigo Brito e Rodrigo Mello Gonçalves da Sala de Plenário). -----  
----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 21/2018 – “CONTRA O “IMPOSTO” EMEL”, PELO ESTACIONAMENTO GRATUITO DOS RESIDENTES EM TODA A FREGUESIA DOS OLIVAIS”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE: 56 MINUTOS E QUINZE SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----  
----- (A **Petição n.º 21/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante). -----  
----- **RELATÓRIO DA 8ª COMISSÃO PERMANENTE**. -----  
----- (O **Relatório da 8ª Comissão Permanente** relativa à **Petição n.º 21/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante). -----  
----- **RECOMENDAÇÃO 092/01 (8ªCP)**.-----  
----- (A **Recomendação n.º 092/01 da 8ª Comissão Permanente** relativa à **Petição n.º 06/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Portanto, vamos passar à Petição seguinte, a Petição 21/2018. -----  
----- Informam-me que está presente o Peticionário Rui Pinto de Almeida e, portanto, dava-lhe a palavra em primeiro lugar para digamos, apresentar a Petição. -----  
----- Informo o Senhor Peticionário que dispõe de dez minutos para apresentar.”-----  
----- **O Peticionário, Senhor Rui Pinto de Almeida**, no uso fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhores Membros do Executivo aqui presentes, Cidadãos aqui presentes e também os que nos veem através da *Internet*, muito boa tarde. -----  
----- A Petição contra o imposto EMEL, pelo estacionamento gratuito dos residentes em toda a Freguesia de Olivais, trata em primeiro lugar da defesa do acesso, através do estacionamento gratuito aos equipamentos que cumprem direitos fundamentais em toda a Freguesia dos Olivais.-----  
----- Falamos, portanto, do Centro de Saúde, das escolas, da biblioteca, da Esquadra de Polícia, da Junta de Freguesia, por exemplo.-----  
----- O Executivo compreendeu que o cemitério precisava de uma solução diferente e encontrou-a, o que é bom, porque prova que o decisor político quando quer trata de forma diferente, o que deve ser tratado de forma diferente, e esta Freguesia é diferente das outras Freguesias de Lisboa, como se calhar, também entre si muitas das

Freguesias, o são, seja pela sua dimensão e no nosso caso, seja pelo plano de urbanismo dos anos 60 que a moldou profundamente e que a colocou abaixo das médias das densidades de habitantes e de focos da cidade, e se quisermos ir ainda mais longe, podemos comparar com o nível de rendimento médio ou idade média dos seus habitantes para vermos que esta Freguesia é diferente das demais e deve ser vossa obrigação, enquanto Eleitos tratar de forma diferente o que é diferente.-----

----- Demorou-se um ano e três meses, para que aqui estejamos hoje. Muito para lá do que é aceitável quando os cidadãos chamam à atenção, ao poder político de que algo não está bem e que precisa de ser rapidamente corrigido. -----

----- Repito, estão em causa os acessos através de estacionamento gratuito aos equipamentos que garantem direitos fundamentais. -----

----- Pelo meio a 8ª Comissão, ouviu por duas vezes a EMEL, a Junta de Freguesia, o Senhor Vereador da Mobilidade e os dois primeiros subscritores desta Petição. -----

----- Das duas vezes afirmámos que havendo um problema de estacionamento em algumas zonas da Freguesia e não havendo polícia a fiscalizar, então a EMEL seria um mal menor e explicámos porquê.-----

----- Explicámos que há famílias com relações em 1º, 2º e 3º graus que vivem na Freguesia e que a criação de tantas zonas só vinha e criar despesas para quem quer visitar os seus familiares. -----

----- Também explicámos que no Bairro da Encarnação, agora uma zona exclusiva a residentes se impedia o livre acesso de cuidadores a quem deles necessita e pedimos então um cartão de acesso especial para estas situações. -----

----- Nada aconteceu e agora quem precisa de lá ir fica à mercê de uma denúncia de um vizinho, ou de um fiscal da EMEL, porque, apesar das quase 4000 assinaturas desta Petição e sem que ela tivesse sido apreciada e as suas recomendações votadas os parquímetros entraram na Freguesia dos Olivais. E não vale tudo argumentar a sua implementação. Não vale dizer que há centenas de requerimentos a pedir a EMEL porque isso também não é verdade, e atrevo-me a perguntar aos Senhores Deputados quem os foi consultar? -----

----- Registo o vosso silêncio. -----

----- Nós fomos...” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não tem diálogo, Senhor Peticionário.” -----

----- **O Peticionário, Senhor Rui Pinto de Almeida**, no uso fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós fomos, entre os dias 20... -----

----- É retórico, é retórico, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.” -----

----- **O Peticionário, Senhor Rui Pinto de Almeida**, no uso fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós fomos entre os dias 26 e 19 de agosto últimos, e em 351 requerimentos sobre o estacionamento e a EMEL, encontramos 30 pedidos a solicitar a instalação de parquímetros, ou seja, 8,5%, se compararem estes dados com os da consulta pública, as percentagens são próximas. -----

----- E enquanto cidadão e Peticionário, pergunto se isto faz sentido?-----

----- E pergunto ainda se é assim que se decide num Estado de direito democrático?----

----- E ainda acrescento se acreditam mesmo Senhores Deputados que é assim que Vossas Excelências criam uma sociedade mais justa e solidária? -----

----- Regresso aos cuidadores e à necessidade de acesso a estacionamento para essa finalidade. -----

----- Lamentavelmente na proposta para o novo regulamento de estacionamento e paragem na via pública, o melhor que o Executivo encontrou foi um sistema de créditos, ou seja, de tempo pago pré-pago de estacionamento para cuidar de alguém.---

----- Trataremos desse assunto dentro de semanas, através de outra Petição, mas o Senhor Vereador Miguel Gaspar, para ele isto poderia ser escusado, bastava ter acolhido a ideia de respeito pelos direitos fundamentais e pedir aos juristas para que a expressasse ao longo da nova proposta de regulamento estacionamento. -----

----- Também afirmámos em sede de audição que o comércio local muito concentrado, em algumas zonas da Freguesia precisa de ser protegido e que o zonamento imposto lhe é desfavorável. -----

----- E porque nos direitos fundamentais também se encontra o direito ao ambiente também, reiteramos a necessidade de melhorar a carreira 29B. Fazê-la circular nos dois sentidos e não apenas num, aumentando a sua frequência às horas de ponta para diminuir a circulação de viaturas particulares e ajudar a criar outros hábitos de mobilidade junto dos cidadãos dos Olivais, porque creio que Vossas Excelências sabem muito bem que falar do estacionamento é também falar de mobilidade. -----

----- Nada foi feito sobre isto, neste ano que passou e assim se perdem oportunidades para mudar comportamentos e experimentar novas soluções.-----

----- Insistimos também que o estacionamento dos trabalhadores aeroportuários devia ser uma preocupação para quem gere a cidade, pois os horários de trabalho noturnos praticados, não são abrangidos por uma rede de transportes de madrugada em toda a Área Metropolitana de Lisboa, o que obriga ao uso de viatura própria e posterior estacionamento dentro da Freguesia, já que o novo acionista da ANA resolveu comercializar os parques de estacionamento destinados aos trabalhadores, o chamado P 5, por exemplo, a preços incompatíveis para quem deles necessita diariamente, e estes trabalhadores ao estacionarem dentro da Freguesia, também se expõem ao ter de atravessar de madrugada ruas desertas, mal iluminadas e sem policiamento, ou com fraco policiamento, e isto é também expor os cidadãos ao perigo. -----

----- Nada foi feito, e não exagero ao dizer que deve também ser uma responsabilidade de quem governa a Cidade, pelo menos no sentido mais amplo que foi dado por Emmanuel Levinas.-----

----- Alertámos para as consequências de se ter interrompido o processo de instalação das ZEDL (zonas de estacionamento de duração limitada) quando o relatório técnico da EMEL indica, precisamente que uma vez iniciado o processo este deve ser estendido a toda a Freguesia para evitar as situações de estacionamento selvagem em zonas onde não está ainda em vigor o estacionamento tarifado.-----

----- Repito, a EMEL não é a solução para todos os problemas de mobilidade e estacionamento, e muito menos ainda será quando nem sequer se respeitam indicações técnicas imprescindíveis ao bom e regular funcionamento de mobilidade e estacionamento da cidade.-----

----- Esta Petição levanta questões que se fundou na origem do nosso próprio Estado de direito democrático, e o que nós cidadãos contestamos, é que o poder político não acolhe e não expressa o reconhecimento de direitos fundamentais na Legislação ou Regulamentos, que vai produzindo como é este caso.-----

----- Por isso, relativamente às Recomendações da 8ª Comissão, em nome dos 3956 Peticionários tenho de protestar veementemente pela não inclusão da expressão direitos fundamentais que é muito mais apropriada do que a expressão, e cito, " *acesso facilitado aos residentes aos equipamentos de proximidade.* "-----

----- No fundo, ao fim de um ano e três meses de várias audições e aos diferentes interessados.-----

----- Peço desculpa, dizia, no fundo ao fim de um ano e três meses de várias audições aos diferentes interessados, a essência desta Petição, aquilo que nós chamamos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República aprovada a 2 de Abril de 1976, esta essência perdeu-se algures e não está presente na recomendação ou recomendações que daqui a pouco será votada, e não estando presente não se vai interiorizar, e ficará esquecida mais uma vez e seria uma excelente oportunidade para darmos todos um passo em direção a uma sociedade mais justa livre e solidária como está consagrado no Artigo 1º da Constituição da República Portuguesa.-----

----- Terminei, Senhor Presidente."-----

----- (O Senhor Peticionário, Senhor Rui Pinto de Almeida apresentou um *PowerPoint* sobre a "Petição nº121/2018 – "Contra o "Imposto EMEL", pelo estacionamento gratuito dos residentes em toda a Freguesia dos Olivais", que fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Muito obrigado, Senhor Peticionário.-----

----- Agora daria a palavra ao Relator desta Petição, o Senhor Deputado Manuel Lage."-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- "Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- A 8ª Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança, recebeu esta Petição agora aqui apresentada pelos Senhores Peticionários, ela deu entrada aqui nos serviços da Assembleia Municipal, a 3 de setembro de 2018, e de facto, nós demorámos algum



tempo na sua análise, na conclusão e na apresentação desta Recomendação que aqui trazemos hoje. -----

----- A 5 de setembro, ela foi remetida para a 8ª Comissão e a 25 de outubro, os Senhores Peticionários foram ouvidos como ainda há pouco também nos foi relatado. -

----- Posteriormente, a 8ª Comissão ouviu o Conselho de Administração da EMEL a 21 de novembro, ouviu a 12 de dezembro o Senhor Vereador Miguel Gaspar, e a 10 de janeiro já do corrente ano, ouviu a Senhora Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, Rute Lima. -----

----- Em simultâneo com esta Petição e durante os trabalhos da 8ª Comissão, cumpre também esclarecer que foram analisadas outras audições e, portanto, a audição do Conselho de Administração da EMEL e do Senhor Vereador Miguel Gaspar, foram audições longas onde foi abordada esta, mas também outras Petições sobre os mesmos intervenientes. -----

----- A 17 de maio de 2019 a 8ª Comissão reuniu para aprovar o Relatório, e para decidir sobre aquilo que eram as recomendações que constavam desse mesmo relatório, no entanto, nessa data, a 17 de maio chegou ao conhecimento da 8ª Comissão que havia um conjunto de situações que tinham ocorrido na Freguesia entre janeiro e maio, e que levaram a Comissão a optar por um conjunto de novas audições, isto porque, e como consta do Relatório, página 15, foi tida uma discussão em sede de Comissão, e houve acontecimentos ocorridos em sede de Assembleia de Freguesia e havia existência de reuniões futuras ainda por realizar entre a Câmara Municipal de Lisboa e a população e, portanto, a Comissão decidiu por unanimidade adiar a votação do Relatório e continuar os trabalhos, nomeadamente, realizando em momento posterior, novas audições, nomeadamente, aos Senhores Peticionários, como aqui foi dito que foram ouvidos duas vezes, à Senhora Presidente da Junta para atualização das informações sobre a matéria em causa, o que fez com que a 5 de junho, nós pudéssemos ouvir por uma segunda os Senhores Peticionários, como também aqui nos foi relatado. -----

----- Ainda em junho no dia 21, ouvimos pela segunda vez, a Senhora Presidente da Junta dos Olivais, e a 25 de julho o Conselho de Administração da EMEL foi ouvido pela segunda vez, no âmbito desta Petição. -----

----- Cinco dias depois a 30 de julho, portanto, do mês sete, na véspera, à beira de agosto foi então ouvido pela segunda vez a Senhor Vereador Miguel Gaspar, acerca daquilo que aqui se passou. -----

----- Para vos dar nota, nós reunimos ontem para aprovar este Relatório, estas recomendações, e voltámos a reunir hoje para fazer precisamente o mesmo. -----

----- Efetivamente foi então aprovado este Relatório, estas recomendações foram aprovadas, e recomendamos à Câmara Municipal que proceda em estreita articulação com as Juntas direta e indiretamente afetadas, para que haja uma mais ampla divulgação das consultas públicas, para que a Câmara promova a introdução de medidas mitigadoras, nomeadamente, através da rede de bicicletas e da rede de bairros a implementar pela Carris. -----

----- Recomendamos à Câmara que na delimitação das futuras zonas sejam consideradas as características dos territórios, que sejam considerados a localização, o acesso dos residentes, as dinâmicas sociais, económicas, os impactos dos grandes equipamentos de âmbito nacional ou municipal.-----

----- Recomendamos à Câmara que estude e avalie as propostas apresentadas pelos Senhores Peticionários, nomeadamente a viabilidade de implementação de bolsas de estacionamento exclusivo para residentes.-----

----- Recomendamos à Câmara Municipal que com a Polícia Municipal e com a EMEL reforce as ações de fiscalização.-----

----- Recomendamos também que, no âmbito das relações do Município com o Aeroporto diligencie no sentido, de serem consideradas soluções de estacionamento adequadas para o estacionamento dos trabalhadores e das empresas de aluguer de viaturas do Aeroporto.-----

----- E recomendamos também para que a Câmara proceda à monitorização dos resultados de implementação das ZEDL num prazo de 6 meses, e que disso dê conhecimento à Assembleia Municipal.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Passou um longo período de tempo efetivamente, mas foram várias as Petições, foram muitas as audições duplamente, porque foram vários os processos que decorreram em simultâneo, e um outro é também referido no próprio Relatório e que não gostava de deixar de passar ao lado, a Comissão não só poderia deixar de ter em conta aquilo que veio ao nosso conhecimento que havia tido lugar em sede da Freguesia dos Olivais, como também não podíamos deixar de ter em conta a consulta pública que decorreu entre 8 de agosto e 30 de setembro e por isso também apresentámos propostas de alteração ao regulamento estacionamento e paragem na via pública que decorreu nesse período e, por isso, naturalmente, congratular os Senhores Peticionários, porque aqui vieram apresentar as suas legítimas preocupações e dar nota de que a 8ª Comissão fez um trabalho diligente, preparado, ouvindo todos os que tínhamos de ouvir por mais de uma vez, para termos a certeza das decisões das recomendações que hoje aqui apresentávamos à Câmara Municipal no sentido de elas serem o mais abrangentes possíveis e de elas poderem vir a resolver aquilo que são os legítimos anseios da população da Cidade de Lisboa.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado Relator.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, respetiva Mesa, Senhores Deputados, Câmara, um cumprimento muito especial para os Senhores Peticionários pela sua persistência,

ainda não a acabámos de discutir esta Petição e os Senhores já avançaram com outra e portanto, é, de facto, prova que não desistem facilmente e nós PCP saudamos isso. -----

----- No início do seu Mandato de 2013/2017 a Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, assumiu o compromisso de que a EMEL só iria para os Olivais a pedido da população e através de referendo local. -----

----- O PCP apoia as posições da população da Freguesia dos Olivais posicionando-se contra a entrada da EMEL na Freguesia nos moldes anunciados e postos em prática, entretanto, pela Câmara Municipal de Lisboa no que se refere aos residentes sem admitir sequer a criação de uma zona única para quem reside na Freguesia. -----

---- A entrada da EMEL na Freguesia dos Olivais não foi pedida pelos moradores, uma vez que receiam os impactos da sua mobilidade e possíveis custos futuros. -----

----- O PCP sempre assumiu e continua a assumir que a entrada da EMEL por si só não resolve os problemas existentes de estacionamento na Freguesia dos Olivais, e que trará para a população mais prejuízos que benefícios. -----

----- Conforme o PCP já propôs a solução para a melhoria do estacionamento para os moradores dos Olivais deveria passar pela criação das seguintes condições. -----

----- O direito dos trabalhadores das várias empresas a prestar serviço no Aeroporto poderem estacionar nos parques do aeroporto, tal como antes da privatização da ANA, sem entretanto, que a ANA ande a diligenciar até com outros Municípios soluções de estacionamento para tentar resolver o grave problema que está criado, isso não impede que, de facto que a Câmara continue a pressionar, ou que o Governo faça e que se voltam a encontrar soluções adequadas para o caos que está instalado no Aeroporto e que irá seguramente aumentar com as obras que vão permitir mais voos, mais movimentos, e, portanto, é uma solução, de facto que urge resolver. -----

----- Continuando, os transportes públicos, Carris e Metro terem carreiras que sirvam os horários noturnos desses trabalhadores, a maior parte desta gente entre às 4 da manhã e nessa altura ou até antes e nessa altura, não há, de facto, oferta de transportes públicos, o que obriga como já foi aqui dito aqui, pelo Senhor Primeiro Peticionário que as pessoas utilizem os seus carros próprios para se deslocarem. -----

----- As empresas de aluguer de automóveis que estacionam indevidamente na Freguesia deveriam e devem ser obrigadas a encontrar garagens ou outros locais para seu estacionamento privativo, este conceito *low-cost* que depois, usa e abusa do espaço público é uma coisa que eu acho que não é, de facto, também admissível, deve haver regras e regras até que respeitem a concorrência e que impeçam que esta situação se mantenha. -----

----- A criação de parque de estacionamento nas entradas da cidade de Lisboa, os tais parques dissuasores, que tanto temos falado, com ligação aos transportes públicos para garantir estacionamento a quem se desloca utilizando esses transportes. -----

----- A construção de parque de estacionamento gratuitos em locais diversificados dentro da Freguesia destinado aos moradores, eu até admito pessoalmente que até pudesse haver um valor simbólico mas que, de facto, se resolvesse uma vez por todas esta grave situação dos Olivais, que o estacionamento tarifado não vai resolver, aliás, há dias, tive a oportunidade de visitar o Bairro da Encarnação, e que o Bairro precisa

mesmo é de muito asfalto. Aquelas ruas estão num estado de facto deplorável que não é sustentável nos dias que correm nem sequer acontece uma coisa dessas em bairros de génese ilegal que não é o caso.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário em Exercício, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz, do Bloco de Esquerda”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados.-----

----- Queremos saudar os Peticionários por se mobilizarem em prol da Cidade.-----

----- Saudamos a mobilização cidadã neste como noutros temas é importante que os lisboetas venham aqui nos digam o que pensam da cidade.-----

----- Os dados mais recentes indicam que entram na cidade de Lisboa, trezentos e setenta mil carros, todos os dias, os resultados deste fluxo diário de automóveis na cidade são deslocações mais lentas e menos eficazes, normalmente, os níveis de poluição na cidade, o impacto na saúde dos cidadãos.-----

----- Por estas razões continua a ser necessário criar condições para manter os veículos à entrada da cidade, articulando o seu estacionamento com facilidades de acesso à rede de transportes públicos e promovendo esta prática.-----

----- É necessário garantir o ordenamento e a regulação do estacionamento em toda a cidade e repensar a gestão das receitas geradas para que possam ser canalizadas para o sistema de transportes públicos ou para os modos suaves.-----

----- Finalmente, o estabelecimento de zonas de estacionamento de duração limitada na cidade deve ter tarifas de estacionamento mais caras no centro e mais baratas na periferia, garantindo estacionamento de longa duração para residentes.-----

----- Este processo tem de ser feita auscultando a população, ouvindo as suas preocupações e referendando a entrada da EMEL nas Freguesias onde se planeia a sua introdução, um compromisso, aliás, do próprio Partido Socialista que não foi cumprido.-----

----- O Bloco de Esquerda faz valer, o que representa os munícipes, continuaremos a defender o estacionamento regulado entre outras medidas, promoção dos transportes públicos, parques dissuasores e mobilidade suave como estratégia crucial pela descarbonização das alterações climáticas e pelo direito à cidade.-----

----- Como é descrito pelos Peticionários a delimitação das zonas da EMEL parece totalmente desadequada, doze zonas nos Olivais é demais.-----

----- Os Peticionários nem se opõem à entrada da EMEL na Freguesia, mas não estão de acordo com a zonagem, aliás, não há notícia de estudos que suportem as zonas aí criadas.-----

----- Assim saudando, o trabalho incansável de 8ª Comissão, que realizou várias diligências e reuniões sobre esta matéria votaremos a favor do Relatório proposto por concordarmos com o seu conteúdo. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário em Exercício, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caro Público. -----

----- Queria obviamente, em primeiro lugar, saudar a iniciativa dos Peticionários é um ato de democracia participativa e que nos ajuda a melhorar aquilo que é a gestão, mas também a fiscalização da ação do Executivo camarário, mas, em primeiro lugar, poder melhorar aquilo que são as intervenções e as políticas para a Cidade de Lisboa. -----

----- Esta questão do estacionamento, ela não é antiga, aliás, atravessá-la várias zonas da cidade e, em particular, também já é conhecida no caso dos Olivais, em particular em zonas de grande pressão de estacionamento, como é o caso do Bairro da Encarnação ou a zona circundante do cemitério. -----

----- Por um lado, temos esta necessidade de garantir estacionamento para os moradores, muitas vezes já ouvimos que a maior parte das casas no caso do Bairro da Encarnação têm garagens, mas também sabemos hoje em dia que é preciso ir ver a realidade daquelas casa e a maior parte dos espaços que eram acesso à garagem, portões de acesso à garagem que hoje em dia já não são pelo espaço exíguo, e porque algumas dessas moradias hoje em dia já não tem a mesma edificação que tinham no início foram ampliadas e, portanto, é preciso ter isso em conta, mas também é verdade que esta Freguesia tem sido fustigada por uma entrada abusiva e de ocupação do estacionamento por parte quer trabalhadores do Aeroporto, quer por parte de trabalhadores também do Parque das Nações muitas vezes são aqueles que querem lugar à porta de casa, mas depois não se não se importam de andar um quilómetro a pé para ir trabalhar, mas que vão estacionar dentro dos Olivais, como temos também um problema junto ao Cemitério dos Olivais e que o CDS já teve a oportunidade em reunião de Câmara de apresentar uma proposta nesse sentido para não falar, obviamente, também daquilo que é o acesso a quem vem em particular fora de Lisboa e que estaciona junto à estações metropolitanos, nos Olivais e da Encarnação. -----

----- Vimos algumas tentativas, de tentar a criar lugares de estacionamento, lembro alguns anos a criação de lugares de estacionamento em cima do passeio no Bairro da Encarnação, em particular na Zona Norte dificultaram a acessibilidade neste bairro e depois tiveram que ser alterados, foram colocados por iniciativa da Junta e, portanto,

este tem sido um processo evolutivo com algumas soluções que se tentou encontrar, mas que tem tido uma difícil resolução.-----

----- Falaram aqui, quer o Deputado Relator e bem, mas também os Peticionários sobre a extemporaneidade deste Relatório, a verdade é que ele não acontece só com este Relatório, já aconteceu com vários, muitas vezes ele acontece, porque nós não temos respostas atempadas, quer por parte da Câmara quer por parte da EMEL, este assunto em particular teve uma evolução como vocês sabem, não só naquilo que foram as várias audições que a 8ª Comissão fez mas também no território, houve várias Assembleias de Freguesia, houve reuniões centralizadas, houve outros debates públicos e, portanto, quisemos também acoplar, digamos assim, e verter no Parecer toda esta mesma evolução e, portanto, estamos aqui hoje passado, um ano.-----

----- Também foi dito pelo Peticionário, eu concordo, nós devemos tratar diferente aquilo que é diferente e, por isso é que nós olhamos para as zonas da Cidade de Lisboa não só para a área geográfica da Freguesia, mas para os bairros, como caso a caso, Freguesia a Freguesia, e foi por isso mesmo que na proposta que foi apresentada em reunião de Câmara, embora tenha sofrido uma redução das zonas, nós o CDS votámos contra, porque achamos que ela não serve aquilo que é as necessidades específicas dos Olivais e daqueles bairros dos Olivais e, portanto, entendemos que deveríamos votar contra exatamente por estas características desta zona da cidade serem muito específicas e próprias até, porque, como é dito no texto da Petição e nós ouvimos muitas vezes, participámos em alguns debates públicos e a nossa Autarca nos Olivais, a verdade é que há um corte da vivência de acesso a serviços essenciais que a população não percebe como é que ele é feito.-----

----- Eu percebo por um lado o trabalho que a EMEL tem que fazer, mas, por outro lado, parece-lhe que aquilo que tem sido apresentado em particular para a Freguesia dos Olivais com a entrada de estacionamento tarifado não serve, efetivamente, quem ali mora, mas também não serve os comerciantes.-----

----- Depois temos sempre a questão da ausência do debate.-----

----- Há consultas públicas, a EMEL diz que faz consultas públicas, mas a verdade é que, e é transversal a várias zonas da cidade, a população diz que nunca há informação suficiente, e é por isso que também veem nas recomendações e nós também a propusemos que a Câmara com uma rede tão grande de comunicação, nomeadamente de *mupis* e de *green show* não faça uso desses mesmos meios de publicitários que tem ao seu dispor para em cada zona da cidade fazer a promoção destas mesmas consultas públicas, aliás, importa dizer que nas várias audições da EMEL não só sobre os Olivais, mas sobre Benfica, e sobre Telheiras, foi-nos dito que tinham emitido jornais ou panfletos específicos.-----

----- Ora a verdade, é que sempre nos disseram os Peticionários que nunca viram nenhum deles, a verdade é que nós também pedimos acesso a esses mesmos documentos e não nunca os recebemos em sede de Comissão, o próprio CDS também o pediu à EMEL e até hoje, nunca o recebeu e, portanto, gostaríamos de um dia ter acesso aos mesmos.-----

----- Mas, como disse, vou já terminar, Senhor Presidente, houve uma evolução, houve várias iniciativas locais, e a verdade é que também os moradores muitas vezes ficaram há espera de que houvesse um referendo. O referendo foi prometido publicamente pela Junta de Freguesia dos Olivais e como sabemos é inconstitucional e não pode ser feito por uma Junta de Freguesia, porque estamos a falar de competências municipais e, portanto, dizendo que nós obviamente, vamos acompanhar as Recomendações da Comissão, e achamos que estamos na altura certa porque estamos a discutir o Regulamento Estacionamento na Via Pública. -----

----- A Câmara deve olhar para estas recomendações em caso de aprovação, e deve refletir sobre elas e puder fazer as alterações necessárias para que este Regulamento sirva efetivamente melhor a cidade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputado Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente.-----

----- Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- “Os Verdes” saúdam os subscritores da Petição nº 21/2018, concordando com as suas reivindicações.-----

----- Esta não é a primeira Petição que debatemos aqui sobre a entrada da EMEL nas Freguesias de Lisboa. Aliás, ainda hoje discutiremos mais uma Petição sobre o mesmo tema, e por este andar, não será por certo a última que iremos apreciar.-----

----- Importa referir que esta Petição deu entrada como já foi dito nos serviços da Assembleia em setembro do ano passado, e só hoje estamos a apreciar o Relatório elaborado pela 8ª Comissão, Relatório esse que apenas há algumas horas foi aprovado.-----

----- Ora, no entendimento do PEV esta não é a forma de fomentar uma efetiva democracia participativa. O exercício do direito de petição é colocado e bem, ao serviço das populações, para que possam participar ativamente na tomada de decisões e no desenvolvimento da cidade, e esse direito não se cumpre devidamente se os cidadãos estão à espera mais de um ano para que os seus contributos sejam debatidos em Plenário.-----

----- Além disso, apesar deste atraso, as recomendações que constam do Relatório são em tudo semelhantes às demais recomendações relativas a outras petições sobre o mesmo tema, além de que continuam a não ir ao encontro das justas preocupações dos Peticionários e, pior, não contemplam as suas sugestões.-----

----- À semelhança do que aconteceu em tantas outras Freguesias da cidade, a EMEL, por decisão da Câmara, decidiu criar nos Olivais as Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, para surpresa dos fregueses. -----

----- Surpresa, falta de divulgação, ausência de auscultação da população, consultas públicas no período de Verão, é o que tem caracterizado estes processos, e a Freguesia dos Olivais não foi exceção.-----

----- Uma das inúmeras preocupações expressas na Petição prende-se com o facto da divisão da Freguesia em 12 Zonas de Estacionamento de Duração Limitada não ter tido em conta as especificidades da Zona Histórica dos Olivais, dos Bairros dos Olivais Sul e dos Olivais Norte, da Encarnação e da Quinta do Morgado e de como condicionam o modo de vida dos seus residentes. Ora, por aqui se constata a forma de como todo o processo foi conduzido. -----

----- Os Peticionários defendem também a melhoria dos transportes públicos, com o reforço de carreiras e de horários. Medida com a qual o PEV está totalmente de acordo e tem reivindicado desde sempre, a par da implementação de parques de estacionamento dissuasores que, em conjunto, poderão mitigar a falta de estacionamento no interior da cidade e no seio das suas Freguesias. -----

----- É consensual e reconhecido por todos que nesta Freguesia o que mais contribui para a existência de estacionamento abusivo é a sua proximidade com o Aeroporto, a pressão causada pelo estacionamento dos seus trabalhadores, a presença massiva de viaturas de aluguer estacionadas na via pública e o facto das Freguesias vizinhas já serem alvo de tarifas de estacionamento, o que causa maior pressão na Freguesia dos Olivais. -----

----- Este último fator é a prova de que não podemos desligar as Freguesias umas das outras, pois o que pode parecer uma boa medida numa, pode prejudicar e muito as Freguesias adjacentes. -----

----- Há, de facto, vários problemas que é urgente resolver, nomeadamente a questão do estacionamento dos trabalhadores do Aeroporto, situação a que não está alheia a privatização da ANA, pois, antes, os trabalhadores podiam estacionar nos parques do Aeroporto.-----

----- Afirmamos que não é através de imposições que se resolve o problema do estacionamento na Freguesia dos Olivais ou na cidade de Lisboa. -----

----- Aguardamos por isso a vinda a esta Assembleia do Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública da Cidade de Lisboa, cuja revisão “Os Verdes” propuseram em maio através de uma Recomendação, onde propunham igualmente a promoção de audições públicas que permitam aclarar os critérios da definição das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e ainda que a Câmara Municipal de Lisboa apresentasse a esta Assembleia um relatório de ponderação com base nos contributos recebidos. -----

----- Ou seja, há muito por fazer e o caminho não poder o seguido pela EMEL. A EMEL deve melhorar o estacionamento e não ser apenas uma fonte de negócio para o Município. -----



----- Por isso mesmo, “Os Verdes” votarão contra as Recomendações do Relatório da 8ª Comissão, reiterando que apoiam as legítimas reivindicações dos Peticionários, que voltamos a saudar. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Domingues do PSD” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- Antes de tudo não posso começar a minha intervenção sem deixar de felicitar o grupo de cidadãos que apresentou a Petição sob o título” Contra o imposto EMEL” pelo estacionamento gratuito residentes em toda a Freguesia dos Olivais”, pelo ato de cidadania de consubstanciado na apresentação para análise desta Assembleia e posterior defesa da referida Petição. -----

----- O tema do estacionamento tarifado na Freguesia dos Olivais, trata-se de uma matéria em que o Partido Social Democrata sempre se empenhou em discutir com abertura, dedicação, sentido crítico, engenho e espírito de iniciativa, com vista à resolução de um problema que, em nosso entender, não foi conduzido da melhor forma desde o início, não tendo as soluções que sucessivamente foram sendo apresentadas, tendo em conta as necessidades, problemas, preocupações e ambições da população. -----

----- A criação na Freguesia dos Olivais de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, geridas pela EMEL é um assunto que há muito preocupa os olivalenses e estes deviam ter sido ouvidos atempadamente com vista à obtenção das melhores soluções para as suas preocupações e anseios. -----

----- O PSD sempre se manifestou contra a entrada da EMEL nos Olivais e não mudou de opinião, entrando a EMEL nos Olivais em nosso entender, a solução devia ter passado por uma única zona de estacionamento tarifado em toda a Freguesia solução que, na opinião do PSD deveria ser adotada em toda a cidade de Lisboa, ou seja uma única zona de estacionamento tarifado por Freguesia como tem defendido o PSD relembrando, aliás, a Recomendação por nós apresentada com o título, “Uma zona de estacionamento EMEL por Freguesia”, e que veio a ser rejeitado este ano nesta Assembleia. -----

----- Na verdade, o atual zonamento da EMEL, em nosso entender, a principal fonte de rejeição por parte dos moradores da Freguesia dos Olivais pela completa incompreensão que gera dada a falta de relacionamento entre as zonas do EMEL e o território. -----

----- No caso dos Olivais não vislumbramos qualquer vantagem que advenha da divisão da Freguesia por zonas, em nosso entender, há zonas da Freguesia que não tem atualmente problemas de estacionamento e continuarão a não ter com a desvantagem dos moradores estarem a pagar atualmente entre 12 e 132 euros por ano quando consoante o fogo disponha de um ou três veículos automóveis. -----

----- Desta Petição como de outras que já foram discutidas aqui nesta Assembleia a mesma tem um traço comum, que importa referir, que se refere à alegada falta de informação prestada aos residentes aquando da realização da obrigatória consulta pública. -----

----- Para o PSD deveria ser empregue todos os meios ao dispor da Câmara Municipal de Lisboa, das Juntas de Freguesia e da EMEL para que este tipo de consultas públicas tenha a necessária e obrigatória informação, com vista a que a participação seja mais alargado possível e que todos os cidadãos residentes que o queiram deem o seu contributo para que sejam encontradas as melhores alternativas e possíveis soluções concretas com vista à melhoria do estacionamento e necessariamente também da sua qualidade de vida. -----

----- Quanto a esta divulgação, para além dos meios já usados que se encontram legalmente determinados, deveriam ser usados outros meios ao dispor do Município, como são os *mupis* espalhados pela cidade destinados à divulgação institucional, mas também deveria ser ponderada a eventual criação de parcerias com as associações locais, com os clubes desportivos, com as comissões de moradores e com as diversas igrejas, todos os credos instaladas nas Freguesias da cidade já que estas entidades que poderão ter um papel fulcral na divulgação das consultas públicas. -----

----- Por outro lado, a população da Freguesia não entende para que servem as consultas públicas com cerca de 80% dos participantes na consulta realizada sob entrada da EMEL, na Freguesia dos Olivais ocorrida no Verão de 2018 manifestou-se contra a entrada desta empresa na Freguesia. -----

----- Não entendem, de igual forma, porque não foram ouvidas as associações representativas dos comerciantes, o movimento associativo da Freguesia fortíssima em coletividade desporto, cultura e recreio, tendo apenas sido ouvido uma Associação Moradores, que não se encontrava altura legalizada e que não se sabe ao certo quantos moradores representava. -----

----- Por outro lado, neste momento, a população aguarda a realização de um referendo aprovada em reunião de Assembleia de Freguesia dos Olivais, realizada no passado dia 26 de junho de 2019. -----

----- A participação dos cidadãos em todo este processo é importantíssima o Partido Social Democrata quer contribuir para uma efetiva melhoria da qualidade de vida na Freguesia, quer ajudar a encontrar uma solução e não atizar um problema que surgiu essencialmente por todo o processo relacionado com a criação na Freguesia dos Olivais Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, gerida pela EMEL ter sido mal conduzido desde o início e por opinião da população não ter sido tido em conta num problema do seu dia-a-dia... essencialmente é seu. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador Miguel Gaspar.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu penso que não há mais ninguém inscrito, mas...-----

----- Quem?-----

----- Duarte Carreira, mas não estava lá inscrito.-----

----- **Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Duarte Carreira (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, um cumprimento muito especial aos residentes dos Olivais aqui presentes e uma saudação também muito especial a todos os Peticionários por esta ação de cidadania participativa.-----

----- Na opinião da Junta de Freguesia a implementação da EMEL nos Olivais está devidamente consolidada, e os problemas resultantes da falta de regulação do estacionamento estão na sua grande maioria resolvidos.-----

----- Se não vejamos, a partir de 2014, mas, principalmente a partir de 2016 a Freguesia dos Olivais transformou-se no grande parque de estacionamento livre e gratuito e a céu aberto da cidade de Lisboa, e as zonas de grande pressão de estacionamento estão e foram devidamente identificadas.-----

----- O Aeroporto de Lisboa, destacando, principalmente a partir de 2016 houve um crescimento exponencial do número de passageiros no Aeroporto de Lisboa, mais passageiros significa uma maior infraestrutura aeroportuária com mais trabalhadores, com mais viaturas de *rent-a-car* e muitos trabalhadores, muitos passageiros, muitas viaturas de aluguer, durante todos os dias e durante longos dias a fio, estacionavam as suas viaturas na Freguesia dos Olivais em ruas que os moradores tão bem sabem como: Rua dos Eucaliptos, a Rua da Portela, a Rua Cidade da Beira.-----

----- Também e isso deixa-nos felizes, porque temos uma Freguesia bem servida de transportes públicos, nomeadamente com várias estações de metro e também as estações de metro foram uma zona de pressão de estacionamento, nomeadamente, a Estação de Metro do Bairro da Encarnação, mas também a Estação de Metro de Cabo Ruivo, com a consequência que também todos conhecemos da parada do cemitério não poder cumprir a sua função de estacionamento a quem numa situação que tantas vezes de dor e sofrimento vai a uma cerimónia fúnebre despedir-se do ente querido, porque está diariamente, consecutivamente ocupada por viaturas que vêm de fora,

muitas vezes também de *rent-a-car* e outras e que não estão afetadas, ao que não estão envolvidas com a atividade do cemitério. -----

----- Mas também a zona histórica dos Olivais, Olivais Velho, que devido a sua proximidade à Gare do Oriente também, consecutivamente é uma zona de grande pressão de estacionamento, e a Junta de freguesia recebeu centenas de pedidos de cidadãos individuais cidadãos organizados a pedir o fim deste estacionamento selvagem, a pedir o fim de estacionamento nos espaços verdes da Freguesia, a pedir o fim dos estacionamentos no espaço público, nos passeios da Freguesia dos Olivais, a pedir a regulação de estacionamento. E hoje em novembro de 2019, a situação está bem diferente, felizmente, regressou a paz social e a tranquilidade que sempre caracterizaram o nosso território novamente, a Freguesia dos Olivais ganhou a sua natureza de Freguesia eminentemente residencial e não um grande parque estacionamentos e gratuito.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Registamos para comprovar estes factos, uma diminuição substantiva das reclamações relacionadas com esta problemática na Junta de Freguesia dos Olivais se em 2016, por exemplo, a principal foco de informações, à Junta de Freguesia tinham que ver com o estacionamento, falta de estacionamento por parte dos residentes hoje essas comunicações já não existem e até referir mais uma coisa, porque esse assunto foi aqui destacado.-----

----- Hoje ao contrário do que acontecia antes de março de 2018, que foi quando entrou em atividade e EMEL na Freguesia dos Olivais, já é possível o acesso aos equipamentos essenciais, hoje quem opta por estacionar... -----

----- Só um momento, Senhor Presidente, vou concluir. -----

----- Hoje quem opta por deslocar-se ao Centro de Saúde em viatura própria já pode estacionar e pode estacionar porque há lugar, tem lugar, antes de março de 2018, não tinha lugar por isso não poderia estacionar.-----

----- Para finalizar, destacar aqui que este processo dinâmico da implementação da EMEL, a Freguesia dos Olivais tem sido executado em conjunto pela Câmara Municipal de Lisboa, EMEL e Junta de Freguesia dos Olivais, em estreita articulação que já formalizámos junto da Câmara Municipal de Lisboa, um pedido de redução do número de zonas na Freguesia dos Olivais, e em conclusão podemos dizer que hoje finalmente, a Freguesia dos Olivais deixou de ser um parque de estacionamento livre e a céu aberto, em benefício de quem reside nos Olivais, em benefício de quem trabalha nos Olivais, em benefício de quem visita os Olivais e em benefício também acreditamos de toda a Cidade de Lisboa e todos os lisboetas.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- O público não se pode manifestar. -----

----- Portanto, peço à Senhora Segunda Secretária para dar a palavra ao próximo orador.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Valente do Partido Socialista com tempo cedido pelo PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores e Senhoras e também aos Senhores Peticionários. -----

----- Senhores Deputados, acho lamentável, virem aqui para o Plenário falar do tempo que esta Petição demorou, esta manhã em reunião de Comissão que primou, diga-se pela ausência, de alguns partidos, esse assunto foi devidamente escarpelizado e esclarecido, por isso, Senhores Deputados, não venham para aqui agora falar para a plateia para também ficarem bem na fotografia. -----

----- A democracia só é democracia quando os nossos pontos de vista, só aprovados? -

----- É esta a versão de democracia que alguns Deputados aqui manifestam! -----

----- A Cidade de Lisboa é composta por 24 Freguesias, e é, tendo em atenção este pressuposto que a Câmara e a EMEL governam e gerem o espaço disponível para usufruto dos seus habitantes, quer seja no estacionamento ou noutra atividade, seja ela comercial, desportiva ou outra, e é neste sentido que o Partido Socialista vai votar favoravelmente este Relatório da 8ª Comissão, uma vez que nos parece ser um Relatório ponderado e que vai ao encontro do solicitado pelos Senhores Peticionários, assim como pela Junta de Freguesia. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador Miguel Gaspar.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Eu antes de mais gostava de dar os parabéns, quer aos Senhores Peticionários, quer aos Senhores Deputados por duas razões. -----

----- Aos Peticionários, porque demostram, de facto, que houve bom funcionamento do Estado de direito democrático em que todos os mecanismos funcionam e que nós conseguimos alargar este debate da Freguesia dos Olivais, talvez o mais alargado debate que tem havido na EMEL na cidade. -----

----- A segunda a questão aos Senhores Deputados, porque se há tema que nos entusiasma na discussão política quer em Câmara, quer nesta Assembleia é o tema da EMEL. Os debates são vivos são diversificados e conseguir chegar a este texto da conclusão da Comissão, eu gostava de dizer que a Câmara se revê perfeitamente das

conclusões da mesma, e acho que foi feito um bom esforço de conciliação de posições, e de tentarmos melhorar e andar para a frente. -----

----- Senhor Presidente, também gostava de dizer o seguinte, está de facto em vigor neste momento a Revisão de Regulamento de Estacionamento na Cidade de Lisboa, o Senhor Presidente da 8ª Comissão não me deixará mentir quando eu próprio insisto para conseguir debater estes temas com os Senhores Deputados, tivemos oportunidade de o fazer a semana passada e, ao contrário das grandes preocupações trazidas aqui por CDS, das grandes preocupações trazido aqui pelo PEV em sede própria não as trouxeram.-----

----- Na 8ª Comissão nenhuma daquilo que são as preocupações que os Senhores Deputados dizem aqui que agora é muito importante rever, não tiveram nenhum contributo para dar nessa discussão. -----

----- Os Senhores Deputados acham que é necessário melhorar os mecanismos de consulta pública, além daquilo que está no Regulamento, além que a Câmara faz, além do que está no Regulamento, não propuseram nenhuma proposta nesse sentido, ainda vão a tempo Senhores Deputados, se o fizerem, terei muito gosto de discutir isso convosco. -----

----- Agora não vale é quando se debate as coisas no concreto nada a dizer e quando se fala para a plateia, como já aqui foi dito dizer que se quer fazer tudo.-----

----- Agora indo aqui ao concreto dos Peticionários. -----

----- Eu acho que também é importante ficar para memória futura, o PSD é contra a EMEL nos Olivais, não quer melhorar a situação de estacionamento nos Olivais, o PCP é contra a EMEL nos Olivais, e faz uma coisa que o PCP gosta muito de fazer que é passar o problema para os outros, isto não é da Câmara é do Aeroporto. -----

----- Ora, o que aqui está é uma ação de responsabilidade deste Executivo a tentar melhorar a qualidade de vida dos residentes dos Olivais, e sinceramente aquilo que todos até os Peticionários dizem, quando dizem que a EMEL no final do dia é um mal menor, mas então que haja EMEL, que haja EMEL na Freguesia toda, é esta a posição dos Peticionários, não é só esta, mas também é esta, também dizem que a solução passa por aqui.-----

----- Agora há uma coisa que é o foco da discussão nos Olivais, não vale a pena dizer outra coisa, que é quando os Senhores Peticionários, com todo o respeito confundem acessibilidade com gratuitidade. -----

----- Que acessibilidade é que existe quando temos um parque estacionamento cheio?--

----- Que acessibilidade é que existe quando eu quero ir ao Centro de Saúde e não tenho lugar para estacionar?-----

----- Que acessibilidade é que existe quando eu quero chegar ao pé da estação de metro e não há onde estacionar?-----

----- Que acessibilidade é que existe quando eu quero ir a um supermercado, ou a uma escola e não consigo estacionar? -----

----- Independentemente de quem estaciona, um estacionamento cheio é um estacionamento cheio, e aquilo que se procura com a EMEL nos Olivais, é que haja lugares para estacionar, que os residentes estacionem melhor ao pé da sua casa, que os

senhores comerciantes consigam que os clientes estacionam à porta da sua loja, porque se os estacionamentos tiverem todos cheios por alguém que lá estacionou primeiro, também não terão os seus clientes a estacionar, porque não têm onde.-----

----- É possível melhorar o que lá temos? -----

----- É sempre possível. -----

----- A grande vantagem da EMEL é que não está escrito na pedra em lado nenhum, podemos melhorar, podemos discutir as zonas, a Junta de Freguesia Olivais tem feito acertos aquilo que é a implementação da EMEL nos Olivais, e eu, pessoalmente tenho mostrado sempre toda a disponibilidade para o debate, é isto o debate democrático. ----

----- Eu fui à Assembleia de Freguesia, também, gostava de dizer isto ao Senhor Peticionário, quando eu conheci a Petição pela primeira vez, foi numa sessão no edifício da Junta de Freguesia, onde o Senhor Peticionário apresentou a Petição e foi-se embora não me ouviu para resposta.-----

----- Portanto, a questão, nós temos que discutir as coisas como um todo significa; saber ouvir saber, saber ouvir, saber ouvir e saber falar e agora mais recentemente, temos tido a oportunidade de discutir, mas eu acho que não é razoável discutir o que é que é o Estado de direito democrático, se não estivemos disponíveis para ouvir todas as posições. -----

----- Eu gostava de agradecer uma vez mais aos Peticionários, coisas com algumas preocupações vossas são razoáveis, nós introduzimos alterações no Regulamento de Estacionamento também com os vossos contributos, nomeadamente, a questão dos cuidadores informais, por exemplo, e estamos a melhorar... -----

----- Se não é verdade convidou-a a ler o Regulamento que está em consulta pública, e aos partidos desta Assembleia, que de facto quiserem dar contributos convidado, de facto, a contribuir e não só a dar sugestões para os outros fazerem, façam Senhores Deputados. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.”-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 092/01 (8ªCP) sobre a Petição 21/2018**. Votos contra do PSD, PCP, PEV, abstenção do MPT e dos Deputados Municipais Independentes Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, CDS-PP, BE, PAN e dos Deputados (as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Brito e Teresa Craveiro. **A Recomendação n.º 092/01 foi aprovada por maioria.**-----

----- *(O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes, não participou na apreciação e votação desta Recomendação por impedimento legal.)*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só uma declaração o Deputado Rui Costa não participou porque não pode participar nesta votação. -----

----- O PCP irá apresentar uma declaração de voto. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Declaração de Voto do Grupo Municipal do PCP, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do Artigo 63º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, sobre a votação do relatório da 8ª Comissão Permanente – Transportes, Mobilidade e Segurança sobre a Petição n.º 21/2018, com data de entrada na Assembleia Municipal de Lisboa de 03 de Setembro de 2018 intitulada, “Contra o «Imposto EMEL», Pelo Estacionamento Gratuito dos Residentes em Toda a Freguesia dos Olivais”, votado no dia 28 de Novembro de 2019, na 92ª Reunião – 57ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa:* -----

----- *No início do seu mandato - 2013/2017 - a Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais assumiu o compromisso de que a EMEL só iria para os Olivais a pedido da população e através de referendo local;* -----

----- *O PCP, apoia as posições da população da Freguesia dos Olivais posicionando-se contra a entrada da EMEL nos Olivais nos moldes anunciados pela Câmara Municipal de Lisboa no que se refere aos residentes, sem admitir sequer a criação de uma zona única para quem reside nessa freguesia.* -----

----- *A entrada da EMEL na Freguesia dos Olivais não foi pedida pelos moradores, uma vez que receiam os impactos na sua mobilidade e possíveis custos futuros.* -----

----- *O PCP sempre assumiu e continua a assumir que a entrada da EMEL por si só não resolve os problemas existentes no estacionamento na Freguesia de Olivais, que trará para a população mais prejuízos que benefícios.* -----

----- *Conforme o PCP já propôs, a solução para a melhoria do estacionamento para os moradores dos Olivais deveria passar pela criação das seguintes condições:* -----

----- *O direito dos trabalhadores das várias empresas a prestar serviço no Aeroporto de poderem estacionar nos parques do Aeroporto, tal como antes da privatização da ANA;* -----

----- *Os transportes públicos, Carris e Metro, terem carreiras que sirvam os horários nocturnos desses trabalhadores;* -----

----- *As empresas de aluguer de automóveis, que estacionam indevidamente na freguesia, deverem ser obrigadas a encontrar garagens ou outros locais para seu estacionamento privativo;* -----

----- *A criação de parques de estacionamento nas entradas da cidade de Lisboa, com ligação aos transportes públicos, para garantir estacionamento a quem se desloca, utilizando esses transportes;* -----

----- *A construção de parques de estacionamento gratuitos, em locais diversificados dentro da freguesia, destinados aos moradores.* -----

----- *Por último, o Grupo Municipal do PCP sublinha o facto negativo que consistiu o adiamento, por diversos meses, da aprovação por parte da 8ª CPMS do presente relatório e conseqüentemente, atrasando a sua subida e discussão por parte da Assembleia Municipal de Lisboa, porque o Partido Socialista, usando a sua maioria*



*absoluta, assim o exigiu face a acontecimentos que referiu terem existido durante a realização de uma sessão da Assembleia de Freguesia dos Olivais, mostrando-se desagrado com os protestos de cidadãos que aí se dirigiram e que considerou serem atentatórios da democracia.*-----

*----- Ora, para o Partido Comunista Português, o objecto de trabalho sempre foi a Petição n.º 21/2018 e não a relação existente entre os órgãos autárquicos da Freguesia dos Olivais e os seus fregueses.*-----

*----- Acresce ainda que, este atraso no tratamento da Petição n.º 21/2018, não só nada acrescentou de substantivo ao respectivo relatório e recomendações, como se manteve afastado dos problemas apresentados pelos peticionários, contribuindo assim para descredibilizar o instituto da petição e afastar os cidadãos dos seus órgãos representativos.*-----

*----- Por todas estas razões o PCP votou contra este relatório e respectivas recomendações.*-----

*----- Pelo Grupo Municipal do PCP, O Deputado Municipal (IND) - Fernando Correia.”*-----

**PONTO 3 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 30/2018 – “REQUALIFICAÇÃO DO MIRADOURO DE SANTA CATARINA”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTº 85ª DO REGIMENTO; 1,5X GRELHA BASE: 56 MINUTOS E QUINZE SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS SUBSCRITORES;**-----

*----- (A Petição n.º 30/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante).*-----

**PONTO 4 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 34/2018 – “POR UM ADAMASTOR DE TODOS E PARA TODOS”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE: 56 MINUTOS E QUINZE SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

*----- (A Petição n.º 34/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante).*-----

**RELATÓRIO CONJUNTO DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PETIÇÃO N.º 30/2018 E PETIÇÃO N.º 34/2018;**-----

*----- (O Relatório conjunto da 3ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 30/2018 e Petição n.º 34/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante).*-----

**RECOMENDAÇÃO N.º 092/02 (3ªCP);**-----

*----- (Recomendação n.º 092/02 (3ªCP) fica anexada à presente Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante).*-----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

*----- “Vamos passar ao ponto seguinte, eu pedia a vossa atenção aos pontos seguintes, aliás, porque, vão ser discutidos em conjunto.*-----

----- Peço a vossa atenção, a Petição 30/2018 e a Petição 34/2018, tal como foi solicitado na Conferência dos Representantes. -----

----- Estas Petições, começaremos por ouvir os Peticionários que, neste caso, uma cidadã que falará pela Petição 30 e outra pela Petição 34, e que exorará cada uma delas de 10 minutos, depois daríamos a palavra ao Relator que é o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN e a seguir, faremos o debate. -----

----- Portanto, há uma discussão conjunta, mas não há uma compressão dos tempos, os Partidos dispõem os Deputados como se a discussão não fosse conjunta, portanto, para poderem efetivamente expressar os seus pontos de vista e, portanto, dito isto vamos começar, dando a palavra à cidadã a Vigília Ascensão Lopes que vai falar da Petição 32 de 2018, durante 10 minutos.” -----

----- **A Peticionária, Senhora Vigília Ascensão Lopes,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- Boa tarde a todos. -----

----- Ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e ao Público. -----

----- Eu sou a Vigília Lopes como fui apresentada e pertenço à Associação “A Voz do Bairro”. -----

----- A nossa Associação que é uma Associação de Moradores foi a responsável pela Petição que eu agora vou apresentar. -----

----- Esta Petição diz respeito à requalificação do Miradouro do Alto de Santa Catarina. -----

----- Este Miradouro, um Miradouro muito antigo do Século XVI que foi caindo com os anos e que se mantém desde o Século XIX, fins de Século XIX princípios do Século XX devido a uma muralha que tem à sua volta, é um Miradouro muito especial, porque junto a ele tem casas de habitação. -----

----- Tem moradores, moradores que estão mesmo encostadinhos ao Miradouro, ao lado e por baixo do Miradouro existem prédios que têm terraços, cada um para o Miradouro. -----

----- É um Miradouro muito especial foi sempre muito sossegado, agora com a invasão dos turistas. -----

----- Foi requalificado em 2013, foi alterado, modernizado, feito em anfiteatro de modo a que todos pudessem ter acesso à vista, que é bastante bonita deste Miradouro sobre o Tejo e sobre as margens do Tejo. -----

----- Acontece por circunstâncias provavelmente, do turismo, dos bares, chamaram os vendedores de droga, vendedores de bebidas para a rua, acontece que o Miradouro se tornou num dos pontos negros da nossa Freguesia. -----

----- A nossa Freguesia, a Freguesia da Misericórdia é uma Freguesia que realmente tem alguns problemas de ruído, de má vizinhança em alguns sítios como se pode verificar no Bairro Alto, no Cais Sodré e na Bica. Mas o Miradouro de Santa Catarina estava numa situação muito pior, as pessoas iam para ali beber, drogarem-se e tinham comportamentos bastante maus, que permaneciam ali a noite inteira, faziam barulho,

os moradores não descansavam, e mais, depois de terem bebido, de se terem drogado, tomavam atitudes incríveis, desde a mandarem lixo e até um sofá, como foi dito, e a Senhora que recebeu o sofá no seu terraço teve numa reunião aberta no Liceu Passos Manuel, atiravam tudo para os terraços das pessoas, partiam telhas, para já não falar de lutas com garrafas e outras coisas, que tais. -----

----- O lixo era mais que muito e a Câmara não conseguia manter o relvado, as pessoas além de se sentarem não permitiram nunca que houvesse possibilidades de regar e, portanto, metia-se relva e desaparecia.-----

----- Realmente, nós moradores daquela Freguesia, sentíamos algum receio em passar nas imediações sequer deste Miradouro, que tinha feito parte da nossa casa durante anos, onde as pessoas e os moradores iam ali descansar. -----

----- Acontece que começaram as obras, estávamos contentes, porque ia haver uma melhoria, haver uma requalificação, estava tudo é muito mau estado até “O Adamastor” que é a estátua que lá está desde 1927, de vez em quando levava com pedradas, e estava realmente, vandalizada, tudo isso nos fazia acreditar que aquilo poderia melhorar com as obras.-----

----- As obras pararam, havia um movimento que era “Libertem O Adamastor” de pessoas que não são da nossa Freguesia, muito menos do nosso bairro. -----

----- A maioria delas são de fora, havia algumas até da nossa Freguesia, mas não do Bairro de Santa Catarina, e essas pessoas não queriam grades, não queriam o fecho do Miradouro, não queriam nada, queriam que a situação permanecesse tal e qual. Não sei como resolveram o problema, porque nunca percebemos as sugestões. -----

----- Acontece que nós, nessa altura, moradoras, e só fizemos uma Petição, é pouca gente, podem dizer 444 pessoas, mas 444 pessoas que vivem em redor do Miradouro que vivem junto ao Miradouro, não são as pessoas todas da Freguesia sequer. -----

----- Preocupámos em apresentar em nome daquelas pessoas que sentem todos os dias e a todas as horas, os intervenientes de estar junto a um lugar tão sossegado, que de repente ficou a violar os seus direitos de qualidade de vida, os seus direitos de paz, de sossego e repouso que a nossa Constituição também remete nos direitos fundamentais, para os direitos do Homem, que a nossa Constituição nos ajuda, que nos deve permitir que pensemos que somos pessoas que moramos à volta deste Miradouro, que temos direito ao sossego, ao repouso.-----

----- E não só estas pessoas que vivem à volta, todos os outros da Freguesia, todos aqueles que nos visitam têm direito a ter um lugar em que prevaleça a paz, o sossego em que possam ver à vontade a nossa Lisboa, o nosso rio, como desde o Século XVI, este promontório nos permite visualizar. -----

----- Perante isso fizemos então o abaixo-assinado, apresentámos nesta Assembleia em novembro do ano passado, entregámos aqui o abaixo-assinado, e depois fomos ouvidos pela 3ª Comissão Permanente do Ambiente e Qualidade de Vida.-----

----- Acontece que, paralelamente fomos à reunião da Câmara, e isto é uma achega e, fomos à reunião da Câmara, tivemos com os outros Peticionários junto com o Senhor Presidente e os engenheiros, vimos os projetos, fomos mais tarde todos convocados para o Liceu Passos Manuel, entre aspas que é agora Escola Secundária, mas está lá

escrito liceu, porque é o primeiro liceu construído para liceu, fomos todos ouvidos, houve um debate e foi aprovado o fecho do Miradouro em reunião da Assembleia de Freguesia. -----

----- Portanto, o que nós pretendíamos era que o Miradouro fechasse à noite, que as pessoas não permanecessem lá, que houvesse mais policiamento e videovigilância, neste momento, o Miradouro já tem o gradeamento, que é um gradeamento muito bonito, a gente pode ver inclusive a vista através do gradeamento, não é nada que nos choca, fecha à noite, das onze meia às sete da manhã, temos tido um ambiente calmo junto ao Miradouro, era só isso que eu queria acrescentar.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, eu agora dava a palavra à cidadã, Rosa Sofia Matos Ramos, para falar da Petição 34 de 2018.”-----

----- **A Peticionária, Senhora Rosa Sofia Matos Ramos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- O meu nome é Rosa Ramos, sou representante do “Movimento Libertem o Adamastor.” -----

----- O “Movimento Libertem o Adamastor” é um movimento que surgiu de modo espontâneo nas redes sociais, nomeadamente no *facebook*, no final de julho de 2018, quando não foram iniciadas as obras no Jardim do Miradouro de Santa Catarina. -----

----- O espaço foi simplesmente gradeado, foi ali instalada uma grade sem qualquer aviso de obras, sem que qualquer projeto de obras estivesse discutido ou aprovado, sem qualquer aviso aos moradores, aos residentes, aos visitantes, nem a concessionária do quiosque sabia na altura o que é que se passava, nem os Vereadores Eleitos na Câmara Municipal de Lisboa tinham conhecimento do que é que acontecia em Santa Catarina. -----

----- Durante o mês de julho, teve lá só a grade que impedia o uso do espaço, algures em agosto de 2018 surgiu em Santa Catarina, uma rede verde, opaca, que tinha a única e exclusiva objetivo de vedar a vista sobre o rio Tejo, sobre a ponte, sobre Lisboa e sobre a margem Sul, aquela rede servia para tapar o sol de quem ainda frequentava a esplanada do quiosque que não estava fechada. -----

----- Hoje, quase um ano depois de termos apresentados na Assembleia Municipal, no dia 14 de dezembro de 2018, uma Petição Pública com mais de 4000 assinaturas, e depois do decurso de todo um processo, como já disse, iniciou em julho de 2018 com a súbita encerramento do espaço, e que nas palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, proferidas na reunião que aconteceu mais de seis meses depois do encerramento do espaço, em fevereiro de 2019, quando, finalmente, o projeto de obras de Santa Catarina foi apresentado ao público no Liceu Passos Manuel, nas palavras do próprio Presidente da Câmara, todo este processo foi mal conduzido desde o seu início. -----

----- Foi mal conduzido, porque praticamente não foi democrático, foi lá instalar, a grade e agora, vamos ver, pode ser que ninguém se queixe, pode ser que ninguém repare, pode ser que ninguém goste “O Adamastor”.-----

----- Estamos aqui hoje para debater é um facto consumado, a grade está em Santa Catarina, é pena que seja demasiado tarde, é pena que a grade lá esteja, é pena que se tenham gasto mais de trezentos mil euros mais IVA de dinheiros públicos a construir e a instalar uma grade que não resolve qualquer tipo de problema. -----

----- A Freguesia da Misericórdia é uma Freguesia com todos devem saber, inclui muito mais espaços, além, do “Adamastor”, inclui a Bica, o Bairro Alto, o Cais do Sodré, o Largo de São Paulo, a Rua Cor-de-Rosa, a começar pelo Bairro Alto e a acabar no Cais do Sodré, duvido que haja algum morador em Lisboa, para além destes dois locais que mais queixas tenham sobre; barulho, ruído noturno, consumo de álcool na rua, tráfico de drogas, o imenso lixo que a Câmara Municipal de Lisboa não consegue limpar, que recentemente, passou essa competência para as Juntas de Freguesia que continuam a não conseguir limpar, principalmente as Freguesias como a de Santa Catarina que são utilizadas durante 24 horas por dia, pelo número crescente de turistas que tem estado em Lisboa. -----

----- É pena que todo este dinheiro tenha sido gasto a instalar uma grade, que não recolhe o lixo, não insonoriza o local, não impede que as pessoas circulem à volta, é pena que todo este dinheiro tenha sido gasto depois de em 2012/2013 ali ter sido gastos cerca de um milhão de euros numa obra de requalificação que na palavra dos próprios moradores, como acabámos de ouvir, destruiu o Jardim do Miradouro do Alto de Santa Catarina e transformou aquilo que era um jardim romântico, típico de Lisboa naquilo que hoje parece uma pedreira.-----

----- É pena que a cidade continue a ser discutida com base num modelo, de quero posso e mando, desenhado nos gabinetes da Câmara Municipal de Lisboa, sem ouvir os cidadãos e sem uma verdadeira discussão pública.-----

----- É pena que nenhum instrumento democrático esteja efetivamente ao serviço dos cidadãos que querem exercer uma cidadania ativa.-----

----- É pena que a Assembleia Municipal de Lisboa contribua para este cenário a não cumprir o seu próprio regulamento.-----

----- É pena que uma Petição com mais de 4000 assinaturas, e outra com 400 que é exatamente tão legítima como a nossa não tenham sido apreciadas em tempo útil. -----

----- É pena que os Deputados Eleitos com o nosso voto para nos representarem aqui na Assembleia Municipal de Lisboa, não compreendam a importância deste instrumento de participação pública dos cidadãos, e não lhe deem um verdadeiro sentido prático e utilidade política.-----

----- É pena que os Eleitos se abstenham de ouvir e dar voz aos Eleitores, e depois apareçam cada vez mais surpreendidos quando em cada eleição a abstenção cresce. ----

----- Lamento informar-vos, mas uma coisa é, vem na sequência da outra. -----

----- Quando se tenta intervir, quando se tenta utilizar os instrumentos de participação pública e não se consegue, as pessoas tendem a pensar que não vale a pena. -----

----- Não vale a pena fazer petições, não vale a pena votar. É pena! -----

----- É pena que continuemos aqui já depois da grade lá instalada. -----  
----- Podemos ainda assim, dizer que da nossa perspectiva perdemos “O Adamastor”, mas ainda temos alguma esperança. -----  
----- Foi hoje de manhã discutido na Câmara Municipal de Lisboa, pena também, não tenha sido numa reunião pública, mas numa reunião à porta fechada, o processo do Martim Moniz, que, no nosso entender, nos pareceu uma sequência, um precedente aberto pela grade “O Adamastor”. -----  
----- Projetaram uma grade como a “O Adamastor”, fecharam o espaço, e ainda não havia nenhum projeto público conhecido para “O Adamastor”, mas já estava a ser apresentado em novembro do ano passado, no Hotel Mundial um projeto no qual previam gradear a Praça do Martim Moniz e transformá-la numa espécie de centro comercial composto por contentores, felizmente, no Martim Moniz foi possível fazer algum debate e veremos o que sai de lá.-----  
----- Ainda assim, a Câmara continuou na sua linha política, do quero, posso e mando, instalando uns tapumes fechando a praça, prometendo depois retirá-las em setembro e tendo-os retirado agora no início do mês de novembro. -----  
----- Quanto ao caso específico “O Adamastor”, neste momento já não vale a pena decidir a questão de fundo da grade, da segregação que ela significa, fechar uma praça pública, fechar um espaço como é o Miradouro de Santa Catarina não é forma de fazer cidade, não é forma de resolver problemas de tráfico de droga, não é forma de resolver problemas de segurança, insegurança, comportamentos violentos, ameaças, excesso de consumo de álcool, excesso de consumo de drogas, nenhum desses problemas se resolve no Século XXI, num Estado de direito democrático, encerrando com grades praças públicas no centro da cidade. -----  
----- Neste momento, o que interessaria discutir, o que interessaria apreciar era a forma como vai ser acompanhado, quais são os mecanismos de acompanhamento da grade, parece que no Parecer que foi emitido sobre as Petições ficou decidido que a grade teria que ser provisória, que teria que haver medidas de acompanhamento, nomeadamente, o reforço da iluminação. -----  
----- Neste momento, as obras foram acabadas, o reforço de iluminação foi efetuado única e exclusivamente no espaço do Miradouro de Santa Catarina, todas as ruas envolventes, nomeadamente, aquelas onde as pessoas dizem que tinham medo de passar, não tiveram rigorosamente nenhum reforço de iluminação, inclusive durante o verão passado a Rua Marechal Saldanha teve candeeiros apagados durante noites e noites de seguida. -----  
----- Não me parece que reforçando a iluminação apenas dentro do espaço vista do Miradouro, se vá conseguir um grande reforço do que quer que seja, até porque parece que os maiores problemas de tráfico de droga e de outras inseguranças nem aconteceriam propriamente no Miradouro aconteceriam nas ruas em volta.-----  
----- É estranho que não tenha havido na base nenhum estudo, nenhum estudo de ruído, nós, pelo menos nunca conhecemos nenhum, nem nenhum estudo social, parece-nos a nós normal, parece-nos evidente, que havendo um problema de tráfico de

droga na rua, com pessoas que ficam expostas na rua durante um dia inteiro a vender droga esse será um problema social. -----

----- “O Movimento Libertem “o Adamastor”, chegou a interpelar a Câmara Municipal de Lisboa, sobre o que é que estava a ser feito para avaliar esse problema social, não tivemos nenhuma a resposta, e até agora, nas Recomendações do Parecer também, não encontramos nada de concreto, encontramos a tal ideia de que deverá ter assumidamente um carácter temporário, que deverão ser feitas avaliações anuais, não sabemos com base em que critérios, chegado ao fim de um ano, o que é que pretendem avaliar?-----

----- Quais são os estudos que estão a fazer para verificar se foi a grade que resolveu, se foram outras medidas, se é que algumas outras medidas estão a ser implementadas?

----- Não nos conformamos, não nos conformamos que num Estado de direito democrático se encerra um espaço público para ver o que é que dá!-----

----- Um espaço é público quando está aberto ao público. As pessoas que queiram ver e a lua cheia sobre Tejo, as pessoas que queiram ver nascer o sol não o poderão fazer dado o horário de encerramento, as pessoas que queiram ficar a partir garrafas no Largo de Santa Catarina cá em cima depois da grade poderão continuar a fazê-lo porque a grade só o impede de fazer lá quando está fechada, quando está aberta as pessoas que moram na parte de baixo do Miradouro continuam a correr o risco de levar com objetos lá em cima, portanto, a grade que colocaram cá atrás, não impede que as pessoas atirem objetos ou outras coisas para a parte de baixo do Jardim. -----

----- Também não nos parece que a grade colocada ali e é o horário de encerramento do Miradouro, possa resolver problemas de tráfico de droga ou de violência, não nos parece que se possa resolver até porque não os resolveu, a grade foi lá instalada em julho de 2018, e daí até aqui episódios de violência e de confronto entre os traficantes ou os passantes continuam a ser relatadas alguns com bastante gravidade. -----

----- O que nós gostaríamos de hoje ouvir aqui...” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu pedia-lhe para concluir, se faz favor.”-----

----- **A Peticionária, Senhora Rosa Sofia Matos Ramos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou concluir. -----

----- O que nós gostaríamos de ouvir aqui era principalmente essas medidas de acompanhamento e de avaliação, o que é que a Assembleia Municipal propõe? -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Relator Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----  
----- Senhoras Secretárias, Colegas Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Público, Imprensa e Peticionários. -----  
----- Esta Petição aparece de interesses divergentes, mas sobre o mesmo objeto, por essa razão achámos que deveríamos reunir no mesmo Relatório, tudo aquilo que foi ouvido e, por isso, eu creio que com certeza, os Peticionários já leram o Relatório, e eu iria passar diretamente às recomendações, às conclusões e recomendações que a Comissão chegou, e acabado este tempo de leitura de recomendações e conclusões, irei passar a seguidamente ao tempo do PAN que, neste caso foi o Relator e, portanto, eu iniciarei neste momento, a leitura das conclusões e recomendações.-----  
----- Passando às conclusões.-----  
----- O presente Relatório está em condições de ser discutido e as suas recomendações em condições de serem votadas em Plenário.-----  
----- Da audição dos Peticionários das duas Petições e restantes audições pode concluir-se, que o Miradouro de Santa Catarina “O Adamastor” tem vindo a registar um agravamento gradual da insegurança e da perturbação da ordem pública, devido à prática diária de comportamentos ilícitos e abusivos tais como: o tráfico de estupefacientes, assaltos, atos de violência e ruído excessivo, os quais violam as normas legais e que comprometem a segurança, o bem-estar e a saúde, sobretudo, dos moradores e comerciantes. -----  
----- Os atos e práticas acima mencionadas violam e comprometem alguns dos direitos fundamentais, sobretudo, dos moradores e comerciantes da zona contígua ao “Miradouro do Adamastor”, nomeadamente o direito à saúde, qualidade de vida e segurança. -----  
----- O “Miradouro do Adamastor” estava desqualificado e apresenta um elevado grau de degradação, nomeadamente, ao nível da estrutura verde e dos materiais instalados, o que contribui para a desvalorização urbanística, ambiental e paisagística do local. ----  
----- A atuação das entidades competentes, nomeadamente a PSP e da CML têm sido insuficientes para inverter a tendência de agravamento gradual dos diversos problemas existentes no “Miradouro do Adamastor” e na sua zona envolvente.-----  
----- O “Miradouro do Adamastor” servia de espaço de convívio, sobretudo por parte de jovens e de palco para manifestações artísticas, pelo que a restrição do acesso ao local comprometeu estas atividades, e suscitou um movimento de reação crítica e reivindicativa destes utilizadores. -----  
----- É urgente que sejam adotadas e implementadas medidas com vista a proceder, à requalificação das normas, de modo a qualificar o espaço público e restituir os direitos coletivos e individuais das normas de modo a qualificar o espaço público para restituir a condição de miradouro, é urgente procurar soluções que contribuam para restituir a condição do Miradouro.-----  
----- A CML efetuou a apresentação do projeto no âmbito da sessão pública realizada a 13 de fevereiro de 2019, no antigo Liceu Passos Manuel em Lisboa, na sequência do



pedido da CML a Junta de Freguesia da Misericórdia emitiu um Parecer sobre o projeto de requalificação do Jardim do Miradouro de Santa Catarina, aprovado pelo Executivo a 27 de fevereiro de 2019. -----

----- O Parecer da Junta de Freguesia da Misericórdia é favorável à proposta do projeto de requalificação do Jardim do Miradouro de Santa Catarina, sendo que a execução do projeto deverá ser acompanhada pela implementação das seguintes medidas. -----

----- Reforço de policiamento, a instalação de um sistema de videovigilância na zona do Bairro de Santa Catarina; -----

----- O reforço da iluminação pública; -----

----- A passagem da gestão da concessão do quiosque para a Junta de Freguesia, por forma a obter ganhos de eficiência e de eficácia, bem como assegurar o cumprimento efetivo dos termos e condições estabelecidos e previstos a nível contratual e regulamentar; -----

----- A Assembleia de Freguesia da Misericórdia reunida em sessão extraordinária a 11 de março de 2019, aprovou por maioria o Parecer da Junta de Freguesia, relativo ao projeto de requalificação do Jardim do Miradouro de Santa Catarina. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa reunida a 22 março 2019, aprovou a requalificação e dinamização do Miradouro de Santa Catarina nos termos da Proposta 154 de 2019. -----

----- E, finalmente, foram feitas Recomendações à Câmara que deverão ser objeto de uma deliberação da Assembleia Municipal, e que seguidamente também, serão votadas. -----

----- Em face das conclusões atrás referidas a 3ª Comissão Permanente delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, que: -----

----- Seja procurada uma solução de equilíbrio, que procure conciliar os interesses e direitos dos visitantes e frequentadores do Miradouro, e dos residentes e comerciantes do Bairro de Santa Catarina; -----

----- A execução do projeto de requalificação do Miradouro de Santa Catarina deve ser acompanhada pela implementação de medidas complementares, nomeadamente o reforço do policiamento de proximidade por parte da PSP; -----

----- A instalação de um sistema de videovigilância; -----

----- O reforço da iluminação pública; -----

----- A transferência da gestão do quiosque do Miradouro da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia da Misericórdia; -----

----- Realize avaliações dentro de um ano, após a conclusão das obras de requalificação e de implementação das medidas complementares atrás indicadas, possam ser adotadas medidas adequadas, caso as conclusões das avaliações que vierem a ser realizadas pela Câmara Municipal de Lisboa, assim o exijam ou recomendem; -----

----- A gestão do quiosque e a zona envolvente, permaneça sob a égide da Administração Pública; -----

----- O presente Parecer foi aprovado por maioria, com abstenção de um Deputado Independente.-----

----- E eu daria início ao tempo do PAN seguidamente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “As questões principais que o PAN levantou estão neste Relatório, naquilo que é designado, por a opinião do Relator, que não é suscetível de ser posto a votação, é apenas a opinião do Relator.-----

----- Mas aquilo que nós temos nesta situação é um conjunto de interesses divergentes, que deveria ser conciliado pela entidade que gere o espaço público, neste caso, o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, e a conciliação de interesses pode ser feita de várias formas; uma é conciliar realmente os interesses das partes, a outra é decidir a favor de uma das partes que foi o que aconteceu, e em detrimento necessariamente da outra.-----

----- Aquilo que nos parece é que todas as queixas, que alguns moradores tinham eram queixas que na prática são situações que deviam ser geridas pelas entidades policiais na sua prática diária, e portanto, deveria haver um esforço por parte de quem compete a gestão da ordem pública que, neste caso é a polícia de tentar conciliar os interesses divergentes, como aparentemente isso é muito complicado para o atual Executivo foi tomado aquilo que é a opção mais simples, fecha-se tudo e acabou a história.-----

----- E esta opção, que é uma opção, obviamente, facilitista não pode permanecer muito mais tempo, há de aparecer uma altura, é essa a nossa esperança, em que os interesses sejam realmente conciliados, como diriam alguns nesta Assembleia, neste momento prevaleceu dentro de uma correlação de forças desfavorável, prevaleceu uma das Petições, agora qualquer análise mais aprofundada dá para perceber que essa prevalência não poderá ser dilatada no tempo, muito tempo.-----

----- As pessoas têm direito ao espaço público, não se resolvem problemas fechando ruas ou praças ou jardins, que é o que tem acontecido em Lisboa e tem que aparecer um novo sistema de organização do espaço público que realmente possa conciliar estas opções.-----

----- Nós na nossa opinião do Relator fizemos algumas recomendações, que estão na opinião do Relator, porque não foram aceites dentro de um consenso global, e que eu passaria a relatar.-----

----- Tendo em conta que estas soluções de gradeamento deverão ter um carácter assumidamente temporário, deverão ser estudadas soluções tecnológicas ou outras, que permitam emular uma presença policial, enquanto as forças policiais não poderem ter os meios para assegurarem com a sua presença a paz e o sossego desejáveis;-----

----- Que seja feita uma avaliação anual de todos os espaços similares, vedados aos cidadãos no sentido de avaliar da oportunidade de manter a restrição de livre acesso; --

----- Que seja estudada a possibilidade de criação de um Regulamento Municipal de Ruído Ambiente Diurno e Noturno, uma vez que o controlo do ruído ambiente de génese viária, atual, ou o ruído produzido no interior de espaços comerciais não consegue resolver os problemas de ruído causados na própria via pública;-----

----- Que garanta, que independentemente da vedação do local o seu uso se mantém público e não ocorra a privatização do espaço;-----

----- A elaboração de um projeto de requalificação do espaço permitindo retirar a vedação ou pelo menos diminuir o período de encerramento local, e garantir o acesso e fruição por parte da população, que mesmo passando a gestão do quiosque para a Junta de Freguesia da Misericórdia o contrato de concessão não permita a privatização do espaço envolvente;-----

----- Que seja feito um levantamento de todos os espaços similares que se encontram atualmente vedados de acesso limitado à população, verificando-se se mantêm os pressupostos que determinaram o seu encerramento ou se pelo contrário deverá ser levantada tal restrição; -----

----- Eu queria referir que se compreende porque é que os executivos tomam este tipo de opções. -----

----- O dinheiro não é ilimitado, não podemos colocar um polícia para cada cidadão, sabemos tudo isso, mas podem ser investidas em soluções criativas que permitam ultrapassar este problema que é concreto, e as soluções criativas têm que ser feitas com base em sistemas tecnológicos, poder fazer aquilo que a polícia não tem elementos suficientes para fazer. -----

----- Aquilo que me fez bastante impressão é que não houve qualquer tentativa para poder ser criada uma solução nesse sentido e, portanto, estamos a falar em situações binárias, ou está aberto, ou está fechado, como se aquilo que se passa dentro do espaço, aquilo que é o conforto dos cidadãos, e aquilo que é a parte lúdica e recreativa dos cidadãos não fossem interesses que devessem ser conciliados. -----

----- Continuo a insistir, nós não temos nada contra a videovigilância, agora a videovigilância, tal como é praticada, aparentemente em Lisboa é muito limitada. Hoje pelo planeta fora a videovigilância começa a estar para além das más utilizações, começa também a estar ao serviço dos cidadãos, *software* próprio para detetar se há cidadãos que caíram com um ataque na via pública, outras cidades têm a deteção de disparos de armas automáticas, ou seja, em vez de se investir, na realidade daquilo que um sistema moderno pode fazer, insistisse em criar a videovigilância como um conjunto de aparelhos onde se gastam uns milhões, e depois fica ali para afugentar as pessoas ou para as intimidar. -----

----- É possível fazer muito mais do que isso. -----

----- Quando falei em correlação de forças, quero dizer que esta situação atual e aquilo que hoje foi decidido pela forma como a correlação de forças ditou as recomendações finais pode ser alterada no futuro, portanto, as pessoas não têm que desesperar, porque estamos num regime democrático e hoje é de uma forma, amanhã poderá ser de outra e, portanto, aquilo que é importante é que seja feito um esforço para que sejam criadas novas soluções, que permitam conciliar interesses que, à partida são difíceis de conciliar, desta vez, infelizmente, não foi feita uma tentativa nesse sentido... pode ser que no futuro possa ser. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente.-----

----- Boa tarde a todas e a todos.-----

----- Queremos saudar os Peticionários de ambas as Petições.-----

----- Lisboa tem tido muitas vezes falta de audição dos munícipes e por isso é importante que se ouçam todos os pontos de vista.-----

----- Mas também queremos recordar nunca em nenhuma circunstância, o Miradouro de Santa Catarina será um espaço reservado, reservável, privatizado ou privatizável garantiu o Senhor Presidente Fernando Medina, numa sessão pública sobre o “O Adamastor” em fevereiro, admitiu nessa altura, ter errado ao mandar encerrar o espaço há mais de 6 meses e, entretanto, passou-se quase um ano até que o espaço reabriu.-----

----- No entanto, as promessas do Presidente da Câmara entram em contradição com a vedação metálica que mandou instalar no Miradouro de Santa Catarina, nunca uma vedação, um muro, nunca em lugar nenhum do mundo resolveu problema algum em parte nenhuma e Lisboa não é exceção.-----

----- Felizmente do Martim Moniz já se retiraram os tapumes e agora podemos pensar num espaço público sem vedações, sem barreiras, infelizmente, eles mantêm-se no Miradouro de Santa Catarina.-----

----- Manter a vedação do espaço público é sempre uma opção errada essencialmente, por três motivos:-----

----- Primeiro, porque as vedações são a resposta fácil aos problemas sem atacar a raiz principal da insegurança, no Miradouro do Adamastor esta questão foi particularmente clara, segundo a PSP a insegurança e a venda de droga saíram do Miradouro quando ele foi vedado e passaram para a rua à volta, para as zonas envolventes. Garantir a segurança dos moradores e dos visitantes é um dever do Estado, e sabemos que a melhor forma de o fazer é através de policiamento de proximidade;-----

----- Segundo, porque uma cidade, não é um centro comercial que abre e fecha de acordo com as horas do concessionário do espaço, não faz sentido vedar o espaço na cidade, o espaço público é para ser vivido e não pode ser ocupado apenas por negócios de consumo obrigatório;-----

----- Terceiro, porque a visão de uma cidade com os espaços que abrem e fecham a população contraria o direito à cidade, a vivência e acesso aos espaços sonogado nestes casos, faz parte do direito coletivo que garante que temos direito ao lugar onde vivemos, que garante que temos o direito de viver e transformar a cidade em conjunto

e que esse direito deve sobrepor-se à vontade individual de alguns sobre o usufruto de todos. -----

----- Em vez de muros, é necessário investir na dinamização do espaço público com iniciativas culturais que envolvam a comunidade, com iluminação noturna adequada e policiamento de proximidade, respondendo assim aos problemas levantados pelas duas Petições.-----

----- O espaço público é o coração da cidade, é sagrado é o núcleo central de uma cidade, não há cidade que viva como cidade que se possa pensar em atentar contra o espaço público, isso disse o próprio Presidente da Câmara em fevereiro e, por isso, saudamos a requalificação do Miradouro de Santa Catarina, mas não podemos deixar de exigir a retirada da vedação. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário em Exercício, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, obrigada a todos.-----

----- Boa tarde.-----

----- Quería primeiro lugar, como é óbvio, saudar mais uma vez a iniciativa de ambas Petições e destes Peticionários sobre um tema que é preocupante, sobre um problema do casco histórico que infelizmente, não se vive apenas nesta zona de Santa Catarina e de São Paulo, mas também já se estende a outras zonas da cidade, e não é só um problema do Miradouro do Adamastor ou de Santa Catarina, mas é um problema. -----

----- Aqueles problemas que aqui ouvimos falar, quer na apresentação do Relatório quer por parte das Peticionárias, são problemas que afetam também toda a zona envolvente e, portanto, quando se pensa numa solução mais macro tem que se pensar também em toda esta zona envolvente da Freguesia.-----

----- Isso acontece quando nós falamos do consumo e do tráfico de droga, quando nós falamos da tentativa de venda da suposta droga, como nós sabemos o louro prensado e a farinha, a questão do policiamento que é deficitário naquela zona e, portanto, mais uma vez, não podemos olhar só para o Miradouro, temos que olhar para toda aquela zona, a questão da melhoria da limpeza e da iluminação, e depois, algo que também já veio aqui há vários anos e que tem colocado dois direitos constitucionais de lados distintos, digamos assim, que é o direito de reunião, as pessoas se poderem reunir na rua e o direito ao descanso, e obviamente, que o direito ao descanso, pois contrasta com este direito de reunião, onde muitas vezes se gera ruído e que não permite que, em particular moradores possam descansar no período noturno. -----

----- E portanto, nós achamos, tem que se encontrar um equilíbrio, mas que neste equilíbrio tem que se pensar em primeiro lugar em quem vive e em quem trabalha nestas zonas da cidade, e elas têm que estar em primeiro lugar. -----

----- E, portanto, entre estas duas Petições era sempre difícil fazer um relatório que correspondesse fielmente aquilo que pediam os Peticionários, porque uma Petição pede exatamente o oposto da outra e o busilis digamos, desta questão é sempre se deve haver um gradeamento no Miradouro do Adamastor, ou não deve haver. -----

----- Também eu acho que não ocorre dizer que a colocação da vedação veio destruir aquela zona, porque era uma zona que já estava destruída, os relvados não existiam, as lajes estavam partidas, sabemos o uso que era dado, sabemos aquilo que era interferência do envio de resíduos para cima dos telhados de quem vivia abaixo da zona do miradouro e, portanto, esta era uma zona praticamente já ela própria destruída e, portanto, não veio a vedação destruir. -----

----- A questão da extemporaneidade é verdade já uma proposta foi aprovada em Câmara, portanto, a vedação já está colocada, esta foi uma solução que foi validada pela Junta de Freguesia, pela Assembleia de Freguesia houve vários debates. -----

----- Devo dizer que o CDS também tinha algumas reticências em relação à colocação da vedação, mas o que nós fizemos em reunião de Câmara foi muito simples, nós estamos a falar de uma solução excecional, para um caso que é excecional e, portanto, o que nós propusemos e que acabou por ser acolhido na proposta final, validada também pela Freguesia e também validada pela Câmara Municipal por larga maioria, é de que a vedação fosse colocada e passado um ano fosse feita uma validação dos prós e contras, ou seja perceber se aquilo que levou a colocar uma vedação, se efetivamente, atingiu os seus objetivos ou não. -----

----- É evidente que o objetivo principal era dar descanso a quem vive na parte inferior do Miradouro, obviamente, que não estamos aqui à espera que uma simples vedação para resolver problemas tráfico de droga, de policiamento, isso não se faz e por isso é que digo, a solução deve ser uma solução macro e não olhando apenas para o Miradouro, mas para todo o Bairro de Santa Catarina. -----

----- E é por isso que nós votámos a favor das Recomendações da 3ª Comissão e é por isso, obviamente, que também hoje votaremos a favor. -----

----- Achamos que deve haver um plano como houve já para várias zonas da cidade de policiamento, um plano de segurança integrado para toda esta zona da cidade e, portanto, não passa só por policiamento, mas também de fiscalização por parte da Polícia Municipal, mas também de videoproteção, sim, não temos qualquer plano com o videoproteção não é a videovigilância, mas é videoproteção para poder ajudar e para poder garantir maior segurança. Há dados que comprovam que ela é eficaz, não é preciso ir buscar estudos a outras cidades da Europa, como muitas vezes se vai, hoje em dia já temos esses casos em Lisboa e no país que o podem comprovar, que acaba por dissuadir em parte os crimes ou os pequenos crimes, obviamente, que isto não se pode fazer sem reforço da iluminação e limpeza e, portanto, se ele existe no Miradouro também, tem que ser reforçado no resto da zona envolvente desta zona da cidade e, obviamente que nós também concordamos com a passagem da concessão do

quiosque para a Junta de Freguesia desde que ele tenha obviamente, um serviço público. -----

----- Também é verdade que esta vedação não impede que o espaço seja usufruído, digamos que ele não é usufruído durante o período da noite, porque está fechado, isso não faz do espaço um espaço privado, mas a verdade é que o principal problema que nos foi colocado sempre pelos moradores é que estão exatamente do descanso em particular no período noturno, e portanto, é isso que se tenta fazer com a colocação da vedação. -----

----- Já passaram alguns meses, embora poucos, temos um ano, daqui a um ano, obviamente, como foi pedido essa avaliação será feita pela Câmara, obviamente, também com a Junta de Freguesia e, portanto, também, deixamos aqui a sugestão à Câmara é que depois essa avaliação também, seja feita num debate público alargado com a população, para que a população também possa dizer, diga de sua justiça, o que é que acha sobre a implementação daquela vedação, o que é que ela trouxe de bom ou que é que ela trouxe de menos bom. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, “Os Verdes” saúdam os subscritores das Petições nº 30 e nº 34 de 2018, que nos trazem o assunto do Miradouro de Santa Catarina, referindo problemas neste espaço, mas apontando soluções diferentes. -----

----- Não podemos deixar de referir que fazemos hoje esta discussão, mas estas Petições deram entrada na Assembleia há cerca de um ano, tendo havido, pelo meio, vários desenvolvimentos. -----

----- Resultado: debatemos um facto consumado. -----

----- Ninguém nega os problemas de sujidade, ruído, droga e falta de segurança, situações que deviam ter sido resolvidas há muito tempo, pelo que partilhamos as preocupações aqui trazidas pelos Peticionários. -----

----- Relembramos que o Miradouro de Santa Catarina foi alvo de obras de requalificação em 2013, mas fechou em julho de 2018 para novas obras, que só começaram em abril de 2019. -----

----- Em meados de outubro, o Miradouro reabriu mais arranjado e mais limpo, mas, depois de mais de um ano fechado, tem agora uma vedação e hora marcada para abrir e fechar. A partir das 23h30 não há Miradouro para ninguém. Diz o Executivo que

esta medida pode ser transitória, dependendo da reavaliação da situação daqui a um ano.-----

----- Reforçamos que o Miradouro fechou sem qualquer informação sobre o projeto que se previa implementar, que apenas foi apresentado em fevereiro e aprovado em março. Nessa altura, já estava encerrado há meses e, por parte da Câmara Municipal de Lisboa houve total ausência de informação à população e aos Eleitos. Até o próprio Presidente da Câmara reconheceu erros na gestão do processo, designadamente o facto de a Câmara ter fechado o Miradouro sem que nada tivesse acontecido. Reconheceu, mas nada fez para remediar o erro.-----

----- A intenção da Câmara sempre foi encerrar o Miradouro e vedá-lo e levou essa ideia até ao fim, recorrendo, para isso, a diversas fundamentações ao longo dos tempos, inclusive uma suposta carga excessiva na sua utilização, mas sem apresentar estudos sobre isso. -----

----- Ou seja, ainda antes de existir esta barreira física, já havia a barreira da falta de discussão e informação, o que desrespeita os procedimentos e os cidadãos. -----

----- Chegamos ao dia de hoje e as reivindicações Petição nº 34 de 2018, nomeadamente a interrupção imediata de quaisquer obras que tivessem sido iniciadas e a garantia de que não seriam retomadas até que o projeto tivesse sido amplamente discutido, não foram atendidas. Aliás, foram claramente ignoradas e tudo avançou como se esta Petição nem sequer existisse. Salientamos que, à data da entrada desta Petição, o Miradouro estava encerrado, mas as obras ainda não tinham começado, portanto era perfeitamente possível e desejável ter atendido a este pedido.-----

----- Era o mínimo, tentar remediar o que começou mal. Mas nada disso foi feito.-----

----- Não será, portanto, de estranhar que todo este processo esteja marcado por uma grande onda de contestação.-----

----- E este assunto levanta-nos, no mínimo dois problemas: primeiro, se há problemas para resolver na cidade a Câmara não pode desatar a erguer barreiras e grades, segundo, a Câmara não pode continuar a concretizar projetos desta forma, sem ouvir devida e atempadamente a população.-----

----- Não resolver os problemas apenas faz com que se deslocalizem e alastrem. Os problemas evidenciados neste espaço podem e devem ser solucionados sem recurso a barreiras físicas. Será que, de cada vez que houver problemas, a Câmara vai colocar grades? Ou será esta uma forma de a Câmara Municipal de Lisboa reconhecer que não tem capacidade para os resolver? É que por esta ordem de ideias, para a Câmara várias zonas da cidade passariam a ser gradeadas.-----

----- A verdade é que o Miradouro reabriu, mas há ainda questões por esclarecer, nomeadamente:-----

----- Por que não ficou o Miradouro aberto até haver uma solução consensual?-----

----- Que outras medidas foram equacionadas e que estudos levaram a esta decisão?-----

----- E também está por explicar como é que os problemas relatados se resolvem com uma grade. -----

----- Resumindo, “Os Verdes” defendem que a solução passa pelas seguintes premissas: diálogo, envolvimento da população, procura de soluções efetivas para os



problemas, policiamento de proximidade, melhoria da iluminação pública, ação contínua de sensibilização para o civismo, equilíbrio e compatibilização das diferentes vivências e respeito pelos direitos dos cidadãos, pugnando sempre pela valorização urbanística, ambiental e paisagística. Mas com o Miradouro acessível a todos os visitantes, sem horário, sem vedação e sem videovigilância, aspetos previstos na Petição nº 30 de 2018 e que não poderemos acompanhar precisamente por essas razões. -----

----- A situação não se podia manter como estava, como é óbvio, mas este processo devia ter sido conduzido de outra forma e a solução não pode ser fechar, a determinada hora, as vistas da cidade. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Caríssimo Presidente, Executivo Camarário, Caro Público presente, Peticionários, Trabalhadores da Câmara Municipal, boa tarde a todos. -----

----- Em primeiro lugar, gostaria de saudar os moradores e subscritores das Petições “Requalificação do Miradouro de Santa Catarina” e “Por um Adamastor de todos e para todos” que em pleno exercício da democracia, portanto, bem à moda do que nós gostamos de uma gestão participada vêm deste modo, dar o exemplo de participação cívica que deve constituir um modelo para outras problemáticas e outras zonas da cidade de complementaridade entre os Eleitos da Cidade e os Cidadãos. -----

----- O Miradouro de Santa Catarina também conhecido como Adamastor situado na Freguesia da Misericórdia existe na cidade de Lisboa há 135 anos, sendo posteriormente, construída uma escultura do Adamastor em 1927, envolvida por vegetação, tornando-se ao longo do tempo um lugar aberto apropriado e planeamento vivido por lisboetas e por visitantes, tendo sido remodelado em 2013 a fim de melhorar o seu usufruto por quem o visita. -----

----- Infelizmente, ao longo dos anos, temos assistido à degradação deste espaço, ou seja, há uma falta completa de segurança, mas também a falta de higiene, mas não podemos pensar que fechando o espaço colocando um gradeamento limitando a circulação e usufruto dos moradores e da população em geral, se altera uma situação que tem a ver com questões e que o PCP já referiu por diversas vezes, que se prendem com desinvestimento nos serviços públicos, nomeadamente, na área de higiene urbana e, naturalmente, na área da segurança pública. -----

----- As questões fulcrais subjacentes das Petições 30 e 34 são precisamente estas: segurança e higiene que impedem os moradores lisboetas e outros visitantes de desfrutarem num ambiente de qualidade deste espaço que é tão querido a todos. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa efetua a apresentação de um projeto de requalificação do Adamastor em sessão pública realizada a 13 de fevereiro de 2019, que passava pela instalação de uma grade e introdução de um horário de acesso e encerramento do Miradouro de Santa Catarina, sem que, no entanto, têm existido qualquer tipo de debate público.-----

----- O PCP está e estará sempre com a população na luta pelos seus interesses e bem-estar, nesse sentido, os Vereadores do PCP na Câmara Municipal apresentaram em março uma proposta implicando não só uma intervenção resolutive, mas também naturalmente, uma intervenção preventiva, nomeadamente: -----

----- Um, ter por base um estudo elaborado pelos serviços camarários que apresente dados concretos do problema e promova a participação pública, quer para diagnóstico como para resolver os problemas nesta zona da cidade; -----

----- Dois, promover a recuperação das condições de vivência e fruição do Miradouro pelos residentes da Freguesia da Misericórdia habitantes e visitantes de Lisboa;-----

----- Três, excluir o encerramento do Miradouro ou a limitação do seu horário de acesso; -----

----- Quatro, promover o reforço de iluminação pública na zona; -----

----- Cinco, diligenciar junto do Ministério da Administração Interna o reforço de policiamento no Miradouro de Santa Catarina e nas demais zonas envolventes; -----

----- Seis, implementar as medidas necessárias para prevenção do ruído e controlo da poluição sonora, visando o bem-estar de quem lá vive;-----

----- Sétimo, requalificar os sanitários públicos existentes e assegurar a sua abertura ao público de forma permanente; -----

----- Oito, implementar medidas de reforço e manutenção da higiene urbana do Miradouro; -----

----- Nove, e por último proceder ao reforço das ações de manutenção da zona ajardinada. -----

----- Posto isto é nosso entendimento que as Recomendações emanadas do Relatório conjunto da 3ª Comissão estão em condições de ser votadas, solicitando que possamos fazer uma votação por pontos. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Peticionários, Caros Colegas. -----

----- Para começar, gostaria de saudar os Peticionários das duas Petições que nos chegaram sobre o Miradouro Santa Catarina, também conhecido como já foi aqui dito, por Miradouro do Adamastor, e todos sabemos que o Miradouro do Adamastor é conhecido essencialmente, não pela sua esplanada, mas sim pela quantidade de jovens e turistas que ali se deslocam para consumo de álcool e de drogas, situação que já é conhecida e bem conhecida, especialmente deste Executivo há muitos anos. -----

----- Também sabemos que este Miradouro esteve encerrado mais de um ano para a realização de obras de requalificação que inclui a instalação de uma vedação que impedirá o seu acesso durante o período noturno, uma medida recebida com muita contestação por parte Movimento “Libertem o Adamastor.”-----

----- A realidade é que, após a sua reabertura, o Miradouro passou a estar aberto como já foi aqui também referido entre as 7h30 e as 23h30, sendo que um dos objetivos destas Petições seria permitir também o descanso dos moradores daquela zona envolvente, e o MPT considera legítima as reclamações dos Peticionários e solidariza-se com todas as suas reivindicações constantes de ambas as Petições, no sentido de exigir da Câmara Municipal soluções que defendam uma melhor qualidade de vida dos residentes daquela zona cumprindo assim um dos compromissos onde um dos desideratos eleitorais, que este Executivo socialista apresentou em 2017. -----

----- Também nós entendemos que não é com a criação de barreiras, ou o levantamento de gradeamentos que se resolvem os problemas de segurança. Não sendo o Partido da Terra, tão apologista da videovigilância como parece ser o caso do PAN não posso, no entanto, deixar de insistir na importância do reforço do policiamento em toda envolvente do Miradouro e a instalação de um sistema, como disse também o CDS e muito bem, não a videovigilância, mas de vídeo segurança com o propósito de dissuadir comportamentos de risco e assim, neste caso, em concreto, MPT entende que, em zonas ou áreas sensíveis de insegurança, a liberdade individual, por vezes, terá que ceder excecionalmente, e repito, excecionalmente, face à segurança dos cidadãos e, por isso, o MPT votará favoravelmente as Recomendações elaboradas pela 3ª Comissão Permanente. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Carla Madeira do PS.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público e Comunicação Social.-----

----- Começo por agradecer em nome do Partido Socialista a participação dos Peticionários, a participação ativa dos cidadãos é uma mais-valia muito importante na tomada de decisão dos responsáveis políticos, e este processo, o projeto de

requalificação do Miradouro de Santa Catarina foi dos processos mais participados que tivemos recentemente na Cidade de Lisboa.-----

----- Muitas foram as reuniões, apresentações públicas e debates, e é isso que mais uma vez aqui estamos a fazer hoje. Estamos a falar de uma das zonas mais belas da cidade de Lisboa e da Freguesia da Misericórdia, mas, em simultâneo, uma das que mais reclamações registou por parte de moradores, comerciantes e visitantes junto da Administração Central e Local.-----

----- Apesar da insegurança ser um problema que afeta toda a Freguesia da Misericórdia no Miradouro de Santa Catarina tem assumido contornos gritantes, é um local onde o tráfico droga é feito aos olhos de todos, e onde temos frequentemente moradores assediados, assaltados e até agredidos.-----

----- Ano após ano nas reuniões descentralizadas da Câmara nas reuniões públicas de Junta e nas Assembleias de Freguesia da Misericórdia, este era um assunto abordado.-----

----- A situação degradante verificada na Rua Marechal Saldanha, no Miradouro de Santa Catarina e na zona da Bica, era constantemente denunciada às autoridades competentes, a própria PSP reconhece que esta zona específica está conotada com o tráfico de estupefacientes e o número de roubos aumentou nos últimos anos, registando frequentes denúncias incivilidades e comportamentos desviantes.-----

----- Quem mora junto ao Miradouro não tinha o seu direito ao descanso garantido, sofrendo durante a noite com o ruído e a falta de civismo de alguns dos seus utilizadores, que muitas vezes atiravam objetos para os telhados e varandas dos prédios abaixo, tais como: garrafas, caixotes do lixo e até sofás.-----

----- Os moradores imagine-se não tinham a liberdade de ir à varanda da sua própria casa sem colocar em risco a sua integridade física ou até sua vida.-----

----- Há muito que Junta de Freguesia e população clamavam por uma solução, de modo que a intervenção no local deixou a população esperançosa de uma resolução definitiva congratulando-se por existir por parte da Câmara preocupação com os moradores e visitantes daquele local e por estar empenhada na resolução deste problema.-----

----- Na sequência do anúncio da requalificação surgiram duas Petições contrárias, uma que aplaudia a intervenção a realizar, outra que se opunha à mesma em particular a colocação de um gradeamento que visava o encerramento no período noturno do acesso ao patamar inferior do Miradouro, à semelhança do que acontecia noutros locais da cidade como: o Jardim da Estrela, o Jardim do Torel, o Miradouro do Monte Agudo ou mais recentemente o Jardim de Santos.-----

----- E é exatamente isso que está expresso nas duas Petições, ou seja, o elemento do projeto de requalificação que mais discordância gerou foi a colocação de um gradeamento no patamar inferior do Miradouro, com o horário de abertura e de encerramento.-----

----- A Assembleia analisou pormenorizadamente o conteúdo de ambas as Petições, não posso deixar de referir que o PS lamenta a demora da sua análise nesta Assembleia, contudo, congratula-se pelo facto deste processo de ter prosseguido na Junta de Freguesia da Misericórdia, na Assembleia de Freguesia da Misericórdia e na

Câmara Municipal de Lisboa, órgãos onde o projeto foi intensamente debatido e aprovado por maioria e, neste momento, termos as obras terminadas e o espaço reaberta ao público, de modo que a análise destas Petições, no presente momento que corresponde a uma oportunidade de fazer uma avaliação das obras efetuadas e do seu efeito na qualidade de vida da população.-----

----- E como todos podemos constatar, temos um espaço cuidado, limpo e protegido, um local que voltou a ser frequentado pelas famílias em segurança. Também pudemos constatar que muitos dos receios e mitos criados não se efetivaram, não houve qualquer privatização do espaço, e este continua público e acessível para todos que o queiram utilizar, apenas passou a ter horário de abertura às 7h30 e de encerramento às 23h30. Portanto, durante 16 horas diárias, qualquer visitante poderá sentar-se calmamente no patamar inferior a contemplar a vista e a desfrutar do espaço entre as 23h30 e as 7h30 poderão também fazê-lo, usando o patamar superior que mantém a vista privilegiada sobre o rio Tejo e a sua margem sul. -----

----- Portanto, não acreditamos que esta solução prejudica os verdadeiros amantes daquele espaço antes, pelo contrário, acreditamos que o protege e o mantém cada vez mais deslumbrante. -----

----- Aproveito para dar a informação que, no passado dia 11 de novembro, dia de São Martinho foi comemorado pelas crianças e pelos idosos da Freguesia no patamar inferior do Miradouro, num salutar convívio, inter-geracional, e no patamar superior está a ser realizada todos os fins de semana, uma feira de produtos regionais alusiva ao Natal começando já no próximo domingo também uma Feira do Livro. -----

----- Isto era algo impensável há uns tempos atrás e o espaço está cada dia que passa mais bonito e aprazível e, pela primeira vez em muitos anos, vemos a sua vegetação a crescer e a desenvolver-se. -----

----- Trata-se de um processo em que todos saíram a ganhar os moradores voltaram a ter o direito ao descanso, a salubridade e à própria liberdade, e os visitantes a ter acesso a um espaço digno, limpo e mais seguros. Quem saiu a perder os frequentadores que faziam descatos naquele local e que usavam para atividades ilícitas tais como: o consumo e tráfico de estupefacientes a estes, naturalmente, as obras não agradaram, mas são estes precisamente que queremos ir afastando progressivamente aquele local, o que estamos a conseguir, portanto, consideramos que a intervenção realizada está a atingir o objetivo proposto.-----

----- Em todo este processo a posição do PS sempre foi muito clara. O PS esteve, está e estará sempre do lado do bem-estar dos moradores daquele local. Queremos que tenham o direito à segurança ao descanso, à salubridade e à liberdade, por isso nos perguntam o que é mais importante se é o espaço ficar disponível 24 horas para visitantes, ou se é os moradores terem descanso e salubridade, só podemos estar do lado dos moradores. -----

----- E o PS lamenta que alguns partidos políticos como foi o caso do Bloco de Esquerda e do PCP, tenham abandonado os moradores neste processo preocupando-se mais com a querela político-partidária do que com a defesa da sua qualidade de vida.--

----- Os moradores não esquecem e ficaram a saber com quem podem contar na salvaguarda dos seus interesses. -----

----- Aproveito para esclarecer o Senhor Deputado do PCP que os sanitários foram reabilitados pela Junta de freguesia há 4 anos e que estão abertos de segunda a domingo entre as 7 e as 24 horas. -----

----- Sabemos que muito há ainda a fazer e que a Freguesia da Misericórdia continua a registar casos de insegurança que exigem uma estratégia integrada e complementar que se traduza no reforço do policiamento, no alargamento do sistema de videovigilância a outras artérias e espaços da Freguesia e na adoção de medidas preventivas, nomeadamente, ao nível da requalificação e reordenamento do espaço público, estes fatores estão aliás inscritos no parecer da Junta de Freguesia sob o projeto requalificação do Jardim do Adamastor. -----

----- O sistema de videovigilância instalado no Bairro Alto desde 2014 já comprovou ser um instrumento útil para dissuadir práticas ilícitas e para facilitar a ação policial, pelo que reitero a importância de alargar o sistema de videovigilância a todas as áreas com maior frequência noturna da Freguesia em particular, a Santa Catarina, à Bica e ao Cais do Sodré. -----

----- Acreditamos que a resolução do problema daquele local passa por uma solução integrada de um conjunto de medidas, e devemos estar disponíveis para atestar, não podíamos era continuar como estávamos. -----

----- É para a população condição essencial que aquele Mirador ao qual todos chamam “De Adamastor”, deixe de ser um espaço de tormentas e passa a ser de boa esperança.-

----- Os moradores e os amantes do Miradouro merecem. -----

----- O poder local é sempre um processo inacabado que exige determinação, responsabilidade e ambição, quero pois reafirmar que podem continuar a contar com o empenho e dedicação dos Eleitos do PS em fazer mais e melhor em prol do desenvolvimento e modernização da cidade e na defesa intransigente dos interesses das pessoas, neste caso da população do centro histórico da cidade.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Gostaria no início desta intervenção, obviamente, de saudar os Peticionários que deram origem às duas Petições que chegaram a esta Assembleia, e ainda que possamos estar a discuti-las já um bocadinho fora do tempo o processo do Adamastor é um processo que continua e que não está a encerrado e, portanto, é sempre bom discutirmos e voltarmos a discutir este assunto desta Assembleia. -----

----- O que estava aqui em causa era um difícil equilíbrio entre aquilo que são os interesses e os direitos dos residentes e dos visitantes, para além obviamente, de todos os problemas de segurança que sabemos que existiam e, apesar de um processo atribulado e até de algumas reservas que muitos tinham em relação à situação que foi proposta a verdade é que a situação do Miradouro de Santa Catarina está hoje melhor do que estava no passado e a intervenção da Câmara tem neste momento, um salto claramente positivo face à situação que tinha anteriormente. -----

----- Não estamos, no entanto, a falar de situações definitivas e, como já aqui foi dito e existe o compromisso de reavaliar as situações, um ano, nomeadamente a questão da grade, um ano depois das obras de requalificação. -----

----- Por último, gostaria de dizer que me revejo inteiramente nas Recomendações da 3ª Comissão e apelava, de facto, para que a Câmara enveredasse todos os esforços na questão do reforço do policiamento e da videovigilância em toda aquela zona. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Saudar em primeiro lugar, os Peticionários, saudar a Câmara Municipal e as Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- E dizer o seguinte, deste processo do Adamastor retiramos uma primeira lição, a comunicação da Câmara Municipal de Lisboa tem sido desastrosa neste e, noutros aspetos, permitindo os maiores equívocos, a que se digam coisas que muitas vezes acabam por não se concretizar, portanto, se a Câmara sofreu com este processo seria bom talvez, que tirasse conclusões para processos futuros que surgem. -----

----- Quanto à matéria controvertida ela é de facto controvertida, e não basta vir aqui dizer que se dá razão às duas partes, para depois dar razão apenas a uma, e isto é válido para as intervenções que se antecederam. -----

----- Eu participei na discussão pública tida no Liceu Passos Manuel, na Freguesia, e senti o que a população lá dizia. -----

----- Visitei o espaço e tenho consciência clara que apesar dos prós e dos contras, da restrição de horário e da restrição de acesso, eu votarei ao lado das conclusões da Comissão, com a exceção, e peço que seja separado, da alínea B, da questão da videovigilância, isto para se dizer também o seguinte, eu não percebo, e concluirei, Senhor Presidente, como é que se pode vir “pedir sol na eira e chuva no nabal”, como é que se pode vir recusar a videovigilância, mas crer-se um espaço naquelas condições, exatamente aberto, sem videovigilância e o espaço, aberto com as situações que se lá repetiam, isto é inadmissível, isto é uma forma desonesta de fazer

política, e eu não abrindo mão na questão da videovigilância aceito o encerramento do espaço. -----

----- E por último deixo aqui um desafio, ... a quem queria os jardins abertos eu desafio a que defendam também, e que tenham a coragem de vir a esta Assembleia, por exemplo, defender a abertura 24 horas por dia, no Jardim da Estrela, porque é que não o vêm fazer? -----

----- Ou de outros jardins! -----

----- Então venham, tragam o documento e vamos discuti-lo! -----

----- Tenham essa coragem, disse!-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Brito, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Brito (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nas últimas duas décadas, o Adamastor desenvolveu-se como espaço de convívio e liberdade, uma verdadeira varanda de Lisboa sobre Tejo aberta a todos, nesse espaço interagiam moradores locais, turistas, lisboetas em geral e transeuntes toda a ordem. -----

----- Não vou repetir os argumentos contra a vedação do Adamastor os quais apoiamos. -----

----- Apoiamos também, uma visão sensata e desdramatizada sobre a segurança, vou referir sim, especificamente a questão da videovigilância. -----

----- Na balança entre segurança e liberdade, a videovigilância é uma das formas visíveis do controlo digital excessivo, e conseqüente perda de privacidade da vida dos cidadãos, que adultera a naturalidade das relações sociais, espontâneas e sujeita às autocensuras. -----

----- A lógica de quem pensa que não tem nada a esconder só faz sentido num quadro de um pensamento autoritário e controlador, mas, como nos dizia Eduard Snowden que nos revelou a extensão da vigilância digital que os serviços de segurança norte-americanos, os cidadãos das democracias não tem de justificar o seu desejo de privacidade, pelo contrário, é o Estado que tem de justificar a sua violação. -----

----- Essa justificação para mim não está feita, por isso, estamos contra a instalação de um sistema de videovigilância no Adamastor e acompanhamos as restantes Recomendações da Comissão. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Não sei se a Câmara quer intervir? -----

----- Se faz favor então.” -----



----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhor Presidente, sendo que estão a representar a Câmara e o Executivo.-----

----- Para já saudar com um profundo respeito por todos os Peticionários de ambas as Petições e por todos os moradores, cidadãos, frequentadores do Adamastor, do Miradouro de Santa Catarina e, portanto, com o meu profundo respeito, e consideração, por ambas as Petições e saudar a forma como tão empenhadamente defenderam os seus pontos de vista, aqui e em todas as ações que tiveram ao longo deste período.-----

----- Dizer-vos que porventura a conciliação de questões tão sensíveis como o direito ao sossego, direito à salubridade, o direito ao silêncio, mas também, o direito à fruição livre de um espaço público, portanto conciliar estas várias questões é porventura das coisas mais difíceis que se pode ter na gestão de um território, seja ele de uma Freguesia, seja ele de um bairro, seja ele de uma cidade e, portanto, será porventura das coisas mais desafiantes que nós temos.-----

----- É evidente que nós todos desejamos que os processos, e estou convicta é esse o caminho que a Câmara segue e seguirá ainda mais, aliás, é hoje claro, em relação, e bem ao processo do Martim Moniz, mas dizer que a questão da participação e da discussão pública, e da discussão aberta com a cidade sobre as intervenções de maior impacto e que dizem tanto a tanta gente é o caminho que a Câmara e o Executivo, e os Executivos e o poder local deve seguir na relação próxima com os seus concidadãos e, portanto, dizer que nós sabemos que este processo não começou da melhor maneira, foi já assumido pelo Senhor Presidente, mas estou convicta que todo o processo que se seguiu, quer de apresentação pública do projeto, quer de discussão, e volto a dizer do empenho que todas os Peticionários, e todas as pessoas que não estiveram nas Petições, envolvidas nas Petições, mas que se mobilizaram por esta questão, todo o processo de participação na Assembleia de Freguesia da Misericórdia, nas discussões que foram promovidas e nos debates que foram promovidos sobre esta matéria.-----

----- Na audição também por parte dos Grupos Parlamentares aqui na Assembleia, dos Peticionários, e nas reuniões que aqui houve com ambos os Peticionários ou ambas as Petições com o Gabinete do Senhor Presidente, eu acho que é o caminho e a bem, e a tempo que se fez do ponto de vista da participação, mas é isto que eu acho que se deve seguir do ponto de vista da construção coletiva da cidade.-----

----- Voltando à questão do Adamastor, sabendo nós, volto a dizer, deve ser das situações mais difíceis de conciliar as questões que estão evidência nas duas Petições, sabemos todos que a fruição do espaço público é um espaço de liberdade, mas que tem que ter em consideração, as questões que estão presentes nas duas Petições.-----

----- Dizer que o resultado da intervenção é este, foi este, é este que está neste momento, no espaço público, o compromisso da Câmara, da Junta de Freguesia, ao que eu apelo a que todos os envolvidos, e os cidadãos, e os Deputados Municipais e as Deputadas Municipais, que se envolvam também, neste processo de monitorização da solução que vingou, digamos na implementação do gradeamento no Miradouro do

Adamastor, isto é que este processo de monitorização, e de percebermos se é este o caminho, e que resultados é que este caminho tem, eu acho que é importante darmos esse passo de acompanhamento, acima de tudo com o envolvimento de toda a gente, mas sabendo que a solução que lá está também já foi assumida pela Câmara, é a solução que está, foi a solução, foi a opção que foi tomada, mas que faz sentido fazermos a monitorização, eu acho que, para aprendizagem todas e todos.-----

----- E dizer que há outras zonas, há outros sítios na cidade, e outros jardins que tenham horário de abertura e de fecho, e que continuam a ser fruído pelas famílias e pela população, estou-me a lembrar do Jardim da Estrela, sabendo nós que Jardim da Estrela, que é dado muitas vezes como exemplo, sabemos nós também que o Jardim da Estrela tem uma configuração e um tempo de construção e um modelo de jardim, mas acho que nos faz sentido este processo do Adamastor para percebermos que caminho é que nós temos que tomar para termos a conjugação e podermos chegar a consenso, digamos, daquilo que é o usufruto do espaço público por todas e todos, mas também a salvaguarda do sossego e a salvaguarda do direito ao silêncio, de quem vive mais próximo destes locais de fruição coletiva.-----

----- E, portanto, dizer que acho que os processos participativos são isto mesmo, nós hoje estamos aqui depois de temos a discussão sobre as Petições, daquilo que já aconteceu, e acho que faz sentido que todos nós nos empenhamos para que estas discussões sejam feitas *a priori*, e com, volto a dizer, tendo em consideração que a conciliação destas questões é por ventura a questão mais difícil que nós podemos ter no exercício das nossas funções.-----

----- E também dizer que estou convicta que quer a Junta de Freguesia da Misericórdia, quer a Associação de Moradores, quer o Grupo de Amigos do Adamastor, como quiserem chamar da plataforma que se uniu neste processo, que hoje o espaço em si, do ponto de vista da salubridade, do ponto de vista da qualidade de vida, digamos, está melhor do que estava no momento anterior.-----

----- E sabemos todos e todas que os processos, as situações de consumo, as situações de tráfico são questões que têm que ser... não basta só uma intervenção no espaço público física, tem que se ir mais além, tem que ir com uma ação integrada, como a Senhora Presidente da Junta de Freguesia já o defendeu, uma ação integrada.-----

----- A melhor coisa que há para um espaço público é haver uma programação de uso para todas e todos, tendo, volte a dizer em consideração, a questão em particular do sossego e do direito ao silêncio, que é uma coisa que nos é muito querida, a todas e a todos.-----

----- Senhor Presidente, sobre esta matéria é o que me oferece dizer.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Vereadora.-----

----- Vamos passar à votação, a Recomendações tem quatro pontos diferentes que serão votados, um a um, mas, além disto, no Ponto 1, vou separar a alínea b) porque foi solicitado por várias... portanto, começaríamos por votar a alínea b) do ponto um,

porque isso foi solicitado por várias alíneas.-----

----- **Deliberada por pontos:** -----

----- **Ponto 1 Alínea a) da Recomendação n.º 092/02 (3ªCP)**, não há votos contra, abstenção dos Deputados (as) Municipais Independentes: Joana Alegre, Miguel Graça e Teresa Craveiro, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa. **O Ponto 1 Alínea a) da Recomendação n.º 092/02 (3ª CP) foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 1 Alínea b) da Recomendação n.º 092/02 (3ªCP)**, votos contra do PCP, BE, PEV e dos Deputados (as) Municipais Independentes: Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Brito, Rui Costa e Teresa Craveiro, abstenção do Deputado Municipal Independente António Avelãs, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves. **O Ponto 1 Alínea b) da Recomendação n.º 092/02 (3ª CP) foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 1 Alínea c) da Recomendação n.º 092/02 (3ªCP)**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Ponto 1 Alínea c) da Recomendação n.º 092/02 (3ª CP) foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Ponto 1 Alínea d) da Recomendação n.º 092/02 (3ªCP)**, votos contra do PCP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Ponto 1 Alínea d) da Recomendação n.º 092/02 (3ª CP) foi aprovado por maioria.** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Há agora o Corpo do Ponto 1 que não foi ainda votado.” -----

----- **Corpo do Ponto 1 da Recomendação n.º 092/02 (3ªCP)**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Corpo do Ponto 1 da Recomendação n.º 092/02 (3ª CP) foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos ver o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Foi aprovado “*Seja procurada uma solução, até nomeadamente.*” -----

----- O corpo foi aprovado, e depois as alíneas foram todas aprovadas, foram votadas uma a uma, foram todas aprovadas. -----

----- Portanto o Ponto 1 e as alíneas foram todas aprovadas com votações diferentes, as diferentes alíneas como é evidente.”-----

----- **Ponto 2 da Recomendação n.º 092/02 (3ªCP)**, votos contra do PCP, abstenção do BE, PEV e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, Miguel Graça e Teresa Craveiro, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa. **O Ponto 2 da Recomendação n.º 092/02 (3ª CP) foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 3 da Recomendação n.º 092/02 (3ªCP)**, votos contra o PCP, abstenção do BE, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN. MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro **O Ponto 3 da Recomendação n.º 092/02 (3ª CP) foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 4 da Recomendação n.º 092/02 (3ªCP)**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Ponto 4 da Recomendação n.º 092/02 (3ª CP) foi aprovado por unanimidade.**-----

----- (Ausência dos Deputados (as) Municipais Independentes Ana Gaspar e José Alberto Franco da Sala de Plenário.)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Deputado Miguel Graça enviará uma Declaração de Voto por escrito.”-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto).-----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 08/2019 – “BAIRRO DO CALHAU VS ISOLAMENTO, POPULAÇÃO ENVELHECIDA VS NECESSIDADES URGENTES”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 85º DO REGIMENTO; 1,5X GRELHA BASE: 56 MINUTOS E QUINZE SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A Petição n.º 08/2019 fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- **RELATÓRIO DA 6ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- (O Relatório da 6ª Comissão Permanente fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **RECOMENDAÇÃO 092/03 (6ªCP).**-----

----- (A Recomendação 092/03 (6ªCP) fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- **MOÇÃO 091/01 (DM RUI COSTA)**-----

----- (A Moção 091/01 (DM Rui Costa) fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, vamos passar à Petição seguinte. -----

----- Relativamente à Petição seguinte, os Peticionários não estão presentes neste momento, portanto, vamos prosseguir. -----

----- Portanto, o Relatório foi distribuído, prescinde-se da sua apresentação, portanto, vamos ver quem é que se quer inscrever, portanto, seguir-se-á as inscrições. -----

----- Desculpem antes disso, há uma nota que é o seguinte: como há uma recomendação que foi enquadrada nesta matéria que é apresentada pelo Deputado Rui Costa, o Senhor Deputado tem direito a apresentá-la neste momento antes de prosseguir a discussão.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, Peticionários se eventualmente cá estiverem. ---

----- Esta Moção prende-se com a necessidade de dar comprimento à Constituição da República, no que respeita às organizações de moradores.-----

----- As organizações de moradores têm assento constitucional, mas, infelizmente nunca foram regulamentadas, e têm um particular interesse, porque permitem que os seus representantes apresentem Petições diretamente junto dos Órgãos das Autarquias Locais sem a necessidade desta recolha de assinaturas para um lado, permitem também uma participação sem direito a voto na Assembleia de Freguesia respetiva, e permitem também que as organizações de moradores possam ter delegações de competências ou de pequenas tarefas por parte das Juntas de Freguesia.-----

----- A prática que vamos tendo é depois do PREC é a constituição de Associações de Moradores, associações essas que nem sequer podem nem sequer corresponder à totalidade dos cidadãos eleitores residentes nessa área, portanto, podem ser exclusivas desses mesmos cidadãos, podem agrupar interesses que são diversos dos desses moradores, porque o ser morador pode não ser um requisito de se participar nessa associação, e portanto, não respondem, nem ao desiderato constitucional, nem ao desiderato político daquilo que deve ser uma organização de moradores.-----

----- Nós em Lisboa, temos esta situação de isolamento do Bairro do Calhau, aliás, muito bem descrita na Petição e no Relatório, mas temos outros exemplos de comunidades que vivem uma vida muito própria, estava-me a lembrar Caneças na Freguesia de Belém, que também constitui uma verdadeira aldeia dentro da cidade, ou dos bairros municipais onde, aliás, algumas associações de moradores vão participando através do notável Programa Bip Zip, mas nada disto corresponde àquilo que são as necessidades democráticas que o legislador constituinte previu em 76, e aliás, confirmou nas sucessivas revisões constitucionais, porque o próprio texto foi mudado.-----

----- Estou convencido, Senhoras e Senhores Deputados que com este modelo de

participação das populações criamos aqui também, um elemento de alerta e um elemento de escrutínio e de análise das decisões e é, de facto, estas possibilidades que nos ajudam todos os dias a decidir melhor, a decidir ouvindo aquilo que as populações têm a dizer, e a decidir de uma forma mais democrática.-----

----- Disse”!-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez, boa tarde.-----

----- Em primeiro lugar, gostaria de saudar os Peticionários, que pelos vistos já cá não estão, mas não deixo de os saudar, e os moradores do Bairro do Calhau, pela sua capacidade de organização e exigência em torno daquilo que consideram justo e adequado e, ao mesmo tempo expressar a solidariedade do PCP pela situação que enfrentam.-----

----- O Bairro do Calhau é um exemplo da política autárquica que tem sido seguida na Cidade de Lisboa, uma política que concentra os meios e o investimento na manutenção de algumas zonas nobres da cidade para a promoção do turismo como eixo único de desenvolvimento económico, em detrimento das pessoas das zonas habitacionais, dos bairros históricos e municipais e de uma real política de planificação do espaço urbano, visando o bem-estar e o desenvolvimento económico social e ambiental.-----

----- A identidade de Lisboa não resulta apenas da presença física de um conjunto de edifícios nem da sua zona central centrada no apelo turístico, são as atividades humanas nas suas várias expressões: trabalho, relações sociais e afetivas, cultura e memória o que dá identidade a Lisboa.-----

----- Em nome de uma certa reabilitação urbana, Lisboa sofreu grandes transformações nos últimos anos. Ora, a reabilitação urbana como qualquer processo politicamente conduzido não é neutra do ponto de vista dos interesses que serve e das suas consequências sociais, no entanto, os habitantes do Bairro do Calhau são deixados à sua sorte.-----

----- Votaremos favoravelmente a Recomendação apresentada, mas sem deixar de referir que é necessário que sejam encontradas soluções, que as questões de mobilidade, nomeadamente naquilo que concerne à frequência do autocarro que serve o Bairro do Calhau.-----

----- Relembramos ainda que a Carris é responsabilidade do Município e que este deveria encontrar uma solução adequada às necessidades da população.-----

----- Já não poderemos votar a favor em relação à Moção 92, sobre a concretização legal do regime jurídico das organizações de moradores, isto porquê?-----

----- Esta Legislação já está referida na Constituição, é verdade que valoriza as organizações de moradores, mas também sabemos que não houve regulamentações específica sobre isto, no entanto, consideramos que não é impeditivo que as Autarquias as envolvam, ouçam as suas opiniões e recebam as suas contribuições.-----

----- O caminho da regulamentação que o Senhor Deputado Independente Rui Costa propõe, baseia-se em algumas opiniões que podem conduzir à limitação do papel das organizações de moradores a funções puramente administrativas, e não é o nosso entendimento para a atividade destas organizações de moradores, além disso, foram previstas já na Lei de Bases da Habitação, várias propostas sobre organizações de moradores que enquadram exatamente as sua intervenção legal.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente.-----

----- Boa tarde a todos e a todas.-----

----- Queremos agradecer aos Peticionários por se terem mobilizado numa das zonas mais esquecidas da cidade de Lisboa, eu devo dizer que conheço bem o Bairro do Calhau, era para lá que ia passear quando era mais jovem, ainda é uma das zonas que mais utilizo com a minha família ao fim de semana.-----

----- Sei bem que o bairro está envelhecido e como sabem, fechou mercearia, fechou o centro médico e não abriram mais, e há vários prédios e mesmo edifícios públicos e equipamentos que estão devolutos. É preciso não esquecer a população do Bairro do Calhau, necessitam de transportes destes equipamentos públicos, o bairro precisa de ser reavivado e é preciso não esquecer outras várias áreas da cidade que estão a ser deixadas para trás, zonas da cidade que não dão dinheiro, que não dão juros, mas onde vivem pessoas e onde ainda é Lisboa, por isso, vamos votar favoravelmente as Recomendações da 6ª Comissão, mas acreditámos que era preciso ir um bocadinho mais além.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----  
----- Senhores Vereadores, Senhores Deputados, boa tarde. -----  
----- A situação do Bairro do Calhau é uma situação algo paradoxal, é um local que à primeira vista qualquer pessoa gostaria de viver, mas, ao mesmo tempo, foram pessoas que ficaram excluídas dos benefícios sociais de estar no meio de uma cidade, o isolamento a que estes cidadãos estão votados não é aceitável.-----  
----- A Recomendação que é feita vai no sentido de que sejam arrançadas formas, seja pela Junta de Freguesia, seja pela Câmara com o auxílio de IPSS, seja pelo Programa Bip Zip não vem mencionado, mas acho que seria também interessante referi-lo neste enquadramento, para que as pessoas tenham direito a coisas tão simples como tomar o pequeno-almoço de manhã, ir comprar pão, coisas que os habitantes do Calhau hoje em dia não têm direito, sobretudo, os mais idosos.-----  
Portanto, eu acho que é altura de não olhar para o que é que é competência exclusiva, ou da Junta ou da Câmara e resolver os problemas aos cidadãos.-----  
Existem várias formas, a Senhora Vereadora há bocadinho falou ou falaram do Bip Zip e eu concordo que seria uma situação bastante interessante, embora talvez não se enquadre no bairro típico, mas o que é preciso é resolver os problemas às pessoas, existem várias pistas, eu não gostaria que passasse muito mais tempo e que realmente as pessoas que, neste momento, têm razões de queixa possam futuramente, a curto prazo ver os seus problemas resolvidos.-----  
----- Muito obrigado.”-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Júlio Reis Silva do CDS.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Júlio Reis Silva (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Peticionários aqui presentes.-----  
----- Permitam-me em primeiro lugar que saúde os Peticionários por esta iniciativa de cidadania e democracia participativa.-----  
----- Em segundo lugar dizer que as questões aqui trazidas, aqui colocadas, são absolutamente pertinentes, porque falamos efetivamente de um bairro isolado na encosta de Monsanto para o qual se deve ter um olhar prioritário no que respeita às condições de vida, limpeza, segurança, sociais entre tantas outras.-----  
----- Os habitantes deste bairro, o Bairro do Calhau sentem-se abandonados pela ausência de valências, pelo que a afetação de equipamentos no bairro deve servir em primeiro lugar, quem ali vive e não entidades terceiras, podíamos falar e de dar exemplos, o fecho da mercearia social, o fecho do gabinete médico, são alguns exemplos deste abandono, desta ausência de valências.-----  
----- Importa pois que a Assembleia Municipal de Lisboa, naturalmente, dentro das



suas competências, oiça estes moradores, oiçam as propostas que apresentam de serviço para o seu bairro.-----

----- Diz a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfca que, em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa, está a envidar esforços para resolver problemas, ora, é preciso saber que medidas já estão pensadas e para quando a sua execução?-----

----- Quanto às Recomendações à Câmara Municipal de Lisboa importa que a mesma atue, desde logo, intervindo na requalificação do muro de contenção existente nas traseiras da Associação de Moradores, na atribuição dos espaços municipais a projetos e serviços que sirvam prioritariamente, a população do Bairro do Calhau e não entidades terceiras, no reforço da segurança e limpeza dos acessos e espaços adjacentes ao Parque Florestal de Monsanto, e que alavanque projetos e serviços em discussão prévia com a população, naturalmente, em particular nas áreas sociais económicas, educativas e de lazer.-----

----- Por último dizer, que o CDS como sempre acompanhará de perto a evolução deste processo, e o cumprimento das Recomendações. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Mateus do PSD.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Funcionários, Senhores Vereadores, Deputados, Assessores, restante Público.-----

----- O índice de envelhecimento em Portugal tem vindo a atingir nos últimos anos valores preocupantes. Segundo os últimos dados da PORDATA em 2018, este índice situava-se a nível Nacional nos 157,04% e em Lisboa especificamente, encontramos nos 175,4%, o que naturalmente provoca e exerce um forte impacto na sociedade como um todo o que exige adaptações e respostas a vários níveis, nomeadamente, por parte dos seus sistemas de suporte, como é o caso dos sistemas de saúde, segurança social, educação, justiça e transportes.-----

----- A longevidade é um dos fenômenos que mais contribuiu para que o envelhecimento se torne uma das grandes preocupações sociais.-----

----- São cerca de 85 mil idosos no Concelho de Lisboa e estamos a entrar no último ano da Agenda Estratégica do Plano de Desenvolvimento Social 2017 / 2020, em que um dos eixos fundamentais é intervir nos públicos-alvo no caso as pessoas idosas, importando aqui promover a qualidade de vida e a autonomia desta população, prevenir e combater o isolamento social.-----

----- O Bairro do Calhau, pertencente à Freguesia de São Domingos de Benfca, trata-se de um bairro que se encontra isolado da urbanidade da Freguesia em questão dos centros de saúde, das farmácias, do comércio e de outras estruturas de particular

importância para pessoas de avançada idade.-----

----- A 6ª Comissão Permanente recebeu a Petição 8/2019, cujo tema trata de “*Isolamento, população envelhecida, versus necessidades urgentes*” e após audição dos Peticionários e visita ao bairro em questão, constatou-se sem duvida, que existem algumas preocupações a ter em conta, preocupações essas, que importa sublinhar, que só podem ser resolvidas e em especial em articulação entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia para que a população deste bairro, em especial a mais envelhecida se sinta mais apoiada no seu dia-a-dia, tal como é proposto na Recomendação que estamos hoje a apreciar.-----

----- Como está presente no artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos .-

----- “*Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade*”.-----

----- Ao que eu acrescentamos, que é assim que devem ser as Sociedades que se pretendem desenvolvidas!-----

----- Assim, o PSD vai votar favoravelmente as Recomendações da 6ª Comissão.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde de novo. -----

----- Em primeiro lugar o PEV saúda a iniciativa dos Peticionários pelo exercício de um direito de cidadania com vista a alertar este Órgão Municipal por um conjunto de situações e problemas devidamente documentados com fotografias e que acabam por afetar diariamente, o bem-estar e a qualidade de vida dos moradores residentes no Bairro do Calhau.-----

----- Revemo-nos nas Recomendações que constam no Parecer elaborado pela 6ª Comissão, que vai no sentido de haver um trabalho de parceria com diversas entidades, e de procurar propostas e soluções inclusivas, tendo em consideração, as características particulares da população ali residente e a localização geográfica deste Bairro.-----

----- O PEV visitou por algumas vezes esta zona onde pude constatar as suas características de isolamento territorial e urbanístico, resultante das barreiras físicas que constituem a Radial de Benfica e a linha férrea existentes, apenas minimizadas com recurso a uma ponte pedonal superior ou pela utilização da Carreira 770 da Carris, que deveria ser alargada a sua frequência, nos dias úteis e aos fins semana.-----

----- A Câmara deverá aprofundar as parcerias de apoio social, económico e de promoção da saúde, com vista à reabertura do gabinete médico, de uma mercearia

social, a criação de um espaço destinado à realização de atividades de convívio para a terceira idade, bem como proceder à conservação e manutenção do património municipal e do espaço público, através de intervenções a realizar nos fogos municipais geridos pela Gebalis, para melhorar as suas condições de habitabilidade nos pavimentos, chafariz e rede de esgotos, entre outros.-----

----- Também deve merecer particular importância a limpeza do Parque Florestal de Monsanto, nomeadamente, a vegetação seca na envolvência do Bairro e da ribeira proveniente da encosta de Monsanto, que devido ao lixo acumulado poderá originar cheias com elevado grau de gravidade.-----

----- Finalmente, o PEV já tem por diversas vezes manifestado a sua preocupação com perigo que os deslizamentos de terras podem representar para a segurança de pessoas e bens, pelo que deverão ser desenvolvidos esforços pelos serviços municipais de Proteção Civil e de Urbanismo, para a estabilização da encosta que por vezes provoca a queda de calhaus para a via pública.-----

----- O PEV propõe a contenção do muro nas traseiras da Associação de Moradores Flor da Serra, bem como do muro contíguo às casas de moradores residentes no arruamento do sítio do Calhau, que se está a desintegrar representando um elevado risco de derrocada, sendo visível a existência de profundas fendas.-----

----- “Os Verdes” saúdam mais uma vez o alerta apresentado pelos munícipes apelando, que continuem atentos à futura intervenção que o Município venha a realizar, mais requeremos que, no prazo de 6 meses a Câmara aqui nesta Assembleia, apresente um balanço sobre as obras em desenvolvimento.-----

----- Obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Antes de dar a palavra ao próximo Deputado, aliás, este debate desta Petição está quase a terminar e temos só outra Petição, mas eu pedia aos Senhores Deputados que não se ausentem-se, porque, digamos, não pode haver duas coisas, é Petições discutidas tempestivamente e realmente se o quórum não se mantiver, portanto, não falta muito da nossa sessão, mas pedia um esforço suplementar a todos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Vereadores, Senhores Peticionários, não sei se estão aqui.” -----

----- Caros Colegas. -----

----- A pouco mais de três quilómetros do Terminal Rodoviário de Sete Rios há um bairro onde os moradores se sentem completamente esquecidos e à parte do resto da cidade de Lisboa, é este o tema desta Petição e aproveitamos a oportunidade para saudar também os seus representantes, embora a nossa contestação *in loco* tenha tido

uma interpretação um pouco diferente das dos Peticionários.-----  
----- E a verdade é que, no passado dia 15 de julho, os Deputados Municipais da 6ª Comissão Permanente visitaram o Bairro do Calhau, acompanhados pelo Presidente da Junta de Freguesia São Domingos de Benfica, tendo-se constatado que o Bairro se encontra genericamente em boas condições, tanto no que diz respeito ao edificado quanto ao espaço público.-----  
----- No MPT entendemos, que a sensação de isolamento que os moradores se lamentam em muito se deve ao próprio Parque de Monsanto que dá um enquadramento natural a este Bairro e lhe potência o carácter pitoresco.-----  
----- Como se costuma dizer, "*não há bela, sem senão*" sendo que a bela, neste caso, serão os próprios benefícios que o Parque de Monsanto proporciona aos moradores, designadamente, o ar mais puro, a tranquilidade e a paz, e o "senão" o isolamento natural que este tipo de bairro ocasiona.-----  
----- Para nós no Partido da Terra o que nos parece é que o problema passa, naturalmente, e essencialmente pela falta de diálogo entre a Associação de Moradores e a Junta de Freguesia, mas que cremos será de fácil solução, designadamente, através da implementação de um projeto do bairro, que permita aos moradores ver o seu Bairro provido de bens de consumo essenciais no seu dia-a-dia."-----  
----- Muito obrigada."-----  
----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- "Muito Obrigado Senhor Deputado."-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- "Tem a palavra o Senhor Deputado Hugo Gaspar do PS."-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados e Público em geral.-----  
----- A primeira missão que me sinto na obrigação de fazer é de agradecimento, agradecimento às quase cinco centenas de Peticionários, que nos fizeram chegar aquela que é a sua visão sobre um conjunto de situações e problemas com que lidam os moradores do Bairro do Calhau, localizado na Freguesia de São Domingos de Benfica paredes meias com o Parque Florestal de Monsanto.-----  
----- A Petição, como forma de participação cívica é especialmente bem acolhida na casa onde nos encontramos, exige-se aos Deputados Municipais um olhar atento aos documentos que nos chegam e ouvir. Ouvir todas as partes intervenientes, ouvir todas as perspetivas, verificar sempre que possível no local se aquilo que é a substância da Petição tem uma correspondência na realidade.-----  
----- Saber escutar e olhar, e posteriormente, concluir, tendo por base factos, é esse o nosso trabalho, é esse o nosso dever.-----  
----- Por outro lado, ao permitir-nos que, sob a forma de Petição que se pessoalize, que se deturpe, ou que se alegue, com base em situações que nada tem a ver com o

tema onde está alicerçada a Petição, estamos a permitir que a médio prazo a Petição enquanto instrumento do uso da cidadania, de verbalização dos cidadãos, se transforme numa arma de arremesso político e pessoal, que irá pela sua banalização e comprovada falta de evidências ser informalmente desconsiderada, ainda que o possa ser formalmente, dito isto vamos aos factos.-----

----- A 6ª Comissão realizou um conjunto de audições onde foi possível recolher um vasto conjunto de informações que nos pareceram relevantes, sobretudo para a visita que iríamos fazer ao Bairro do Calhau, onde quisermos ver com os nossos olhos aquilo que nos tinha sido relatado tal como hoje, os Peticionários não marcaram presença.-----

----- Claro está que a cada olhar corresponde uma leitura, e a cada leitura corresponde uma visão do mundo e da cidade onde vivemos, e da forma como estamos organizados política e socialmente.-----

----- Existiu uma maioria convergente de leituras sobre aquilo que testemunhámos no Bairro do Calhau, e que de resto está vertida na presente Recomendação.-----

----- Há um evidente problema de isolamento da população derivado do envelhecimento desta, e um conjunto de necessidades que importa resolver.-----

----- A primeira nota que a bancada do Partido Socialista pretende dar é que não verificámos uma correspondência na realidade à imputação das responsabilidades à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica feita pelos Peticionários, aliás, algumas delas são bastante rebuscadas, e uma dá conta da pouca relevância da construção de uma rampa para pessoas de mobilidade reduzida, que terá sido alegadamente solicitada, pelo que nos foi transmitido durante a visita por um dos Peticionários, a grande parte das situações referidas são da responsabilidade de resolução por parte do Município de Lisboa.-----

----- A segunda nota é que, após visitarmos o Bairro do Calhau, temos que concluir que a situação é francamente positiva, encontrámos um bairro com uma localização extraordinária, por enquanto imune à ferocidade do apetite imobiliário, onde existe cuidado, zelo e um forte sentido comunitário.-----

----- A terceira nota é que tendo sido dado ênfase em sentido contrário na Petição 8/2019 ao papel da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, queremos destacar a atitude positiva e construtiva desta, que tem como fim último, uma melhor qualidade de vida no Bairro do Calhau.-----

----- A quarta nota é que existe trabalho a fazer, nomeadamente, e voltamos a repetir por parte da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- A requalificação do muro de contenção nas traseiras da Associação Moradores é urgente, alertamos ainda para a necessidade de encontrar uma solução para que o equipamento municipal, que esteve anteriormente cedido aos Escuteiros, esta solução deve envolver os moradores do Bairro do Calhau, e refletir as suas necessidades específicas.-----

----- Apelamos ainda, que se reforce a segurança e se proceda a uma limpeza mais cadenciada da envolvente do bairro, sobretudo, para debelar o problema testemunhado dos esgotos.-----

----- Cabe ainda à Câmara Municipal de Lisboa, a reflexão, debate e apresentação de soluções que promovam o envelhecimento saudável e ativo no Bairro do Calhau, envolvendo todos os parceiros, instituições necessárias, de forma a colmatar as necessidades existentes ao nível de respostas sociais e de serviços.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista dá por esta ordem de razão, ênfase nas Recomendações deste Parecer, na certeza que o Município de Lisboa irá tomar boa nota das mesmas e agir em conformidade, por estes motivos votaremos favoravelmente a este Parecer, reforçando nesta sessão aquilo que foi o nosso sentido de voto em sede da 6ª Comissão.-----

----- Disse!”-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente”.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Deputado Rui Costa como apresentou uma Moção tem tempo agora só para terminar a Moção, e portanto, a seguir darei a palavra à Câmara, se o entender e depois passaríamos à votação.-----

----- Reafirmo e chamo a atenção que ainda temos uma Petição a seguir e estão cá os Peticionários que gostariam que ela naturalmente, fosse discutida.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Eu andava já uns tempos preocupado com algumas convergências de voto com Partido Comunista Português, e felizmente, hoje constato que tudo está bem. Está o PCP no seu sítio, e estou eu, no mesmo sítio de sempre. -----

----- É que o PCP e Senhores Deputados do PCP, eu sei que os Senhores sabem que eu sei que os Senhores sabem que eu sei, porque é que não gostam, porque é que não gostam deste formato das organizações de moradores, aliás, eu diria mais, eu sei que os Senhores sabem que eu sei, porque é que os Senhores gostam das associações de moradores, é que, de facto, as organizações de moradores, permitem a presença de todos os eleitores dessa área, e as comissões de moradores são eleitas e destituídas a qualquer momento, por ação dos moradores nessas áreas, não são como aquelas associações de moradores fechadas, Senhores Deputados!-----

----- Mas eu até diria mais, e vou mais longe e vou mais longe.-----

----- Diminuição de direitos das organizações de moradores!-----

----- Então os Senhores Deputados acham que é uma diminuição de direitos que se possam esses moradores sejam convocados regularmente, para as Juntas de Freguesia, um representante deles para o efeito.-----

----- Acham que é uma diminuição!-----  
----- Acham que é uma diminuição de direitos poderem receber delegações de competências por parte das Juntas de Freguesia?-----  
----- Não!-----  
----- Eu sei que os Senhores, sabem, que eu sei que os Senhores sabem.-----  
----- Disse!”-----  
----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “A Câmara penso...”-----  
----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Obrigada Senhor Presidente.-----  
----- Eu bem sei que os Peticionários não estão na sala, mas tenho alguma esperança de que nos vejam na transmissão *online* que é feita, mas ainda assim não estando presentes, estamos no dia da discussão desta Petição, eu queria começar por dizer e mais uma vez saudar a iniciativa dos Peticionários, e dizer que, em particular o Bairro do Calhau e a Associação de Moradores Flor da Serra, é assim que se chama Associação de Moradores, tem uma característica muito particular até pela sua inserção geográfica em Monsanto.-----  
----- É um dos exemplos que nós temos de facto de isolamento, é de facto, até porque volto a dizer pela sua inserção geográfica no Parque de Monsanto, é um espaço absolutamente extraordinário, o sentido de comunidade e de trabalho conjunto dos moradores é muito interessante, é dos bairros que eu conheço com mais trabalho consolidado em termos de participação dos moradores, a Associação de Moradores tem um trabalho absolutamente extraordinário.-----  
----- Ele é um Bairro Municipal de génese, ainda que, neste momento mais de quase 60% do Bairro tenha sido alienada aos próprios e, portanto, há uma prevalência muito grande de proprietários e não de inquilinos, mas ainda assim é um bairro de génese municipal, com características muito diferentes dos outros bairros da Cidade ditos municipais.-----  
----- Há várias questões desta Petição que tem a ver com o Município e transversal a vários Pelouros, alguns que tem a ver com o Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local, naquilo que tem a ver com a manutenção do edificado que ainda é propriedade da Câmara e mesmo aquilo que não de propriedade da Câmara, nós no verão fizemos uma visita com a Associação de Moradores, e houve uma série de intervenções que foram feitas; melhoria das caixilharias, substituição das caixilharias, melhoria das condições térmicas daquelas habitações e de pintura do edificado, mesmo daquele que não é municipal, porque entendemos, e com a Associação de Moradores, temos feito esse trabalho.-----  
----- É uma Associação de Moradores muito reivindicativa e muito, mas volto a dizer muito pró-ativa.-----  
----- Há aqui questões que eu levo para os meus Colegas da área dos Direitos Sociais, da área da Mobilidade que está aqui ao meu lado, da área da Higiene Urbana, mas

dizer que as questões que são levantadas pelos moradores e pela Associação de Moradores são pertinentes, a questão do isolamento físico é pertinente, o facto, volto a dizer da localização também agudiza esta situação, mas também dizer que é de facto, um bairro muito especial, eu acho com umas características muito especiais na Cidade de Lisboa.-----

----- Há aqui questões que têm a ver com a relação com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica que não me compete e não compete ao Executivo da Câmara fazer observações sobre elas, acho que o lugar é a Assembleia de Freguesia, caso assim o entendam os fregueses.-----

----- Mas dizer também que os espaços não habitacionais que estão no bairro, e portanto, espaços de loja digamos, onde está sediada a Associação de Moradores e muito bem, são dois espaços onde está instalada um Núcleo de Intervenção da APAF e que eu penso que será interessante também, que trabalhe mais com o Bairro, mas é um sítio onde está a APAF sediada, e também um espaço que está entregue à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, portanto, estou convicta que com a Junta de Freguesia, com a Associação de Moradores e com os vários setores da Câmara que estão aqui que encontrámos solução de intervenção, sempre com a participação da Associação de Moradores e dos moradores.-----

----- E de facto, o Bairro tem uma condição muito interessante, até do ponto de vista da fruição do espaço público, é muito utilizado a parte envolvente por famílias, por atividades ao ar livre, é um sítio onde, por exemplo, ciclistas, é um sítio onde por exemplo, as empresas fazem atividades com os seus trabalhadores, as escolas também.-----

----- Termina já Senhor Presidente.-----

----- Mas dizer que é um daqueles sítios, onde o trabalho da população e o trabalho das organizações de Moradores e da Associação de Moradores é muito presente.-----

----- E com isto, queria dizer em relação a outra questão que foi levantada, e este é o trabalho que eu, em particular tem vindo a fazer com as Associações de Moradores, é mais do que ouvir, e é mais do que tomar em boa conta em atenção aquilo que as Associações de Moradores nos dizem, eu acho que é muito importante, e é essa a experiência que temos vindo a fazer que as Associações de Moradores possam ser em determinadas circunstâncias com responsáveis pela gestão do espaço e, para isso, é preciso que tenham algum enquadramento legal, que a Constituição lhes confere e bem, mas que não lhes confere depois do ponto de vista da operacionalização.-----

----- Nós temos vindo a fazê-lo e insistimos, e vamos continuar a fazê-lo ainda que saibamos que não tem a maior cobertura do ponto de vista que nós entendemos que deveria ter, mas acho que é mais do que ouvir, é convidar as Associações a serem participantes também numa com governação, e numa corresponsabilização também dos seus territórios.-----

----- Obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Vereadora.-----



----- Vamos proceder às votações, primeiro das Recomendações da Comissão.-----

---- **Recomendação n.º 092/03 (6ª CP)**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa. A **Recomendação n.º 092/03 (6ª CP)** foi aprovada **por unanimidade**. -----

----- (Ausência dos Deputados (as) Municipais Independentes Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rodrigo Brito e Teresa Craveiro da Sala de Plenário) -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora vamos votar a Moção apresentada pelo Senhor Deputado Rui Costa.”. ---

----- **Moção n.º 92/01 (DM IND Rui Costa)**, votos contra o PCP, abstenção do CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, votos a favor do PS, PSD, Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves, Raul Santos e Rui Costa. A **Moção n.º 92/01** foi aprovada **por maioria**. -----

----- (Ausência dos Deputados (as) Municipais Independentes Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rodrigo Brito e Teresa Craveiro da Sala de Plenário.) -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“O Grupo Municipal do PCP votou contra a Moção 092/01 (DM IND Rui Costa) “Pela concretização legal do regime jurídico das Organizações de Moradores, previsto nos artigos 263.º a 265.º da Constituição da República Portuguesa” porque entende que a Constituição valoriza as organizações moradores e que não houve regulamentação específica sobre isso, mas isso também não impede que as autarquias as envolvam, ouçam as suas opiniões e contribuições.*-----

----- *O caminho da regulamentação que é proposto pode conduzir à limitação do papel das organizações de moradores a funções administrativas.*-----

----- *A Lei de Bases da habitação já contempla e enquadra a intervenção das organizações de moradores.”*-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, eu peço muito que se aguentem, só falta uma Petição, e realmente os Senhores Peticionário estão presentes, eu peço que vão avançando, os 10 minutos vão ser repartidos, segundo me informaram entre os cidadãos Maria João Ramos e José Antunes, portanto, eu peço que se contenham dentro dos 10 minutos, como é normal, e peço a que ninguém se ausente, mesmo não podendo participar na votação, pode estar presente, não para o quórum, não fica dispensado.”-----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 10/2019 – “EMEL EM BENFICA NÃO!”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE: 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**---

----- (A **Petição nº 10/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante) -----

----- **RELATÓRIO DA 8ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- (O Relatório da 8ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante.)-----

----- **RECOMENDAÇÃO 092/04 (8ª CP).**-----

----- (A Recomendação 092/04 (8ª CP) fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante.) -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Portanto, dou a palavra ao Senhor José Antunes que vai falar primeiro, se faz favor, em conjunto têm dez minutos.”-----

----- **O Peticionário, Senhor José Antunes,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde.-----

----- Infelizmente, cabe-me dizer que todo este processo dito democrático é uma farsa.-----

----- Como participante nesta encenação devo revelar que é uma farsa, quando temos uma consulta pública em que 90% dos contributos eram críticos à introdução da EMEL e a conclusão do Relatório é seguir com a proposta inicial, retalhando a Freguesia em nove zonas, ou seja, que instrumento participativo é este que descarta totalmente a vontade expressa na grande maioria dos contributos?-----

----- Mais absurdo é ler uma Recomendação da Comissão para que estas consultas sejam melhores divulgadas.-----

----- Para quê?-----

----- Com mais ou menos participantes, o resultado é sempre o mesmo.-----

----- Soubemos pela comunicação social, inclusivamente que os parquímetros destinados a Benfica já tinham sido comprados antes mesmo da consulta, portanto está dito!-----

----- É uma farsa termos a decorrer votações em centros comerciais em total desrespeito pela legalidade democrática, consultas essas que não têm qualquer valor legal o que não invalida que a Junta lhes atribua um valor referendário à revelia da Recomendação já emitida pela Provedoria de Justiça.-----

----- Para os lados da Avenida Gomes Pereira, a Lei só é para respeitar quando interessa, quando não interessa reinventa-se a Lei ou disse-se que a Lei não faz sentido inclusivamente, ouvi em Assembleia de Freguesia, o desrespeito pelo Parecer da Provedora da Justiça, pelo simples facto de ser uma recomendação, acontece que é uma recomendação fundamentada e balizada pela Lei, não é a opinião totalmente desinformada de quem vem a esta casa dizer, por exemplo que o referendo local é um assunto da Assembleia da República, não entendendo a simples definição da palavra o “local.”-----

----- Acho que vou fazer uma consulta ao meu prédio, melhor ainda faço uma consulta só na minha casa para ter a certeza do resultado, terá tanta validade como a promovida

pela Junta.-----

----- Lendo o Relatório da 8ª Comissão constato que mais uma vez, a Presidente da Junta traz a cartilha dos lugares criados em Benfica, que mais ninguém vê.-----

----- Neste Relatório, diz que foram criados mil e quinhentos nos últimos anos, na imprensa já disse que foram mil e trezentos, a outro jornal disse que foram dois mil, enfim, se a criação de lugares é uma atividade de âmbito criativo, creio que a 7ª Comissão estaria mais habilitada para discutir esta Petição tendo o Pelouro da Cultura.-----

----- Como é dito na Petição, e reconhecido por quem mora em Benfica a área disponível para estacionar tem é vindo a ser reduzida desde 2014, até hoje, graças às pretensas obras de reordenamento de estacionamento.-----

----- Recusamos ainda a farsa que a mesma Presidente tente impor no Relatório, dizendo que a Petição representa uma determinada zona de Benfica, quando temos subscritores das mais variadas zonas, inclusive da zona da Fonte Nova que, entretanto, já se tornou tarifada.-----

----- Mais a Petição representa também quem trabalha em Benfica, quem vêm de visita a familiares e amigos, ou simplesmente quem vêm usufruir dos equipamentos que a Freguesia oferece, pois isso é uma questão que também lhes diz respeito e não apenas aos moradores de duas ou três ruas.-----

----- Eu pergunto aos Senhores Deputados, como é que avaliam o trabalho da 8ª Comissão aqui hoje patente?-----

----- Sabemos que o valor das suas Recomendações é aquele que a Câmara entender sendo na prática totalmente ignorado, principalmente quando as Petições em causa afrontam grandes interesses económicos, como é o caso.-----

----- No entanto, pergunto-me com que cara é que vem a Comissão apresentar um relatório, que é uma absoluta nulidade, que em nada responde aos problemas levantados pelos mais de dois mil subscritores desta Petição.-----

----- Esta Comissão não afronta em nada, o interesse maior da EMEL de tarifar a cidade inteira até ao final de 2020, ignora totalmente que os Peticionários não querem a EMEL na sua Freguesia, e muito menos querem a sua Freguesia esquarterada em pequenos guetos que apenas vem limitar a mobilidade e dificultar o acesso a bens e serviços essenciais, colocando em causa direitos fundamentais como também apontou a Petição dos Olivais.-----

----- Não se vê uma única Recomendação que se relacione com a leitura da Petição.---

----- Aparentemente com a conivência de todos os partidos, à exceção do PCP que foi aparentemente o único representado na Comissão, que teve a lucidez de votar contra esta Recomendação, esta Comissão vem apenas constatar o óbvio, que é a estratégia camarária que sempre foi lucrar com o problema da falta de estacionamento e não resolvê-lo.-----

----- Esta Comissão desprezou e desrespeitou os cidadãos para quem trabalham em particular os subscritores desta Petição, isto não é servir os cidadãos, isto não é democracia, nem tão-pouco é participativa, é quanto muito uma teatralização da democracia e em última análise uma perda tempo, nossa e vossa, lamento.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Peticionária, Senhora Maria João Ramos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada.-----

----- Muito boa tarde, já não sei se é boa tarde se é boa noite.-----

----- Excelentíssimos Senhores.-----

----- Como o meu colega teve a falar, retalhar a Freguesia em nove zonas de Benfca revela que o real objetivo da EMEL é maximizar o seu potencial de receitas, e não promover a mobilidade.-----

----- Não existe qualquer fundamentação que legitime a criação desta enormidade de zonas, é inigualável o impacto negativo que terá, quer na mobilidade dentro da Freguesia pelo incremento de custos para o acesso a serviços essenciais, quer no comércio tradicional.-----

----- Nós nascemos em Benfca, nós crescemos em Benfca, nós continuamos a viver em Benfca, por isso, temos o direito de usufruir o que temos em Benfca, a estacionar gratuitamente, nos bens essenciais, como Posto Médico, CTT, Finanças, mercado, ou até comércio local.-----

----- Somos nós contribuintes e moradores em Benfca que contribuimos para esta Freguesia, para isso nenhum freguês devia pagar o estacionamento na zona total do Benfca, a EMEL não é solução para Benfca como na anterior Petição indicámos foi entregue em abril de 2018, à Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, uma Petição 10 de 2018, que denunciava várias situações anómalas relativas ao estacionamento na Freguesia de Benfca.-----

----- Falta de lugares de estacionamento na Freguesia, ações persecutórias praticamente diárias da Polícia Municipal da Freguesia de Benfca, ao chegar ao pronto de pessoas fartas, cansadas, desesperadas de quase todas as semanas rebocarem os seus automóveis e dizerem, “*não temos ordenados para irmos buscar os nossos automóveis novamente, pagar multas e reboques constantemente.*”-----

----- Criação de mais lugares efetivos de estacionamento, estacionamento, que não seja, tarifado, logo concessionado à EMEL.-----

----- Em vez se tratarem de zonas maioritariamente residenciais e desprovidas de comércio e serviços, antecipando uma eventual tentativa de instrumentalização desta Petição para legitimar a concessão de zonas à EMEL, consideramos que a presença desta empresa de estacionamento na Freguesia de Benfca, nada mais seria uma substituição da prepotência Polícia Municipal, que atualmente, e constantemente em Benfca, e não resolve o problema fundamental da Freguesia, que é notório a escassez na área útil de estacionamento.-----

----- Alguém já pensou nos comerciantes que não têm os seus transportes em nome da empresa, que vão ter de pagar todos os dias parquímetros?-----

----- Já pensaram nos comerciantes de Benfca que são pequenas e médias empresas e terão que pagar por ano 320 euros?-----

----- Não acham exageradamente para o comércio de Benfca?-----

----- Querem que os comerciantes comecem a fechar as portas!-----

----- E se estivéssemos a falar da Avenida Liberdade ou Avenidas Novas, agora estamos a falar do Benfica, onde a EMEL em Benfica não faz sentido.-----  
----- Nós fregueses, queremos uma Freguesia livre, não queremos pagar mais impostos.-----  
----- Benfica precisa do seu automóvel não por vaidade, mas sim para o bem essencial.-----  
----- A população em Benfica está cada vez mais envelhecida, havia transportes para o Hospital Santa Maria, até o autocarro o tiraram!-----  
----- Se não tivermos o nosso automóvel nem isso podemos.-----  
----- O Metro fica no Colégio Militar e Benfica é grande, nem sequer fica em Benfica o Metro.-----  
----- Nós vamos até ao fim dizer que a EMEL não é solução, e vamos pagar por uma coisa onde não vamos ter lugar, muito menos uma Freguesia que nos viu crescer. ----  
----- Temos de usufruir livremente o que temos direito na Freguesia, estacionamento gratuito, e uma só zona. -----  
----- À conclusão que eu chego com isto tudo, em que o povo também têm direitos, mas vem-me à ideia que, afinal, nós já temos deveres, o dever de pagar impostos, o dever de votar.-----  
----- Se os Senhores políticos acham que o país é pequeno para tantos automóveis não há possibilidade de espaço para todos, então só há uma hipótese, proibam a venda dos automóveis em Portugal porque se há demais, mas isso não convém, os carros são uma mina de filão para o Estado: combustível, impostos, taxas, selos, caça à multa.----  
----- A Câmara tem hipótese de resolver o estacionamento em Benfica, não o faz porque não o quer.-----  
----- Os impostos que nós pagámos não dá para isso?-----  
----- É à conclusão que eu chego.-----  
----- E obrigado e boa noite.”-----  
----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado.-----  
----- Vou dar a palavra ao Senhor Deputado António Prôa, como não está presente o Relator para fazer uma apresentação neste momento, penso das Recomendações.-----  
----- António Prôa é como sabem o Presidente da 8ª Comissão.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----  
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----  
----- Senhor Presidente, eu pedia-lhe que considerasse o início da minha intervenção como uma interpelação à Mesa.-----  
----- E de seguida, dar-me-á por favor a palavra na qualidade de Presidente da Comissão.-----  
----- Senhor Presidente na figura de interpelação à Mesa, eu queria dizer o seguinte, Senhor Presidente.-----  
----- Ouvimos como é nossa obrigação, os Senhores Peticionários, mas permita-me

Senhor Presidente, que reivindique o direito ao respeito.-----

----- O respeito pelo trabalho que foi desenvolvido na 8ª Comissão, foi um trabalho sério, que merece respeito, merece o respeito dos órgãos democráticos com a legitimidade que nós temos, procurando, Senhor Presidente, representar como é nossa obrigação os nossos Eleitores, quem participa nas eleições.-----

----- Compreendo e os Senhores Peticionários estão no direito pleno, e que deve ser respeitado de discordar das opções, das posições que são tomadas quer pelos Senhores Deputados, quer pela Comissão, quer pela Assembleia Municipal é um direito e, felizmente vivemos em democracia e os Senhores Peticionários têm também o direito de fazer ouvir a sua opinião, mas em democracia, a democracia exige respeito, e não me parece que os termos que foram utilizados pelos Senhores Peticionários, sejam termos que respeitem a Assembleia Municipal e a 8ª Comissão, e Senhor Presidente julguei que iria ouvir um reparo da sua parte, e não ouvi e levou-me a fazer esta interpelação à Mesa.-----

----- Senhor Presidente, se me permitir...”-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, eu estou inteiramente de acordo com o que acaba de dizer, eu em conversa com outros Membros da Mesa interroguei-me se devia interromper, entendi digamos dada a possibilidade que têm os partidos de contrariar o que foi dito realmente, talvez não acrescentasse muito naquele momento, mas também já agora que se me permite, gostaria de sublinhar uma questão que vale para esta Petição e vale para todas.-----

----- A apresentação das Petições destina-se a dar as razões dos Peticionários, portanto, a dizer o que é que pretendem e por que é que pretendem, não se destina a comentar os relatórios das Comissões e, portanto, eu realmente, digamos, não penso, que seja necessário dizer isto todos os dias, mas para que fique registado efetivamente.-----

----- Agora nós, eu penso que esta questão tem que ser analisada e considerada, é bom que haja um consenso de todos os Grupos para que a Mesa se sinta mandatada para em situações futuras interromper intervenções que não se caracterizam pela apresentação das Petições, mas de qualquer forma, e dado a hora e as circunstâncias, eu não só aceito como subscrevo e penso que toda a Mesa subscreve o que acaba de dizer.-----

----- Mas há esta questão mais geral, que efetivamente, nós temos que vir aperfeiçoar, porque todos temos que fazer uma pedagogia democrática sobre o papel de cada um e as funções de cada um, e o quadro em que cada um intervém porque a democracia exige instituições para se efetivar.-----

----- Tem a palavra para prosseguir. “-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Senhor Presidente, como saberão os Senhores Deputados, informo também os

Senhores Peticionários, que o autor deste Relatório, o Senhor Deputado José Franco não pode estar presente até ao fim da sessão, e solicitou que eu próprio fizesse a apresentação do Relatório.-----

----- Não tendo sido eu o autor do Relatório, se me permite irei deter-me apenas numa síntese das recomendações que me parecem na minha interpretação as mais relevantes.-----

----- Começando, naturalmente, Senhor Presidente, por saudar a iniciativa dos Senhores Peticionários, e permita-me acolhendo também a sua sugestão relativamente, à necessidade de fazermos uma pedagogia constante, sem qualquer pretensão de me colocar no lugar de maior privilégio ou superioridade, dizer aos Senhores Peticionários não sou insensível, não somos, nenhum de nós é insensível ao que ouvimos.-----

----- O exercício deste instrumento da Petição envolve riscos, envolve riscos para nós Eleitos que colocámos ao dispor da população um instrumento de participação, enfim, com o risco que envolve a abertura que é a nossa obrigação e, portanto, é um risco que assumimos e do qual não abdicamos.-----

----- Mas o exercício deste instrumento permite criar expectativas que, por vezes não correspondem à realidade, eu vou resistir a intervir na minha qualidade de Deputado Eleito pelo PSD irei fazê-lo mais à frente, mas cada um dos Senhores Deputados terá, com certeza a sua opinião, e cada partido têm a sua opinião e o Relatório só é possível existir num conjunto de cedências e na conciliação de posições, que permitam concluir os trabalhos, e portanto, um Relatório é sempre um esforço de consenso e, portanto, dificilmente vai ao encontro da posição inicial de cada um dos representantes políticos, e é isso que nós procurámos materializar, procurando respeitar como disse, os 1978 subscritores desta Petição, que nos merecem toda a consideração, independentemente de concordarmos ou não concordarmos com os Senhores Peticionários.-----

----- Para além de termos ouvido os Peticionários, ouvimos também o Senhor Vereador, que tem o Pelouro da Mobilidade, bem como o Presidente do Conselho de Administração da EMEL, por forma a obtermos mais informação que nos permitisse desenvolver este trabalho.-----

----- Como disse vou-me deter em algumas recomendações, dando nota em primeiro lugar, da preocupação manifestada pela Comissão quanto a uma maior divulgação, sim, é importante uma maior divulgação das consultas, e já agora aproveito para dizer que não tem a Assembleia Municipal competência para decidir a matéria de regulação do estacionamento, essa matéria é uma matéria da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, ainda assim, nós entendemos que é útil que os munícipes possam participar, possam ter mais acesso à informação que lhe permitam uma maior participação.-----

----- Em segundo lugar, é também referida a necessidade de serem introduzidas medidas mitigadoras que facilitem e promovam a mobilidade a nível local, por outros meios, seja através de modos suaves, seja também através de uma melhor cobertura da rede de transportes públicos, correspondendo também de algum modo aquilo que

foram as preocupações também aqui hoje manifestadas pelos Senhores Peticionários, nomeadamente, que permitam um maior acesso a equipamentos públicos e as zonas comerciais da Freguesia.-----

----- Por outro lado, referimos também, que a delimitação das zonas de estacionamento, que nessa delimitação, sejam consideradas as características dos territórios no caso desta Freguesia, nomeadamente, considerando a localização e o acesso facilitado dos residentes aos equipamentos de proximidade e interfaces de transporte, procurando ir também ao encontro das preocupações dos Peticionários.-----

----- Por outro lado, referimos também a necessidade de efetuarmos uma monitorização do resultado da implementação destas opções, opções da Câmara Municipal, mas a Assembleia Municipal assume o compromisso de acompanhar as consequências dessa implementação, nomeadamente, referindo um prazo de 6 meses para que, após esta deliberação para que possamos obter informação sobre o impacto destas alterações na Freguesia de Benfica, nas zonas em que é aplicada as zonas de estacionamento tarifado.-----

----- Senhor Presidente, referimos ainda e, por fim, não é exaustivo, mas é outra referência que eu queria fazer, que se promova a oferta de estacionamento, ou de outro modo que se garanta a oferta de estacionamento aos residentes, nomeadamente, ou designadamente mais propriamente dito, conforma é o texto, a letra das recomendações, designadamente, a construção de silos automóveis nas zonas mais carenciadas de estacionamento.-----

----- Em síntese, Senhor Presidente, este é o conjunto de recomendações que propomos à Assembleia Municipal que sejam aprovadas, e que possam ser acolhidas por quem tem a competência para fazer a gestão do estacionamento em Lisboa, que é a Câmara Municipal.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente da 8ª Comissão.”-----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, mais uma vez boa tarde a todos.-----

----- Uma saudação para os Peticionários que estão aqui presentes.-----

----- Sobre isto, que é mais do mesmo, não é, à bocado foi os Olivais, agora Benfica é e outros serão.-----

----- O PCP apoia as posições da população da Freguesia de Benfica, posicionando-se contra a entrada da EMEL nesta Freguesia nos moldes anunciados pela Câmara Municipal de Lisboa, no que se refere aos residentes sem admitir sequer a criação de uma zona única para quem reside nesta Freguesia.-----



----- A entrada da EMEL na Freguesia de Benfica não foi pedida pelos moradores, uma vez que receiam os impactos na sua mobilidade e possíveis custos futuros.-----

----- O PCP sempre assumiu e continua a assumir que a entrada da EMEL por si só não resolve problemas existentes no estacionamento das Freguesias de Lisboa, acarretando em muitos casos, mais prejuízos que benefícios para a população.-----

----- Conforme o PCP já propôs deveriam ser encaradas outras possibilidades para ajudar a solucionar o problema do estacionamento para os residentes, tais como: -----

----- Realizar o debate sobre o problema do estacionamento na Freguesia de Benfica que nunca foi realizado, sem o desligar da necessidade da discussão de uma outra política de mobilidade na Cidade de Lisboa e na Área Metropolitana.-----

----- No que respeita à entrada da EMEL em Benfica, desde 2010 que o PCP tem defendido, tal como defendia então o PS, convém recordar, que a mesma só deveria ocorrer perante a obtenção de um consenso alargado o que não aconteceu, e consubstanciada em estudo, que também não aconteceu, que justificasse a entrada com vista à resolução das situações concretas.-----

----- Simultaneamente, o PCP tem presente que há efetivamente falta de estacionamento particularmente, no período da noite, e que a confirmasse a entrada da EMEL não só não se resolverá o problema, como ainda colocará a população a pagar sem a garantia de estacionamento para todos.-----

----- Ao invés da criação de um espaço para o debate sério, foi tomada uma iniciativa que a Provedora de Justiça decidiu chamar à atenção da Junta de Freguesia de Benfica para e passa-se a citar, “*se abstenha de promover consultas populares, como a que foi levada a sério*”, ou a chamada famosa consulta de bairro.-----

----- Para o PCP continua a ser necessárias outras medidas, a criação de parque de estacionamento, as entradas da cidade de Lisboa com ligação aos transportes públicos para garantir estacionamento a quem se desloca utilizando esses transportes.-----

----- A construção de parques de estacionamento gratuitos nos locais diversificados dentro da Freguesia, destinados aos moradores, os tais silos que a Petição fala.-----

----- Por estas razões, e porque não é dada resposta real aos problemas apresentados pelos Peticionários nas recomendações, o PCP vota contra este Relatório e respetiva Recomendações.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.-----

----- Em primeiro lugar, obviamente saudar, os Peticionários que trouxeram a debate mais um caso de mais uma Freguesia, relativamente, ao estacionamento já na anterior

intervenção, relativamente aos Olivais, pudemos esclarecer também um pouco da nossa posição sobre a questão da mobilidade, porque também é uma questão de mobilidade que se trata, quando falamos de estacionamento, mas reforçamos que não basta agir sobre o estacionamento por si para condicionar acesso dos automóveis ao centro da cidade, e é preciso integrar a questão do estacionamento numa política mais ampla de mobilidade, que passa pela gestão de tráfego, passa pelo estacionamento, mas passa acima de tudo pela questão dos transportes públicos e do reforço dos transportes públicos.-----

----- E no caso da Cidade de Lisboa, onde a Carris é hoje um instrumento municipal fundamental, tem de existir uma canalização de receitas para o financiamento dos transportes públicos e a melhoria dos espaços públicos também e, portanto, a política de estacionamento não pode ser feita ao contrário ela tem que estar subordinada a uma política de mobilidade, que enquadre todas as outras e articulando-se com uma política de controle e gestão de tráfego, de circulação e de estacionamento, e de reforço de transportes públicos e requalificação dos espaços públicos, e também importante, uma política ambiental e em nome de objetivos claros que ajude a construir uma cidade equilibrada desse ponto de vista.-----

----- Além disso, achamos também que é necessário implementar uma política de parques à entrada da cidade, isto é muito falado, mas tem que ser mesmo à entrada da cidade, em articulação com o uso dos transportes coletivos garantindo o estacionamento gratuito em interfaces, para quem utiliza os transportes e sistemas que incluam na tarifa o estacionamento e o direito à viagem.-----

----- Só que, para que tal possa acontecer de forma harmoniosa e com racionalidade os parques em questão devem ser, de facto, à entrada da cidade, se necessário até com investimento fora dos limites do próprio concelho, do próprio Município, e claramente não podem ser feitos em locais onde existe uma vida de cidade, uma vida de bairro e no centro da cidade.-----

----- E portanto, sem este esforço, parques deste tipo, que já estão quase no centro da cidade não terão qualquer efeito positivo no objetivo necessário de reduzir o número de veículos a circular na cidade e ocupar o espaço público, nem tão-pouco elas por si depois resolvem os problemas identificados.-----

----- No caso Benfica tivemos um caso a quem à população foi prometida uma auscultação, mas aquilo que foi realizada, que ficou conhecida e foi chamada de consulta de bairro, que já aqui foi dito pelos Peticionários, mas também ao longo deste tempo, e na própria Assembleia de Freguesia se percebeu que não passou de um simulacro e, portanto, não foi dada de facto, a voz aos cidadãos de Benfica que poderiam ter escolhido qual é que achariam que fosse a melhor solução e, portanto, aquilo que foi feito com a tal consulta de bairro não foi ao encontro das expectativas que foram criadas nos cidadãos e, portanto, este tipo de erros também se reflete depois nas falhas que a própria organização deste estacionamento têm nas zonas que foram escolhidas, porque as populações não foram objetivamente ouvidas, e desse ponto de vista, achamos que, obviamente, a Assembleia Municipal tem que continuar a acompanhar esta e outras situações semelhantes, porque, de facto aqui foi dito, os

referendos locais, estas auscultações aos cidadãos não podem ser vistas como uma fraude ou como defraudando as expectativas, elas devem ser valorizadas, mas para serem valorizadas elas têm que responder de uma forma clara às expectativas que são criadas pelos cidadãos, que não foi o caso que aconteceu em Benfica.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gabriel Baptista Fernandes do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.-----

----- Aproveitamos para saudar a iniciativa e a participação cívica dos Peticionários.---

----- Referir que o problema de estacionamento é transversal à cidade, mas que no caso de Benfica parece gritante, porque já originou várias Petições apresentadas na AML.-----

----- Foi também que o CDS entende que o número de zonas aprovadas pela Câmara para o Benfica, proposta que o CDS votou contra é muito elevado, importa ter em conta o tecido social económico numa Freguesia, em que a pressão de estacionamento provocado essencialmente por zonas tarifadas à sua volta, mas também por entidades, empresas e instituições com um número considerável trabalhadores é grande.-----

----- O espaço público não compreende uma resposta para as necessidades locais, logo à partida de residentes e comerciantes mas também daqueles que têm necessidade de lá ir e querem deslocar-se a Benfica, para visitar quem ali mora, para fazer compras no comércio local.-----

----- A EMEL deve ter uma atitude amiga dos lisboetas, procurando encontrar soluções equilibradas, as inúmeras zonas que a CML prevê não cumprem esse desígnio.-----

----- Assim e com as alterações que garantam melhor a acessibilidade pedonal é também, preciso encontrar uma solução para os residentes, sem os onerar mais do que o previsto no Regulamento de Estacionamento.-----

----- É por isso que acompanhamos a Recomendação da 8ª Comissão no que respeita à construção de silos de automóveis nas zonas da Freguesia, onde o espaço público não comporta mais alterações.-----

----- Quanto às consultas públicas.-----

----- A sua divulgação é fraca e pouco ativa de resto, ainda continuamos à espera dos jornais e folhetos que a EMEL diz ter distribuído para várias consultas públicas realizadas na cidade.-----

----- Este é um problema que não se irá resolver com a discussão de hoje, pelo que o CDS irá acompanhar este tema de perto entendendo contudo, que este é um momento

excepcional, em que discutimos o Novo Regulamento de Estacionamento na via pública e, por isso, uma oportunidade para resolver os problemas de mobilidade que tantos e tantos cidadãos nos trazem aqui a esta casa.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----

----- Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- “Os Verdes” saúdam os subscritores da Petição nº 10 de 2019, que reuniu um total de 1.149 assinaturas e que se refere à entrada abrupta da EMEL em mais uma Freguesia de Lisboa, neste caso, Benfica.-----

----- Recorde-se que já houve uma anterior Petição sobre o estacionamento em Benfica, cujas recomendações se revelaram inócuas e sem resultado prático.-----

----- Não vamos repetir tudo o que dissemos na discussão da Petição nº 21 de 2018 referente ao estacionamento nos Olivais, mas de facto é de salientar que as recomendações da 8ª Comissão não vão, mais uma vez, ao encontro das preocupações dos Peticionários, nem incluem as suas propostas, ficando à margem dos problemas elencados e das alternativas sustentáveis.-----

----- Na Freguesia de Benfica estão identificados os mesmos problemas de estacionamento e de pouca oferta de transportes públicos, com a agravante de esta ser uma Freguesia bastante envelhecida, fazendo com que, por exemplo, os cuidadores dos moradores tenham de pagar o estacionamento.-----

----- Também aqui o processo de consulta pública não foi devidamente conduzido e muito menos teve em conta a contestação da grande maioria dos residentes, que era contra a entrada da EMEL na Freguesia, e aliás, o número de assinaturas desta Petição demonstra isto de forma clara.-----

----- Reiteramos que esta metodologia não é a melhor forma de permitir uma democracia participativa. As consultas públicas devem servir para recolher contributos e não para validar decisões já tomadas. -----

----- Todos estes processos carecem de estudos prévios, devidamente fundamentados, sobre as reais necessidades e problemas de estacionamento nas Freguesias, pois cada Freguesia tem uma realidade e vivência próprias, devendo ter-se em conta o todo da Freguesia e também, o conjunto das Freguesias da Cidade.-----

----- Com tanta contestação face à implementação das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada nas várias Freguesias de Lisboa, talvez já seja hora de a EMEL e o Município atenderem às diferentes necessidades de cada Freguesia e respetivo território e, em conjunto com as populações, irem ao encontro da resolução dos

problemas no que diz respeito ao estacionamento.-----

----- Por fim, e em concordância com o voto no tema semelhante discutido anteriormente, o PEV votará contra as Recomendações da 8ª Comissão, reafirmando que a EMEL deve gerir o estacionamento, mas o que está a fazer é apenas tarifar o estacionamento mesmo quando é escasso para os próprios moradores, sem alternativas e sem ouvir a população.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Peticionários, Caros Colegas.-----

----- Em primeiro lugar, não podia deixar de tecer também aqui a consideração ou reparo que o Senhor Deputado António Prôa fez aqui no início, de facto, não é desta forma deselegante e desproporcionada que nós recebemos aqui as pessoas nesta casa,-

----- E passando à frente, o que gostaria de em primeiro lugar ou em segundo lugar, uma vez mais saudar os Peticionários pela iniciativa de trazer a esta Assembleia, um tema que tanto nos preocupa que é a mobilidade, nesta nossa Lisboa.-----

----- A Freguesia de Benfica à semelhança de outras zonas da Cidade de Lisboa sempre possuiu um problema crónico de estacionamento automóvel.-----

----- As últimas obras de requalificação urbana efetuadas na Freguesia de Benfica não suscitaram o efeito desejado, como aliás, ficou aqui bem patente com os Senhores Peticionários, sendo até discutíveis algumas das soluções adotadas que visavam inicialmente disciplinar o estacionamento e garantir uma circulação mais fluida do trânsito, por forma a impedir o estacionamento abusivo e perturbador do tráfego automóvel, contribuindo dessa forma, para um espaço urbano mais amigo da circulação pedonal, no entanto, o que resultou foi todo o contrário do pretendido com os residentes a reclamarem a perda de lugares de estacionamento.-----

----- Como já várias vezes aqui o dissemos, no MPT entendemos que as bicicletas não são uma opção para uma população mais idosa, consideramos que as carreiras de bairro e o automóvel são as soluções mais corretas e adequadas para esta população. --

----- Face ao exposto o MPT que não faz parte da 8ª Comissão Permanente, concorda com os Pontos 5 e 6 da Recomendação apresentada pela 8ª Comissão Permanente, no sentido de que, se deva proceder ao estudo alternativo de oferta de estacionamento, designadamente, à construção de silos automóveis nas zonas de maior necessidade, e que se promove a alteração das tarifas dos parques de estacionamento subterrâneos, tornando-se uma alternativa mais acessível em relação ao estacionamento de

superfície.-----

----- Caros Colegas, sem prejuízo do que se disse o MPT votará favoravelmente no sentido de que este plenário da Assembleia Municipal delibere que a Câmara Municipal cumpra as recomendações constantes do Relatório da 8ª Comissão, no entanto, apelamos, Senhor Vereador, é único que está aqui em representação da Câmara, a máxima urgência na resolução desta questão, sem esquecer a população idosa da Freguesia de Benfica legítima utilizador destes veículos automóveis.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Marques do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa noite, Senhor Presidente.-----

----- Boa noite, Caros Deputados.-----

----- Boa noite, Peticionários.-----

----- Antes de mais saudar a vossa iniciativa, a iniciativa dos Peticionários que, de facto, demonstram aquilo que é Benfica, e eu irei dividir aqui a intervenção em dois aspetos fundamentais.-----

----- Um, o processo participativo que conduziu ao parecer da Junta de Freguesia de Benfica, portanto, positivo para a entrada da EMEL na zona do Fonte Nova e da Estrada do Colégio Militar da Avenida do Colégio Militar, e uma segunda componente, que aliás, é por aí que vou começar que tem a ver com os problemas e o que é que nos levaram aqui.-----

----- Por facto, eu ouvi várias forças partidárias categorizarem Benfica como o problema semelhante ao resto da cidade, pois, mas, infelizmente para nós o problema do Benfica não é igual ao resto da cidade, e por certo é exatamente esta visão do todo que acaba por prejudicar aquilo que é a visão muito específicas dos problemas concretos dos moradores, bairro a bairro, rua a rua, e caso seja necessário praticar a prática, ou porta a porta, e, portanto, esta visão de que a democracia ou é do todo, ou sendo ela participada num sentido mais pequeno, e porque estamos aqui a falar do que aconteceu em duas ruas muito importantes na Freguesia, mas que são limítrofes e têm problemas muito claros, têm problemas de serem contíguos a Carnide e a São Domingos de Benfica que tinham já zonas tarifadas, tem ao lado duas superfícies comerciais de grande dimensão, como é o Centro Comercial Fonte Nova e o Centro Comercial Colombo, têm o Metro que permita que diga à Senhora Deputada, e à Senhora Petionária, Benfica tem uma paragem de Metro, uma Estação de Metro, no Colégio Militar, num lado é Benfica do outro lado é Carnide.-----

----- Portanto, de tal forma também temos uma estação de comboio com a pressão que isso também coloca a Benfica, e também temos o maior eixo de entrada Norte na

Cidade de Lisboa, exatamente com a Estrada de Benfica com o número de carreiras tem, que é o eixo que tem maior número de carreiras.-----

----- Portanto, quem acha que não existe problemas específicos, em algumas zonas de Benfica, de facto, ou nunca lá foi, ou anda de facto distraído, e é sobre estas situações concretas, que a população da zona do Fonte Nova desenvolveu uma Petição, que também, foi analisada aqui na Assembleia a pedir a entrada da EMEL, naquela zona específica e, portanto, enviou a discussão de um problema concreto, numa zona da Freguesia lançando um debate à Freguesia toda.-----

----- Olhe ao Bairro da Boavista que não tem problemas de estacionamento, ou ao Bairro de Santa Cruz de Benfica, que também não tem problemas de estacionamento a não ser na zona do Mercado Benfica, portanto, claramente, estávamos a tirar direitos à população daquela zona da Freguesia que ficava, obviamente, pela dimensão do problema deixava de ter voz e deixava de ver solucionado o seu problema, bem, meus amigos, isso não é democracia, isso não é a participação cívica, e isso não é ouvir os reais problemas da população, isso não acontecerá por certo com o PS em Benfica.----

----- O Partido Socialista em Benfica candidatou-se tendo no seu programa eleitoral de forma muito clara que iria ouvir rua a rua, bairro a bairro, zona a zona, se fosse necessário, e foi isso que fez, e foi isso que fez!-----

----- E portanto, permita-me que lhe diga, permita-me que lhe diga, que o que aconteceu foi sobre esta questão participativa foram feitas duas reuniões públicas com a população, como sequência da Petição inicial que entrou a pedir a entrada da EMEL na zona da Fonte Nova e da Avenida do Colégio Militar e também ali na zona da Agência Lusa, para quem assim quer visualizar, melhor a zona.-----

----- Depois disso fizemos uma reunião preparatória com os Partidos em que dissemos, vamos fazer uma consulta do bairro, que só tem um fundamento consultivo, porque queremos ouvir as pessoas desta zona exatamente quais são os problemas, quais são as soluções que elas querem.-----

----- Sabem o que aconteceu?-----

----- Nenhuma força partidária, quis participar ou acompanhar.-----

----- Foi um processo que foi acompanhado pela Associação de Moradores local essa sim, quis estar do princípio ao fim, quis validar e fiscalizar o ato, e foi isto que aconteceu, e no meio disto tudo no meio de 1400 pessoas possíveis votantes, votaram se não estou enganado 400 e tal pessoas e tivemos 70% de pessoas a dizer, queremos a EMEL aqui e agora para resolver o problema.-----

----- E foi isso que aconteceu por e simplesmente!-----

----- Houve três Assembleias de Freguesia uma delas Extraordinária para debater este tema, e na qual nenhuma força política da oposição trouxe uma solução para o problema, uma que fosse!-----

----- Uma! -----

----- Não houve uma solução, não houve construir um o parque ali, façam um silo, façam nascer aqui alguma solução nas nuvens, zero! Zero! -----

----- Todas contra a solução de poder auscultar a população, todas contra o facto de estarmos a dar uma hipótese a uma população específica de se pronunciar sobre um

problema que era deles todos os dias e portanto, a solução era o todo, pôs-se toda a Freguesia a votar, convidem todos a votar, convidem quem mora no Bairro da Boavista que não tem esse problema, a opinar sobre um problema concreto de uma população que vive noutra zona da Freguesia.-----

----- Bem amigos, desculpem lá que eu diga, isto é um desconhecimento profundo do território de Benfica e não é resolver o problema a ninguém!-----

----- E portanto, não foi isso que foi feito, e aqui também reitero o compromisso do Partido Socialista em Benfica, de continuar a ouvir a população, porta a porta, rua a rua, praceta a praceta, esse é o nosso compromisso que queremos levar até ao fim, enquanto estivermos, obviamente, com capacidade para isso.-----

----- Por fim, permitam-me também que vos diga que há aqui uma situação também muito clara, em nenhuma altura, a Junta de Freguesia de Benfica ou o Partido Socialista em Benfica disse, somos a favor da EMEL ou contra a EMEL, nós somos a favor é procurar soluções que sejam eficientes e que sejam exequíveis, daí que temos defendido desde a primeira hora, a criação do parque estacionamento subterrâneos, da criação de silos em Benfica, de zonas de contenção e de estacionamento que permitam...-----

----- Desculpe, Senhor Presidente, vou terminar.-----

----- E que permitam exatamente que Benfica que é uma Freguesia periférica de entrada na zona norte na cidade Lisboa tenha de facto, respostas que proteja os seus moradores, e isto é aquilo que defendemos, é isto que acreditamos, mas para isto vamos continuar a ouvir a população, dia após dia, semana após semana.-----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, pela tolerância.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado António Prôa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhor Vereador, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Senhor Presidente, em primeiro lugar e para que fique absolutamente clara a posição do PSD que, aliás, foi também manifestada nos órgãos locais, foi também manifestada na Câmara Municipal, o PSD discorda desta solução implementada pela Câmara Municipal, mas é importante que se compreenda que hoje aqui não estamos a decidir o número de zonas, a implementação de zonas na Freguesia de Benfica, essa não é competência da Assembleia Municipal, essa foi uma opção da Câmara Municipal e apenas a Câmara Municipal é responsável por ela.-----

----- Nós discordámos e temo-lo dito, dissemos nos órgãos da Freguesia, dissemos na Câmara Municipal, e estamos agora a afirmá-lo com toda a clareza.-----

----- Mas Senhor Presidente, dado que não nos compete decidir sobre a gestão do



estacionamento na cidade, temos ainda assim a nossa opinião, a nossa voz e é isso que eu pretendo transmitir aos Senhoras e aos Senhores Deputados e quem nos escuta.-----

----- Em primeiro lugar, o que é a EMEL?-----

----- A EMEL foi um instrumento que foi criado com dois objetivos essenciais: ordenar o estacionamento na cidade e, por outro lado, concorrer para dissuadir a entrada de automóveis na Cidade de Lisboa.-----

----- Pois bem se quanto ao primeiro parece evidente, onde a EMEL atua o estacionamento, de facto, está ordenado, parece incontornável, já quanto ao segundo objetivo, parece que ele não foi conseguido. A entrada de automóveis na Cidade de Lisboa, continua a ser o maior problema para a mobilidade e para a gestão da mobilidade na cidade, e a EMEL não foi capaz de contribuir de forma eficaz para a resolução deste problema.-----

----- Mas a EMEL falhou ainda mais.-----

----- A EMEL falhou mais, porque ao transitar a sua atuação, ao estender a sua atuação da zona central da cidade para a coroa da Cidade de Lisboa, e como aliás, foi aqui dito, por exemplo e dado que estamos a tratar do Benfica.-----

----- Benfica não é nem tem uma realidade idêntica ao centro da cidade de Lisboa, mas o que é que se verificou? O que se verificou é que a EMEL aplica exatamente a mesma receita que aplicou à zona central da cidade a toda a restante Cidade de Lisboa, e é aí que está o problema, é também aí que está o problema, a não adaptação à realidade, onde está agora a atuar tem provocado um problema que se resume ao seguinte.-----

----- A EMEL hoje em dia, não é amiga dos lisboetas e isso está comprovado também aqui pelo que temos escutado e temos analisado na Assembleia Municipal.-----

----- Em pouco mais de um ano deram entrada aqui na Assembleia Municipal, seis Petições, seis Petições manifestando preocupações relativamente à atuação da EMEL, e isso tem que ter uma leitura, isso devia ter uma leitura, para nós a leitura é evidente. Anteriormente, não havia esta contestação, obviamente, que há sempre alguma resistência relativamente ao papel da EMEL, não é um papel que seja simpático, mas é necessário, mas a diferença é que de antes para agora, coincidindo com o alargamento da atividade da EMEL, o que se passou foi que as populações começaram a ver a EMEL como uma inimiga, e isso não é sustentável, não é sustentável ter um instrumento que deve ajudar à gestão da cidade, que é visto como inimigo dos lisboetas e, portanto, importa refletir e mudar.-----

----- E porque é que a EMEL deixou de ser considerada amiga dos lisboetas?-----

----- Pelas razões que sistematicamente são aduzidas nas Petições, porque não há discussão pública, a opinião das pessoas não é respeitada, porque se dificulta o acesso de cuidadores, de familiares a idosos nos bairros onde a EMEL entra em atuação, porque aumenta o custo no acesso relativamente, termino já Senhor Presidente.-----

----- No acesso a serviços locais a serviços de bairro, isso também não foi tido em conta, porque vem retalhar as Freguesias, vem retalhar o território criando zonas pequenas, demasiadamente pequenas como nós temos repetido e, aliás, ainda há pouco o PSD referiu essa questão, e também é sistematicamente, referida, não se

percebe porque retalha em pedaços tão pequenos, a Cidade de Lisboa, no fundo, o que se verifica hoje, e a posição do PSD, e a opinião do PSD é que hoje, a EMEL ao invés de ser como eu disse amiga dos lisboetas, dificulta a mobilidade dos lisboetas, e perante isto, a Câmara parece indiferente, e parece não estar sensível àquilo que a população, que é a opinião da população, e isto deve mudar.-----

----- E o apelo que eu queria aqui deixar é que seja por um lado feita uma reflexão face a circunstâncias diferentes do território onde a EMEL atue, e, por outro lado, que a Câmara Municipal comece a ouvir, mas também a considerar e a respeitar aquilo que é opinião dos lisboetas, porque é afinal, essa a sua obrigação e esse o seu dever.---  
----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado.-----

----- O Senhor Deputado terminou com um tempo cedido pelo PAN, só tem agora a palavra ao Senhor Vereador Miguel Gaspar, e, depois procederemos à votação.-----

----- Eu apelo a todos os Deputados e aos Grupos para que não inviabilizem essa votação.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Eu antes de mais gostava de começar esta intervenção juntando-me às palavras do Senhor Presidente da 8ª Comissão, sobre a forma como é tido o debate nesta Câmara, porque se nós usarmos um tom e um conteúdo de uma linguagem, em que o foco da discussão passa a ser o tom e conteúdo, perdemos uma boa oportunidade de discutir a política que interessa à cidade e aquilo que mais interessa às pessoas.-----

----- Dito isto, agradecer novamente também aos Peticionários, porque, de facto, é a presença deles aqui que nos permite ter este debate e as iniciativas, e evoluir no pensamento político de cada uma das forças políticas, e dizer duas coisas que muito simples, a questão se a EMEL já tinha os parquímetros ou não, a EMEL tem um armazém com parquímetros, é um ato de boa gestão para poder substituir aqueles onde se avariaram: em Alvalade, em São Vicente, em Campolide e se necessário pôr nas zonas novas, não é esse o ponto.-----

----- Dizer que também que a EMEL dá lucro, os Senhores podem não acreditar, mas não é verdade, ou seja, não é verdade não é em Benfica, não é verdade nos Olivais, onde aquilo que a EMEL está a fazer é aquilo que a Câmara acredita ser um serviço público de ordenamento de estacionamento para os residentes, mas onde os custos da EMEL lá estar não cobrem as receitas dessas mesmas zonas, mas os Senhores não têm de acreditar nisto, mas acho que é importante eu dizer isto, para que fique registado.---

----- Depois há aqui outro tema, que é o tema que os Senhores colocam, que é o tema da consulta pública versus consulta popular que foi feita pela Junta de Freguesia de Benfica.-----

----- Eu não faço juízos de valor sobre uma coisa nem outra, mas há um facto que é evidente. A consulta pública é uma consulta pública, ou seja há uma decisão do

Executivo, é feita uma consulta pública, as pessoas manifestam-se, e o Executivo da Câmara volta a manifestar-se, volta a tomar uma decisão já tendo o impute desta consulta pública.-----

----- Eu não me recordo de nenhuma consulta pública na Cidade de Lisboa, onde normalmente, as pessoas escrevam para aplaudir, quer dizer, não é normal! Nas consultas públicas, as pessoas põem as suas preocupações, aquilo que está errado, aquilo que deve ser melhorado, ainda bem que o fazem, e é por isso que servem as consultas públicas, não é propriamente também um referendo e confundir uma consulta pública com um referendo acho que é errado, e acho que é enviesada a discussão e não é correto.-----

----- Também há o tema da construção de mais estacionamento.-----

----- A questão, em Benfica.-----

----- Benfica é muito afeta, portanto, é um problema também, tem grandes centros de emprego, veja-se, por exemplo, o Colombo e o Hospital da Luz, tem muitos parques de estacionamento lá dentro e, apesar de tudo não é lá que os trabalhadores estacionam, estacionam à porta dos residentes de Benfica que não conseguem estacionar em Benfica.-----

----- O ordenamento do estacionamento na via pública serve para nós colocarmos as pessoas certas nos locais certos, à porta de casa, os primeiros têm que conseguir estacionar é os residentes, e se com isto pôr a EMEL numa rua de Benfica, contribuímos para que o trabalhador, por exemplo, passe a procurar um lugar de estacionamento dentro do Colombo porque é lá que trabalha, então estamos ordenar o estacionamento, estamos a ter a política certa.-----

----- Dir-me-ão os Senhores, mas falta estacionamento em Benfica?-----

----- Pois falta!-----

----- Agora o que é que o PSD por exemplo tem para ensinar sobre esta matéria? -----

----- Nunca nenhum Executivo Municipal construiu tanto estacionamento para residentes como o Partido Socialista, muito mais que o PSD! Veja-se o exemplo do Manuel da Maia, de Campo de Ourique, de parques que estamos a construir para residentes com tarifas especiais para residentes! Veja-se até em Santa Maria Maior, na Misericórdia, com um território tão difícil fazer parques, estamos a fazer! -----

----- Temos que fazer em Benfica, provavelmente, também temos, lá chegaremos. -----

----- Agora e o PCP?! Aí não o PCP que foi a favor da criação da EMEL, mas diz agora que a EMEL está meio tresmalhada. -----

----- Senhores Deputados, digam onde é que querem tirar a EMEL! Façam uma lista das ruas que dizem, somos contra a EMEL em Lisboa, queremos que a EMEL saia da rua: A, B, C, D, E e F! Assumam isso e vão a eleições com isso!-----

----- Porque aquilo que é a reação das pessoas e dos residentes quando a EMEL entra no território, do sentimento das pessoas, normalmente é:-----

----- Um, ou não piora ou melhora.-----

----- Não é uma bala de prata, não é uma poção mágica, mas a EMEL vai para Benfica para melhorar.-----

----- Deixe-me terminar com uma última questão que é com todo o respeito a questão

do zonamento na Freguesia de Benfica.-----

----- Eu percebo muito bem a discussão do zonamento da Freguesia dos Olivais em que a área onde a EMEL entrou é uma área bastante grande, em Benfica não. Em Benfica entrou como já foi aqui dito na zona limítrofe de Benfica.-----

----- Eu não estou a dizer que, a EMEL um dia não pode ir para outras zonas, não estou a dizer isso, mas hoje a data de hoje, não está previsto nenhuma expansão da EMEL em Benfica para mais nenhum sítio e, portanto, só existem duas zonas na Freguesia de Benfica, que são as zonas limítrofes de São Domingos.-----

----- Sabem uma coisa?-----

----- Os fregueses de Benfica não só podem estacionarem em Benfica, como podem escolher uma zona de São Domingos para também estacionarem em São Domingos, portanto, não estão a funcionar, nem sei quantas são, seis zonas na Freguesia de Benfica, estão duas!-----

----- E se e quando houver a decisão, porque se entende que é a melhor solução para a Freguesia de Benfica, que há a necessidade da EMEL deve ser alargada na Freguesia, que hoje não está, por que não discutir também o zoneamento, então? Mas hoje não discutem o zonamento na Freguesia de Benfica, porque não faz sentido. A EMEL só está em duas zonas, numa zona limítrofe de São Domingos, onde os residentes Benfica estão a ser pressionados pela aquilo que era o limite da zona de São Domingos, e hoje achamos que há melhor qualidade de vida para quem lá mora, não é perfeito, acreditamos estar melhor, se tivermos errados é para isso que servem as eleições.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Para a votação, eu penso que o Senhor Deputado do MPT pediu em separado os Pontos 5 e o 6.-----

----- Foi? -----

----- Portanto, vamos votar o 5 e o 6 da Recomendação, primeiro, e depois votamos o resto todo.”-----

----- **Deliberada por pontos:** -----

----- **Votação dos Pontos 5 e 6 da Recomendação 092/04 (8.ª CP) relativa à Petição 08/2019.** Votos contra do PSD, PCP, PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, CDS-PP, BE, PAN, MPT e dos Deputados (as) Municipais: António Avelãs, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves e Raul Santos. **Os Pontos 5 e 6 da Recomendação n.º 092/04 foram aprovados por maioria.** -----

----- **Votação dos Pontos 1, 2, 3, 4 e 7 da Recomendação 092/04 (8.ª CP) relativa à Petição 08/2019.** Votos contra do PSD, PCP, PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, CDS-PP, BE, PAN, MPT e dos Deputados (as) Municipais: António Avelãs, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves e Raul Santos. **Os Pontos 1, 2, 3, 4 e 7 da Recomendação 092/04 (8.ª CP) foram aprovados por maioria.** -----

----- (Ausência dos Deputados (as) Municipais Independentes Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rodrigo Brito e Teresa Craveiro da Sala do Plenário) -----

----- *O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes, não participou na apreciação e votação desta Recomendação por impedimento legal.*-----

----- **Nesta Sessão, o Grupo Municipal do PPM não esteve representado porque a única Deputada Municipal desse grupo foi substituída por um Deputado Municipal do CDS-PP, na ordem da lista da Coligação Nossa Lisboa, por aplicação do disposto no n.º 2 do art.º 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual.**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Uma Declaração de Voto por escrito do PSD.”-----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*O Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem nos termos do artigo 63.º, n.ºs 1, 2 e 4 do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, expressar a sua DECLARAÇÃO DE VOTO, relativa à Votação dos pontos 5 e 6 da Recomendação n.º 092/04 (8.ª Comissão Permanente), referente à Petição n.º 10/2019 – “EMEL em Benfica NÃO!”, realizada na 92.ª reunião – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, do dia 28 de Novembro de 2019, porquanto, os pontos da Recomendação supra referidos só surgem no supradito documento, na premissa da população da freguesia de Benfica continuar a ser prejudicada pela Câmara Municipal de Lisboa, ao persistir na manutenção, e intensificação, das zonas de estacionamento de duração limitada exploradas pela EMEL na referida freguesia.*”--

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhores Deputados, está concluída esta sessão. -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e dez minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

----- O PRESIDENTE-----